

Universidade Federal de Pernambuco | **Centro de Filosofia e Ciências Humanas**
Programa de Pós-graduação em Psicologia | **Curso de Mestrado em Psicologia**

Lawerton Braga da Silva

REDES DE ÓDIO
UM ESTUDO SOBRE HOMOFOBIA NO FACEBOOK

RECIFE
2018



LAWERTON BRAGA DA SILVA

**REDES DE ÓDIO:
UM ESTUDO SOBRE HOMOFOBIA NO FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio

**RECIFE
2018**

LAWERTON BRAGA DA SILVA

REDES DE ÓDIO:

UM ESTUDO SOBRE HOMOFOBIA NO FACEBOOK

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 09 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Renata Lira dos Santos Aléssio
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Raimundo Cândido de Gouveia
(Examinador Externo)
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586r Silva, Lawerton Braga da.
Redes de ódio : um estudo sobre homofobia no Facebook / Lawerton Braga da Silva. – 2018.
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Renata Lira dos Santos Aléssio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2018.
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Homofobia. 3. Homossexualidade. 4. Representações sociais.
5. Facebook. 6. Relações intergrupais. I. Aléssio, Renata Lira dos Santos
(Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-055)

Dedico este trabalho à minha mãe Dalvina, razão do meu viver, a meu pai Bartolomeu e à minha irmã Lavínia.

Dedico também a todos aqueles que, de alguma forma, já sentiram ou sentem o peso da homofobia em suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus que sem porquê nem razão me ama. E mesmo que eu não corresponda, me ama. Nada importa ou conta. Ama porque ama.

Agradeço à minha mãe, figura que mais amo e admiro nessa vida. Ela é a razão de todos os meus esforços e lutas para crescer cada vez mais. A meu pai que também está sempre na torcida. Nunca esquecerei que foi ele quem me levou e esperou enquanto fazia à prova do mestrado. À minha irmã que, à sua maneira, sempre deixou claro sua torcida por mim. Tudo isso é por vocês!

Agradeço a Igor que acompanhou toda a minha trajetória nessa vida de mestrando. Foi presente nos momentos de angústias e alegrias. Consegui ter forças e mais motivos para continuar essa jornada. Muito obrigado por ser quem és. Sou grato até por ter Lucas Teobaldo do meu lado, no colo, no chão, na cadeira, sempre acompanhando as noites de escrita, detalhe: sem latir.

À minha amiga Cíntia Maria, obrigado por ser tão presente em minha vida. Não me lembro de um momento que não tenha compartilhado contigo, me escutou e escuta nos momentos felizes e tristes. Com você aprendi “quem trama e quem está comigo”. Obrigado, Bunita!

Sou grato, também, a três tipos de pessoas que passaram na minha vida antes e durante esse processo. As que foram farol, ponte e abrigo no deserto.

Àquelas que serviram como farol e tiveram a função de mostrar o caminho e dar um norte durante minha jornada. À profa. Sheyla Fernandes, minha orientadora da graduação, com quem aprendia a amar a Psicologia Social e descobri o que me motiva a estudar. À profa. Renata Aléssio, minha orientadora no mestrado, pessoa que me ensinou muito, além de ter sido paciente durante os momentos de “crise”. À profa. Fátima Santos, por todas as intervenções que me fizeram crescer e perceber que eu poderia ir além. Vocês são mulheres incríveis!

Sou grato àqueles que serviram como ponte, cumpriram uma função específica e por conta deles consegui atravessar vários obstáculos. Flávio que me ajudou e incentivou durante a seleção. Diego e Petrônio que abriram as portas de sua casa para me receber durante a seleção e depois quando precisei me estabelecer no Recife. Clewerton e Jonathas cujo carinho nasceu desde o primeiro encontro, foram presentes em momentos especiais, além de me ajudarem até

na hora da mudança (risos). Preciso agradecer, em especial, a Neto Martins, você é um sujeito único. Obrigado por ter dividido apartamento durante meu primeiro ano nessa nova cidade.

Aos amigos que sempre foram abrigo no deserto e, no momento certo, sempre estiveram presentes, mesmo sem saber o papel que representavam em minha vida. Thiago e Alex que foram presentes antes e durante o processo seletivo, com eles vive tempos bons em um ano que foi bem complicado. A Ramon que, apesar de tantos percalços, sempre esteve e está presente na minha vida, talvez a gente tenha mesmo muitas coisas em comum, vai saber, né?! A Arthur que, por algum motivo que não sei explicar, tenho um carinho imenso e, mesmo com à distância, sinto que merece estar aqui, obrigado! Douglas Omena que sempre vibrou junto comigo, além de sempre emanar boas energias. Juan e Sidney, amigos que o Recife me deu e já os levo no coração.

Agradeço à Universidade Pública, sem ela não teria chegado até aqui. Vivemos tempos difíceis, mas não podemos deixar que tomem o que temos de mais precioso: a educação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

Por fim, a todos e à todas que fazem parte do Laboratório de Interação Social Humana (Labint), nossas discussões proporcionaram muitas das reflexões que aqui estão.

Obrigado!

*Porque Dele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas;
a Ele, a glória. Para sempre, amém.*

Romanos 11. 36

RESUMO

A homofobia é um fenômeno relevante que está presente nas relações sociais, por meio de crenças, emoções, ideologias e posicionamentos. É um tema que gera debate em diferentes esferas, criando e recriando o conhecimento através das redes sociais, por exemplo. A dissertação apresentada analisou as diferentes formas de expressões da homofobia a partir de uma postagem no *facebook* da página “Quebrando o Tabu” à luz da teoria das representações sociais. O pensamento social construído a respeito da homossexualidade a partir das relações de comunicação social auxiliaram na compreensão das diferentes expressões homofóbicas. As relações intergrupais, presentes no coração da teoria, se constituíram como processos norteadores das discussões, tendo em vista que a formação de grupos e os processos de categorização social se constituem como a forma pelos quais os grupos sociais se identificam e, conseqüentemente expressão posicionamentos contrários aos homossexuais. A partir de um vídeo no qual o médico, brasileiro, Dráuzio Varella fala a respeito da homossexualidade. Foram selecionados 13 comentários que possuíam mais de 100 curtidas e 1.592 respostas aos comentários principais. Os dados foram analisados pelo *software* IRAMUTEQ por meio de uma classificação hierárquica descendente que resultou em 4 classes de discursos. A Classe 1 (40%), denominada, “Respeito”; a Classe 2 (22.1%), “Debate político-ideológico”; a Classe 3 (12.9%), “Influência da homossexualidade para as crianças e; por fim, a Classe 4(25%), denominada de “Acusação aos homossexuais de deturpação da igreja”. Os resultados evidenciaram em todas as classes a existência de conflitos entre grupos que reivindicavam seus posicionamentos. Foram identificadas diferenças entre as expressões homofóbicas e a existência de um discurso que justificava os posicionamentos por meio dos valores igualitário (à ideia de que todos somos iguais), além de evidenciar que as expressões contra homossexuais estavam ancoradas em 3 explicações, a saber, bio-religiosas, ético-morais e psicossociais.

Palavras-chave: Homofobia. Homossexualidade. Facebook. Representações sociais. Relações intergrupais.

ABSTRACT

Homophobia is a relevant phenomenon that is present in social relations, through beliefs, emotions, ideologies, and opinions. It is a topic that brings up debate in different spheres, creating and recreating knowledge through social networks, for example. The dissertation presented here has analyzed the different forms of homophobic expressions from a post on a fanpage called "Quebrando o tabu" (Breaking taboos) in the light of the Social Representation Theory. The social thought created regarding homosexuality from the relations of social communication, assisted us in the understanding of the different expressions of homophobia. The intergroup relations, present in the heart of the theory, guided the discussions, since the formation of groups and the processes of social categorization are seen as the way by which social groups identify themselves and, consequently, express opinions that go against homosexuals. From a video in which the Brazilian doctor Dráuzio Varella talks about homosexuality. We selected 13 comments, liked more than 100 times and 1.592 replies to these top comments. The data were analyzed by the software IRAMUTEQ by means of a downward hierarchical classification that resulted in 4 classes of discourses. Class 1 (40%), named, "Respect"; the Class 2 (22.1%), "the political-ideological debate"; the Class 3 (12.9%), "the Influence of homosexuality on children and; finally, Class 4 (25%), called "Accusing homosexuals of misrepresenting the church." The results evidenced in all the classes the existence of conflicts between groups that stated their opinions. We identified differences among the expressions of homophobia and the existence of a discourse that justified their opinions by means of equal rights (the idea that we are all equal), in addition to showing that the expressions against homosexuals were anchored in 3 explanations, namely, the bio-religious, ethical-moral and psychosocial.

Keywords: Homophobia. Homosexuality. Facebook. Social Representations. Intergroup Relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRECONCEITO	16
2.1	Principais definições	16
2.2	Novas formas de expressão do preconceito	22
2.3	Homossexualidade e Homofobia	27
2.4	A Teoria das Representações Sociais	34
2.4.1	Principais abordagens no campo de estudo das representações sociais	36
2.4.2	Representações sociais e homofobia: o que se tem produzido?	44
2.4.2.1	<i>Expressão do preconceito e natureza da homossexualidade</i>	45
2.4.2.2	<i>Adoção homoparental</i>	46
2.4.2.3	<i>Representações sociais da homossexualidade</i>	47
2.4.2.4	<i>Professores e representações sociais da homossexualidade e diversidade sexual</i>	47
3	REDES SOCIAIS – FACEBOOK	51
3.1	Ciberespaço e Cibercultura	52
3.2	Facebook: uma rede de ódio?	57
4	OBJETIVOS	60
4.1	Objetivo geral	60
4.2	Objetivos específicos	60
5	MÉTODO	61
5.1	Material de análise	61
5.2	Procedimentos e análise de dados	63
5.3	Cuidados éticos	65
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
6.1	Classe 1 – RESPEITO	67
6.1.1	Respeito à liberdade de opinião	67
6.1.2	Respeito à individualidade	69
6.1.3	Tolerância	70
6.1.4	Desrespeito não é opinião, é preconceito	73
6.2	Classe 2 – DEBATE POLÍTICO-IDEOLÓGICO	75
6.2.1	O público e o privado	76
6.2.2	Os conflitos em defesa de lados e posições	79
6.2.3	Mobilização em defesa da família e da heterossexualidade	84

6.3	Classe 3 – INFLUÊNCIA DA HOMOSSEXUALIDADE PARA AS CRIANÇA	86
6.3.1	Influência do estilo de vida homossexual para as crianças	87
6.3.2	Ensino e debate sobre diversidade sexual.....	92
6.4	Classe 4 – ACUSAÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS DE DETURPAÇÃO DA IGREJA	96
6.4.1	Os homossexuais querem direitos demais (suprassumo)	98
6.4.2	Imposição de práticas dentro da igreja	100
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo o último relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2016), no ano de 2016 foram assassinadas 343 pessoas LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Em 2017, até o final de novembro, 392 mortes já foram documentadas no banco de dados do blog¹ “Quem a homofobia matou hoje?”. Ainda segundo o GGB (2016), nunca na história desse país foram registradas tantas mortes, lembrando que, o grupo já atua há no mínimo 37 anos nesses registros. O Brasil é considerado líder mundial nos crimes contra as minorias sexuais e segundo agência internacionais, mais da metade dos homicídios de transexuais no mundo, ocorrerão no Brasil².

A homofobia é um fenômeno complexo e, sua erradicação, assim como outras formas de preconceito pode levar muito tempo para ser alcançada. No Brasil, por exemplo, não existe um banco de dados ou relatório oficial por parte do governo no que diz respeito aos crimes de motivação homofóbica. Segundo o antropólogo Luiz Mott, responsável pelo blog e presidente do GGB, o descaso que se vive no país é a prova da incompetência e homofobia governamental que passamos. Como exemplo, lembra-nos do fato de que a ex-presidenta Dilma Rousseff, apesar de prometer aprovar um projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao racismo, arquivou esse projeto sem maiores justificativas.

Uma das hipóteses utilizadas para explicar tamanho retrocesso pela comunidade LGBT, está relacionada com o aumento do conservadorismo, especificamente, o fundamentalismo religioso que tem crescido de maneira exponencial ao longo dos últimos anos (SINGER, 2016). No Brasil, em sua maioria, são as religiões cristãs que se configuram como as maiores propagadoras de um discurso que promove e instiga o preconceito contra pessoas LGBT. Em nome de certos valores é que algumas tragédias acontecem, respaldadas segundo a “vontade de Deus”. Pereira (2004), em um estudo sobre as representações sociais do “homossexualismo”, mostra-nos que muitos dos seguidores dos valores cristãos apegam-se a passagens bíblicas para respaldar seus posicionamentos para com os homossexuais. É importante lembrar que, seguir determinados preceitos sem um maior cuidado com sua interpretação pode ser algo extremamente perigoso, por exemplo, se formos matar nosso vizinho pelo simples fato dele insistir em trabalhar aos sábados (Êxodos 35:2), um novo holocausto será instaurado, assim como fez Hitler na Alemanha, a fim de exterminar todos aqueles que não eram de uma raça aariana.

¹ <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>

² <http://www.transrespecttransphobia.org/en_US/tvt-project/tmm-results/idahot-2015.htm>

Para que o leitor saiba, antes de mais nada, essa dissertação traz consigo marcas pessoais. Não se trata de uma “simples” militância sem fundamentação, mas posicionamentos que são respaldados em teorias e com base em um pensamento contranormativo. A discussão aqui proposta, apesar de respaldada em diferentes teorias que servem de auxílio para a compreensão do tema, também possuem posicionamentos políticos particulares. Diz respeito a alguém que participou de uma instituição que, hoje, é uma das maiores propagadoras dos discursos homofóbicos, além da manutenção desses, mas, por questionar essas práticas e discursos recorrentes e vigentes, se distanciou e passou a refletir sobre essas representações a respeito da homossexualidade e do homossexual. Os questionamentos não consistem em entender a opinião de outrem a respeito do tema, nem tão pouco compreender a natureza da homossexualidade, mas perceber como os discursos preconceituosos se propagam e se mantem.

Percebendo os malefícios que a homofobia traz consigo, é preciso pontuar que, qualquer forma de preconceito tem o poder de segregar, discriminar e, até mesmo, exterminar alguns grupos. O estudo do preconceito passou a ser interesse da psicologia na década de 1920, se intensificando no começo dos anos 1950, concomitante a isso, surgem as novas formas de expressão do preconceito que passaram a ser mais sutis, já que as normas antipreconceito estavam em voga. A homofobia, passou a ser objeto de estudo somente depois da década de 1970, no Brasil, o preconceito contra homossexuais existia enquanto fenômeno social, mas era marcante o desinteresse da psicologia brasileira pelo preconceito enquanto teoria e objeto de estudo, como nos mostra Lima (2013) acerca do preconceito racial. O conceito de homofobia que escolhemos trabalhar (BORRILLO, 2009) está em consonância com a nova perspectiva que os estudos sobre o preconceito tomaram (que não levam em consideração apenas os processos individuais, mas outros aspectos importantes como as relações intergrupais, as relações de poder e a influência social).

Apesar da relevância do tema, ainda existem poucos artigos dedicados a estudar esse fenômeno. Peroni (2011) realizou uma revisão sistemática com o objetivo de definir as especificidades das formas de apresentação da homofobia em nosso contexto e encontrou 22 artigos publicados entre 1996 e 2011. Resende (2017) em uma revisão narrativa sobre homofobia e violência contra a população LGBT no Brasil encontrou 24 artigos. Somado ao fato da homofobia ser um problema social e ao fato da pouca teorização sobre o tema, essa dissertação tem o interesse de contribuir, de alguma forma, para o debate desse tema que, ainda é novo, mas, deveria ser extinto, tendo em vista os males que o cercam.

Para auxiliar nas análises, recorreremos, também, as representações sociais que segundo Pereira et al. 2011 e Lacerda et al. 2002, estão na gênese e base da expressão do preconceito. Ademais, imprimem direção com a teorias das relações intergrupais assumindo três funções: seleção, justificação e antecipação, ou seja, cada grupo possui um sistema de representações que lhe possibilita antecipar os comportamentos do outro grupo e programar suas estratégias de ação (Cabecinhas, 2009). Por isso, uma articulação com essa teoria tem um papel importante na compreensão da homofobia. Pereira, Dias, Lima e Souza (2017) mostram como as representações sociais sobre a natureza da homossexualidade partilhadas por pessoas heterossexuais podem estar na base da homofobia expressa nos ambientes de trabalho. As representações sociais desempenham uma função primordial no jogo das relações entre grupos (Gouveia, 2016; Vala, 1997) podendo ser mediadoras de categorias identitárias ou ainda serem construídas a partir de processos identitários.

Tendo em vista que a teoria das representações sociais tem procurado transcender a dicotomia indivíduo e sociedade (o sujeito é produtor e produto de uma determinada sociedade) no que diz respeito ao estudo de objetos socialmente investidos, polêmicos, no coração de conflitos identitários e intergrupais, como a homossexualidade por exemplo, além de se propor a entender como os grupos pensam e lidam no dia a dia com as demandas criadas nas relações sociais, é importante perceber que elas – as representações – surgem e circulam em diferentes espaços e porque não no ciberespaço e/ou em outros meios de comunicação?

Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011) a internet permite identificar as diferentes interações sociais já existentes no plano off-line, sendo um objeto de pesquisa, um local de pesquisa e, também, um instrumento de pesquisa. Neste sentido, o objetivo geral desta dissertação foi analisar as diferentes formas de expressão da homofobia a partir dos comentários provenientes de um vídeo do médico brasileiro Dráuzio Varella sobre a homossexualidade publicado na página do “Quebrando o tabu”. Foram objetivos específicos: identificar as diferentes expressões homofóbicas existentes e, perceber se existe ou não algum discurso que busque justificar os posicionamentos das pessoas e compreender em que se ancoram essas expressões.

Em um primeiro momento, recorreremos as principais teorias do preconceito a fim de entender como esse fenômeno foi se estruturando e, transformando-se em objeto de pesquisa da Psicologia Social ao longo dos anos. Em seguida, o estudo do preconceito será apresentado como um domínio que traz consigo diferentes abordagens em sua base, não sendo propriedade de uma teoria específica. Por isso, teorias clássicas da psicologia social serão mencionadas ao

longo da dissertação para demonstrar as relações que essas possuem com o fenômeno. Apresentamos ainda como a homofobia surge enquanto objeto de estudo nas ciências humanas, articulando a apresentação com estudos sobre virtualidade, internet e redes sociais.

Nossa análise está baseada nas novas formas de expressão do preconceito e na teoria das representações sociais com as relações intergrupais. Essa articulação, nos possibilitou uma melhor compreensão do objeto investigado. A discussão, é baseada na abordagem societal sugerida por Doise (2002), especificamente, os níveis posicionais e ideológicos estão em maior evidência.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujo objetivo foi trabalhar a partir de abordagens metodológicas que levassem em consideração o universo online e a pesquisa *para* internet. É uma dissertação que parte de um modelo comunicacional, no qual o contexto e a cultura são indissociáveis. A análise dos dados está baseada nas concepções de etnografia virtual, além da utilização de um *software*, o Iramuteq, para a realização de uma análise de conteúdo informatizada.

Foram evidenciados quatro discursos: o primeiro com relação ao “respeito”; o segundo, ao debate político-ideológico; um terceiro relacionado à influência da homossexualidade para as crianças e; por fim, o último discurso baseado na acusação de que os homossexuais querem deturpar a igreja. Foram identificadas expressões flagrantes, sutis e não preconceituosas. Essas direções possibilitaram identificar aspectos relacionados à natureza do preconceito, aos conflitos e as relações no interior dos grupos sociais, além de nos mostrar como os sujeitos ancoravam suas posições, três tipos de explicação sobre a homossexualidade são observados: bio-religiosas, ético-morais e psicossociais. Por fim, buscamos apresentar uma síntese dos resultados principais nas considerações finais, limites e pistas futuras de investigação.

2 PRECONCEITO

Este capítulo descreve as concepções a respeito do preconceito desenvolvidas na Psicologia Social desde que o fenômeno passou a se constituir enquanto objeto de pesquisa. Uma revisão sobre as principais definições a respeito do tema será apresentada inicialmente, começando nos estudos clássicos sobre preconceito racial. Em seguida, serão abordadas as novas formas de expressão do preconceito e sobre uma manifestação específica do preconceito que é direcionada aos homossexuais, à homofobia. Por fim, será apresentada a abordagem do preconceito na perspectiva das Representações Sociais e os principais estudos desenvolvidos na área.

2.1 Principais definições

O preconceito nem sempre foi objeto de pesquisa da psicologia social (PEREIRA, 2004). Segundo Allport (1954), ao longo do tempo a palavra preconceito foi sofrendo alterações na sua conceitualização. Em um primeiro momento, o preconceito era compreendido como um precedente de um determinado julgamento cujas decisões e experiências prévias estavam na sua base; depois passou a ser um julgamento formado sem a devida análise e reflexão sobre determinado objeto, ou seja, um julgamento antecipado e prematuro; por fim, ele adquire uma matriz emocional trazendo, inclusive, a favorabilidade ou a desfavorabilidade em seus julgamentos.

Segundo Fernandes (2011):

Podemos notar que nem sempre o termo preconceito designou o mesmo fenômeno, ou de outro modo, nem sempre o foco direcionado a este fenômeno esteve concentrado no mesmo ponto. Isto indica que temos dois pontos de partida para apreciar o significado do conceito de preconceito. Um se refere às diferentes facetas inerentes a um único fenômeno e o outro está relacionado aos diferentes níveis de análise através dos quais o mesmo fenômeno pode ser observado. Diante disto, podemos observar que o preconceito não se configura como um fenômeno estático, logo, necessita ser analisado sob diferentes lentes (p. 28).

Fernandes (2011) propôs um quadro atualizado dos estágios pelos quais o estudo do preconceito foi sendo desenvolvido ao longo do tempo, principalmente no campo da psicologia. A autora dividiu em 7 momentos que serão explanados em seguida: (1) psicologia das raças, (2) fatores psicológicos como origem do preconceito, (3) estágio dos processos psicodinâmicos,

(4) estágio das teorias da personalidade preconceituosa, (5) estágio sociocultural, (6) estágio dos processos psicológicos fundamentais e, (7) o preconceito como fenômeno multifocal.

Em 1920, o preconceito começa a ser percebido pela psicologia social como objeto de estudo que merecia atenção, antes disso o interesse vigente era compreender uma diferenciação racial, tratava-se de uma psicologia das raças e não do preconceito (DUCKITT, 1992; FERNANDES, 2011; PEREIRA, 2004). Nos meios científicos europeus e americanos existia um pensamento comum, as raças eram divididas em superiores e inferiores e esses postulados eram aceitos nos dois meios. A superioridade dos brancos justificava toda a segregação racial existente de forma “natural”.

Segundo Fernandes (2011), nos anos antecessores a 1920 a dominação política e econômica dos negros em forma de colonização e escravidão estavam ligadas às atitudes raciais difundidas sobre os negros. O preconceito era aceito e justificado pelas supostas diferenças “reais” que existiam entre os grupos. Negros eram considerados inferiores em diversos aspectos, tidos como oriundos de uma raça que não evoluiu completamente, além do fato de que as diferenças existiam “e eram dadas por fatores inatos e hereditários de natureza biopsicossocial, o que inclui aspectos biológicos, psicológicos/intelectuais, morais e sociais das espécies humanas. Tais fatores podiam ser detectados facilmente por meio de caracteres físicos e concretos” (FERNANDES, 2011 p. 39). O resultado desse processo é a teoria das raças que explicava a inferioridade dos negros por um atraso evolutivo, capacidade intelectual baixa e excesso de impulsos sexuais (DUCKITT, 1992).

No final da década de 1920, a maneira pela qual a psicologia estudava as raças passou por transformações. Segundo Samelson (1978) citado em Duckitt (1992) esse período foi de profunda reversão temática. Os psicólogos acreditavam na existência das diferenças entre as raças, mas em 1940 eles estavam procurando por fontes do preconceito irracional. Houve uma mudança na forma de entender o preconceito, mas isso não se deu por conta de nenhum progresso da ciência e sim devido a eventos e circunstâncias sociais importantes. A Primeira Guerra Mundial e o movimento pelos direitos civis de negros que surgiu em 1920 nos Estados Unidos, além de um movimento que desafiava a legitimidade do domínio colonial europeu a supremacia branca.

Os estudos da psicologia nesse período começaram a ser direcionados para as atitudes raciais dos brancos, passou-se a acreditar que não existiam diferenças entre esses sujeitos, então a atitude por partes dessas pessoas era injustificada e irracional. A forma de estudar as relações sociais se redefiniram e as pesquisas passaram a buscar formas de medir e descrever o

preconceito contra os grupos. Contudo, esse novo paradigma trouxe novos questionamentos e era preciso saber como esse novo objeto (preconceito) deveria ser explicado.

Sendo o preconceito um fenômeno irracional e injustificado como acreditavam a maioria dos psicólogos e outros intelectuais, como seria possível explicar sua existência? Esta questão foi crucial para que as circunstâncias sociais e históricas se tornassem salientes para os pesquisadores. De 1930 a 1940, os estudos do preconceito partem dessas indagações, e a teoria psicodinâmica surge com o objetivo de responder a essas questões.

Na teoria psicodinâmica o preconceito é percebido como o resultado dos processos psicológicos universais. Esta perspectiva estava associada a uma relação do preconceito com as expressões de defesas psicológicas inconscientes que se desviam de conflitos e hostilidades internas, provenientes de frustrações e privações induzidas externamente contra grupos desfavorecidos. Muitos processos estariam implícitos ao preconceito segundo essa perspectiva, entre eles, a projeção, frustração, o bode expiatório e o desenrolar da hostilidade (DUCKITT, 1992). Segundo Fernandes (2011), “após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha passou por muitas privações políticas e econômicas, e os psicólogos da época utilizaram com grande ênfase as teorias psicodinâmicas para explicar as causas do Nazismo e do anti-semitismo” (p. 41).

Pereira (2004) explica que apesar de algumas reformulações teóricas os princípios básicos continuam partilhando da ideia de que quando o indivíduo ou grupo é frustrado, eles tendem a deslocar sua agressividade para grupos diferentes do seu, na maioria das vezes, mais fracos ou menos favorecidos e que possuem rejeição por parte dos outros membros do grupo. Cita como exemplo o estudo clássico de Hovland e Sear (1940). Os autores mostraram as correlações existentes entre os indicadores econômicos e o aumento de linchamentos de negros no sul dos Estados Unidos. Segundo Pereira (2004), a explicação fornecida pela teoria da frustração-agressão afirma que quanto maior era a recessão, maior a quantidade de linchamentos e assassinatos de negros. Conclui-se que a agressão não estava direcionada para o objeto real que seria o sistema capitalista que causou a recessão, mas aos membros de grupos desfavorecidos.

Na década de 1950, houve uma mudança no paradigma dominante sobre as explicações a respeito do preconceito, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. A ênfase dos estudos não estava mais voltada aos processos intrapsíquicos universais, mas nas estruturas particulares de personalidade que condicionavam a adoção de atitudes preconceituosas. Os fatores inerentes a certos tipos de personalidade começaram a ser questionados. Uma das teorias mais conhecidas que considera esses aspectos descritos é a da personalidade autoritária

(ADORNO et al., 1950). Segundo Pereira (2004) os autores dessa teoria compreendem o preconceito como uma manifestação particular de personalidade patológica, ou seja, o preconceito é um tipo de personalidade, além de defenderem que a personalidade autoritária seria a origem do preconceito.

Em poucas palavras, a teoria desenvolvida por Adorno e seus colaboradores em 1950, partia do pressuposto que algumas pessoas eram propensas ou susceptíveis a prejudicar alguém por conta da sua tendência ao autoritarismo. Possuíam características básicas: rigidez, intolerância, conservadorismo, tendência à punição e submissão às figuras de autoridade. Assim como outras perspectivas que apareceram até então, essa explicação a respeito do preconceito também possuía suas limitações, seja por colocar o preconceito apenas em um plano da personalidade individual, a falta de explicações para o preconceito presente em certas sociedades e/ou grupos, por fim, as especificidades históricas do preconceito.

Nos anos de 1960 a 1970 os estudos sobre preconceito se voltaram para uma ênfase sociocultural. Nesse período duas fases distintas podem ser mencionadas. A primeira relacionada as influências normativas, a segunda centrada nas dinâmicas intergrupais e nos conflitos de interesse dentro dos grupos. A questão psicológica crucial nessa perspectiva é a forma com que as normas influenciavam e determinavam as atitudes preconceituosas. Dois processos foram enfatizados, a socialização e o conformismo. Para comprovar esses aspectos, as pesquisas observacionais sobre a socialização de crianças e os estudos correlacionais sobre conformidade, pressão social e preconceito nos servem como exemplo (DUCKITT, 1992)

Nesse período, foi proposto que os psicólogos aceitassem um modelo consensual das relações raciais para acabar o problema do preconceito. Esperava-se que as relações preconceituosas entre brancos e negros pudessem ser superadas a partir do momento que eles mudassem suas crenças em relação ao outro. Em outras palavras, a principal causa da desarmonia era a falta de aceitação dos brancos para com os negros em seu convívio social, escolas, empregos. Esses fatores sendo superados e essa crenças (que negros eram inferiores) mudassem, o problema seria solucionado.

Um dos autores que se propuseram a investigar a ausência do contato interpessoal como causa do preconceito foi Allport em 1954. Para ele, o contato em algumas situações e categorias sociais poderia diminuir os níveis de intolerância. Contudo, não é simplesmente o contato que fornece esses níveis de diminuição e apenas em situações e condições específicas que essa hipótese pode ser confirmada. Existem estudos recentes que partem do pressuposto que apenas

em situações de preconceito explícito, o efeito do contato, passa a ter uma eficácia, mas no preconceito implícito os resultados não estão tão claros (FERNANDES, 2011).

Apesar das diferentes definições que existem atualmente a respeito do preconceito, todos os trabalhos no campo da psicologia, de forma direta ou indireta, são guiados pela definição clássica de Allport (DUCKITT, 1992). Em 1954 com o livro *“The Nature of Prejudice”*, Allport define preconceito como sendo “an averting or hostile attitude toward a person who belongs to a group, simply because he belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group” (p. 7). Nesta perspectiva, o preconceito é concebido como uma ideia injustificada e apressada em relação a uma pessoa. Esses sujeitos são julgados de acordo com suas pertencas grupais, acreditando-se que possuem características em comum aos outros integrantes do grupo. Desse modo, generalizações exageradas são feitas por perceber os indivíduos como homogêneos.

Essa perspectiva leva em consideração pontos em comum com as demais definições existentes, como: atitude, generalizações, pensamento pré-concebido, rigidez, resistência e um fenômeno negativo (MILNER, 1981). Seja o preconceito concebido como atitude social depreciativa ou de crenças que inclui uma expressão de afeto negativa, bem como a exposição de comportamentos hostis e discriminatórios em relação a membros de um grupo, como, também, uma opinião ou valor, favorável/contrário em relação a alguém ou algo. Todos esses construtos partilham do consenso de que o fenômeno precisa ser estudado de forma multidimensional.

Allport (1954) conseguiu criar um novo paradigma nos estudos do preconceito, traçando uma linha que define as principais perspectivas de análise no campo da psicologia social, estabelecendo uma ligação entre preconceito e cognição social. Esses pressupostos nortearam os estudos sobre o tema descrevendo-o como um erro no processamento das informações. Além do mais, as demais linhas que sucederam essa abordagem possuíam aspectos em comum. O primeiro seria o preconceito enquanto orientação negativa para membros de grupos específicos. O segundo a algo injustificado, irracional e inflexível.

Ainda levando em consideração os fenômenos socioculturais relacionados ao preconceito, alguns eventos históricos (movimentos em prol dos Direitos Civis em 1964) trouxeram novos questionamentos aos estudos da época. Apesar das novas conquistas de direitos, o preconceito e a discriminação ainda continuavam a existir na sociedade. Segundo Fernandes (2011) e Duckitt (1992), as normas sociais não respondiam aos questionamentos sobre a natureza do preconceito e novas explicações começaram a surgir, a partir da

identificação das condições que eram gerados os conflitos sociais e, conseqüentemente, nas atitudes preconceituosas.

Nesse período (1970), os estudos de Tajfel (1970) e a hipótese do grupo mínimo, surgiram com bastante influência. Nesta pesquisa os indivíduos eram divididos em grupos de forma completamente arbitrárias, não existindo nenhum contato ou interação prévia entre eles, além do fato de não haver nenhum conflito de interesse ou base social para rivalidades. Entretanto, apesar de serem divididos em grupos mínimos os sujeitos ainda apresentavam tendências à discriminação e à competição a favor do seu grupo e contra o exogrupo. Os estudos baseados nesse paradigma apresentavam o preconceito como resultado da inserção do indivíduo em uma determinada categoria social. As descobertas desse estudo, dizem respeito ao processo de diferenciação social, ou seja, ao se perceberem participantes de um grupo específico, os sujeitos tendiam a favorecer o endogrupo e a discriminar o exogrupo, mesmo sem conflitos prévios (DUCKITT, 1992).

A perspectiva proposta por Tajfel (1982), também sofreu algumas críticas, por considerar os aspectos motivacionais, mas esquecer que as relações de poder entre os grupos também estavam relacionadas com o preconceito (PEREIRA, 2013). As abordagens cognitivas são, portanto, incompletas para explicar o fenômeno do preconceito e das relações intergrupais e uma integração com outras perspectivas é de extrema importância. Quillian (2006), partindo desses pressupostos, refere que uma maneira ideal para estudar o tema é por meio de uma perspectiva multidimensional, já que os fenômenos psicossociais envolvem processos complexos.

Atualmente, a maior parte dos paradigmas que se propõe a estudar o tema, partem dessa perspectiva multifocal. As análises se utilizam de diferentes metodologias que juntas tentam explicar de maneira geral o fenômeno do preconceito. A partir da década de 1980 uma nova perspectiva começa a surgir tentando preencher as lacunas ainda existentes no estudo do preconceito. Nesse período a perspectiva societal se destaca, uma vez que coloca as relações intergrupais no contexto dos conflitos culturais e ideológicos de uma sociedade, colocando em evidência explicações que destacam as relações de poder entre os grupos.

Doise (1982), propôs um modelo de estruturação dos níveis de análise dos fenômenos psicossociais que serão apresentados ao longo desse trabalho. Essa perspectiva passou a nortear muitos dos estudos atuais sobre o preconceito, principalmente, por se tratar de um enfoque psicossocial. Em geral, o autor propõe quatro níveis de análise através dos quais a psicologia social aborda seus objetos estudo: (1) nível intraindividual, (2) nível interpessoal, (3) nível

posicional e (4) nível ideológico. Essa distinção em quatro níveis não serve para uma mera classificação, mas para facilitar a articulação das análises de forma mais completa (DOISE, 2002).

Segundo Fernandes (2011), ao pensarmos os estudos sobre o preconceito, a partir da formulação proposta por Doise, podemos considerar “no nível do processamento interno de informação (estruturas cognitivas); no nível das relações interpessoais (processos psicossociais); a partir da posição social do indivíduo dentro da sociedade (pertença grupal); e a partir das normas e representações sociais (nível ideológico)” (p. 51).

As perspectivas sobre o preconceito estavam inseridas em um contexto específico, por exemplo, de hostilidade intergrupal e de favoritismo endogrupal. Além da crença de que os seres humanos possuíam diferenças naturais e hierárquicas entre as raças ou nas justificativas relacionadas às diferenças culturais entre os indivíduos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com as manifestações de diferentes organizações da sociedade na luta pelos direitos de grupos minoritários que resultaram na Declaração dos Direitos Humanos, alguns avanços começaram a acontecer no que diz respeito à inibição de comportamentos discriminatórios. Com o intuito de contribuir com essas novas perspectivas nas quais os estudos sobre o preconceito começaram a trilhar, a compreensão sobre as normas sociais como moduladoras das expressões de preconceito e de comportamentos discriminatórios começaram a surgir na década de 2000 (LIMA; VALA, 2004) e segundo Pereira (2004), “são exatamente as pressões normativas sobre a manifestação do preconceito que tem levado ao estudo das novas formas de expressão do preconceito” (p. 30).

2.2 Novas formas de expressão do preconceito

Em um contexto, considerado, antipreconceito, os discursos de igualdade não coibiram o aumento dos casos de violência racial (OLIVEIRA et al., 1999) e sexual, principalmente, contra homossexuais (RAMOS; CARRARA, 2006). É importante ressaltar que os estudos sobre as novas formas de expressão do preconceito ainda estavam baseados, sobretudo, nos aspectos étnicos-raciais, mas esse quadro está mudando (GLICK; FISK, 1996). Uma breve explanação a respeito dessas novas expressões do preconceito precisa ser feita, pois possuem particularidades que nos auxiliam entender o processo de legitimação da homofobia.

Entre as diversas formas existentes, podemos citar o racismo moderno (MCCONAHAY, 1983), racismo simbólico (SEARS; MCCONAHAY, 1973) o racismo

aversivo (GAERTNER; DOVIDIO, 1986), o racismo ambivalente (KATZ; HASS, 1988) preconceito sutil (PETTIGREW; MEERTENS, 1995); a infra-humanização (LEYENS et al., 2003); o racismo cordial (TURRA; VENTURI, 1995); e o sexismo moderno (GLICK; FISK, 1996). Essas perspectivas passaram a ter como objetivo dar conta das novas expressões que o preconceito assumia, cada vez mais sutis. Em geral, essas teorias compreendem dois tipos de manifestação do preconceito: uma com característica mais tradicionais, cujo preconceito é expresso por condutas hostis e flagrantes; e uma forma mais moderna e sutil.

Segundo Lima e Vala (2004), o racismo simbólico é uma forma de resistência às mudanças no *status quo* das relações racializadas nos Estados Unidos após a Declaração dos Direitos Civis. Baseada na crença de que os negros violam os valores tradicionais, como individualismo, obediência, disciplina e sucesso, nessa perspectiva os negros são percebidos como uma ameaça simbólica aos valores culturais do grupo dominante, diferente de outras formas de preconceito que o percebem como uma ameaça econômica, por exemplo. Apresenta a crença de que os negros estão “indo muito longe na luta por direitos iguais” (p. 404).

A teoria do racismo moderno (MCCONAHAY, 1983) surgiu para responder a problemática do preconceito contra negros nos Estados Unidos. Seu conceito expõe a noção segundo a qual os negros estão recebendo além do que merecem e violando valores fundadores da sociedade norte-americana, por exemplo, o individualismo meritocrático e a não dependência do estado. Lima e Vala (2004), definem esses valores em questão como sendo, igualdade e liberdade. O racismo aversivo (GAERTNER; DOVIDIO, 1986), representa uma forma sutil de preconceito, pois diferente das teorias de racismo simbólico e moderno, os sujeitos apresentam “boas intenções”, ou seja, mostram-se como pessoas igualitárias e avessas ao racismo. Segundo Fernandes (2011), muitas pessoas que aderem aos princípios igualitários e alimentam crenças sobre sua autoimagem, de modo inconsciente, nutrem sentimentos negativos sobre os negros, gerando um sentimento de ambivalência entre suas crenças de igualdade e de seus sentimentos negativos em relação às minorias. Segundo Lima e Vala (2004), esses sentimentos são decorrentes de dois mecanismos: do contexto racista de socialização a que os autores sociais estão sujeitos e; dos mecanismos da categorização e do viés endogrupal, contribuindo para o crescimento dos estereótipos e do preconceito.

O racismo ambivalente (KATZ; HASS, 1988), é uma teoria específica no campo das teorias dos novos racismos que trata dos efeitos da ambivalência de sentimentos na expressão do racismo. Segundo Lima e Vala (2004), os valores determinam as atitudes e os comportamentos. Por exemplo, uma valorização da democracia e do igualitarismo e por outro

lado, uma valorização, também, do individualismo, da liberdade pessoal, da autoconfiança, da devoção ao trabalho geram conflitos (ambivalência). Além do mais, a ambivalência, normalmente, gera uma tensão e um desconforto psicológico. Para diminuir esse desconforto, os sujeitos tendem a polarizar ou radicalizar suas atitudes raciais. Essa teoria tem semelhanças com a teoria do racismo aversivo. Os sujeitos (racistas) procuram manter uma autoimagem e imagem pública de pessoa igualitária e não preconceituosa, além de que, a noção de conflito (ambivalência) está posta em um nível intrapsíquico e os conflitos são resolvidos de forma não consciente.

A partir dessa nova perspectiva – os novos racismos –, Pettigrew e Meertens (1995) realizaram um estudo sobre minorias raciais na Europa que resultou em duas dimensões de preconceito: sutil e flagrante. Dois componentes emergem nos trabalhos sobre o preconceito flagrante. O primeiro envolve a ameaça e rejeição. Essa manifestação inclui crenças de inferioridade. As manifestações flagrantes possuem a crença de que alguns grupos são inferiores e por conta disso eles possuem algumas desvantagens sociais, justificando assim que a discriminação exista. O segundo componente envolve a oposição à intimidade. Esse tem seu foco na resistência emocional contra qualquer contato íntimo com membros do exogrupo, seja contato meramente sexual ou casamento, além de existir uma rejeição nos contatos provenientes das relações de trabalho em que o indivíduo tenha um chefe pertencente de um exogrupo (PETTIGREW; MEERTENS, 1995).

Pettigrew e Meertens (1995), propõem que o preconceito sutil é revelado com mais três componentes que são expressos de maneira normativa e aceitável pela sociedade. O primeiro componente diz respeito aos valores tradicionais, aqui a vítima do preconceito é considerada culpada pois não está agindo de maneira correta, nem se esforçando para obter sucesso em algo. O segundo componente está relacionado com o exagero das diferenças culturais. Se antes a inferioridade genética era convocada como fator principal, as diferenças culturais passaram a assumir esse lugar. Nesse componente os estereótipos são exagerados de forma grosseira. O terceiro componente nega as respostas emocionais positivas em relação ao exogrupo não admitindo sentimentos negativos, mas negando emoções positivas. Segundo Pereira (2004), “a análise do preconceito contra grupos minoritários não pode negligenciar o papel normatizador das ideologias que organizam as leis psicológicas que regem os processos cognitivos e motivacionais” (p. 33).

A teoria da infra-humanização (LEYENS et al., 2000) subscreve-se no contexto das teorias que estudam as novas formas de expressão do preconceito. Segundo Fleury e Torres

(2007), para compreender o processo de infra-humanização é preciso uma compreensão sobre o essencialismo psicológico, definido pelas autoras como a “crença de que objetos naturais e sociais são detentores de essenciais ou naturezas fundamentais que fazem deles o que eles são. Como tal, constitui uma forma de pensamento que auxilia o processo de categorização e a formação de estereótipos” (p. 478). Esse processo, de infra-humanizar, ocorre dentro das relações intergrupais, servindo como base para a categorização dos grupos e fornecendo argumentos para a diferenciação entre eles (FLEURY; TORRES, 2007).

Segundo Leyens et al., (2000), no processo de infra-humanização o preconceito acontece por acreditar que algumas pessoas não possuem uma essência, biológica, nacional, religiosa, ou alguma outra característica essencial. Em geral, nega-se ao outro grupo características tipicamente humanas e que seriam constituintes da “essência humana”, ou seja, são menos humanos. A infra-humanização, na psicologia social, vem sendo estudada a partir de três indicadores: a de que o exogrupo não é capaz de adotar valores tipicamente humanos; desculturalização do exogrupo, descrevendo por meio de traços de natureza em oposição aos traços culturais; e atribuindo menos sentimentos para o exogrupo, caracteriza-se por atribuir emoções primárias, como: raiva, surpresa, medo, tristeza, alegria etc., (expressas por animis e seres humanos) e, negando emoções secundárias, exemplo: mágoa, desprezo, felicidade, vaidade, admiração etc., (expressas apenas por seres humanos) (FLEURY; TORRES, 2007).

No contexto brasileiro, uma teoria que merece destaque é a do racismo cordial (TURRA; VENTURI, 1995), suas particularidades estão presentes nas diferentes formas de preconceito existentes na atualidade. É uma forma de discriminação contra os sujeitos não brancos (negros e mulatos), caracterizada por uma polidez superficial que esconde comportamentos e atitudes discriminatórias, expressos por meio de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial” (LIMA; VALA, 2004). Segundo Guimarães (1999), “trata-se de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos” (p. 70). Lima e Vala (2004), compreendem essa forma de racismo como não sendo nada cordial, já que exclui e discrimina as pessoas negras. O racismo brasileiro é travestido de boas intenções, os sujeitos não se consideram enquanto tal, inclusive. Para esses sujeitos, o racismo é aquele que separa, não o que nega a humanidade do outro, ou seja, racismo é o que acontece fora (o racismo americano, por exemplo) (GUIMARÃES, 1999).

Estudos mais recentes têm demonstrado a importância dos sistemas de justificação para os estudos do preconceito, além da sua integração com conceitos ligados à ideologia, justiça social e legitimidade do contexto intergrupar (PEREIRA, 2003). As antigas justificativas

relacionadas às diferenças raciais e biológicas entre os sujeitos começaram a ser tratadas de maneira antinormativas. Segundo Pereira (2004), de alguma maneira os grupos sociais precisaram criar novos meios para justificar as diferenças de estatuto social entre eles. As justificativas começaram a ser direcionadas a um viés nas diferenças culturais entre os grupos. Nessa nova estratégia passou-se a argumentar que alguns povos possuíam mais sucesso do que outros, ou seja, seria uma forma de hierarquização cultural. De acordo com Pereira (2003), essas estratégias que alguns grupos encontraram para se sobrepor às normas antirracistas estariam baseadas em discursos ideológicos que justificavam sua situação enquanto “superior”, sem que, de alguma forma, violassem as atuais normas.

Foi nesse contexto que Pereira (2007), propôs pela primeira vez o Modelo da Discriminação Justificada (MDJ), “segundo o qual nas sociedades democráticas, onde supostamente o valor da igualdade é um dos pilares da organização social, a discriminação necessita de ser justificada com argumentos percebidos como não preconceituosos” (PEREIRA; COSTA-LOPES, 2012, p. 185). O modelo, parte do pressuposto de que as justificações utilizadas servem para dissimular os fundamentos preconceituosos do seu comportamento discriminatório. O uso dessas justificações auxilia a solucionar as tensões provocadas entre a necessidade de serem coerentes com os valores igualitários e simultaneamente, agirem em conformidade com crenças e atitudes preconceituosas em relação ao grupo alvo de discriminação. Duas hipóteses analíticas são lançadas para explicar o mecanismo de legitimação da discriminação: as justificações são um processo mediador entre preconceito e discriminação e; esta mediação é moderada pelo contexto normativo (PEREIRA; VALA, 2010).

Duas décadas depois das teorias sobre as novas expressões do preconceito aparecerem, uma discussão começou a ter lugar na área do preconceito de gênero, o sexismo moderno (GLICK; FISK, 1996) que é o preconceito dirigido às mulheres. Glick e Fisk (1996) propuseram uma teoria baseada nas novas formas de sexismo ou formas ambivalentes, já que não são diretas e claras como as formas tradicionais de discriminação que percebem, por exemplo, as mulheres como diferentes e inferiores aos homens. O sexismo ambivalente apresenta duas formas principais, hostil e benevolente, as quais estariam interligadas por três ideologias que estariam em sua base.

A primeira é o (1) paternalismo, referente ao relacionamento que existe com a mulher no mesmo modo em que um pai se relaciona com um filho, ou seja, pode existir uma matriz de domínio ou de afeto e proteção. Na vertente hostil, o paternalismo percebe a mulher como

alguém incapaz, além da crença de que os homens têm mais poder. Na vertente benevolente, a mulher é percebida como carente de cuidado e proteção, o homem precisa ser o mantenedor do lar e tomar as decisões mais importantes, por exemplo. A segunda ideologia é a (2) diferenciação de gênero, nesse aspecto o sexismo hostil está relacionado com a competitividade entre homens e mulheres, além da crença que o homem é mais competente que as mulheres. No caso do benevolente, percebe-se atributos positivos nas mulheres, mas como sendo complementares aos dos homens, por exemplo, as mulheres são exímias nas funções domésticas, enquanto os homens em outras atividades remuneradas. O último aspecto (3) está relacionado à heterossexualidade, na forma hostil, existe a crença de que as mulheres são perigosas e manipuladoras, exercendo seu poder sexual para dominar o homem. Na forma benevolente, a crença de que a felicidade de vida é consequência da união entre homens e mulheres e, são essas relações que tipicamente estão relacionadas com a intimidade, ou seja, sem um companheiro a pessoa deve ser digna de compaixão e ajuda (FORMIGA; GOUVEIA, SANTOS, 2002; GATO; CARNEIRO; FONTAINE, 2011; GLICK; FISK, 1996).

A psicologia Social tem centrado seus estudos sobre o preconceito sobretudo nos aspectos étnico-raciais. Os estudos com outras formas de preconceito, por enquanto, ainda têm recebido uma menor atenção. A década de 1960 a 1970 foi um período cujas teorias do preconceito passaram a questionar o fenômeno baseada nas novas expressões que ele assumia. Paralelo a isso, começa na psicologia uma mudança no posicionamento referente à sexualidade dos sujeitos não heterossexuais, principalmente com a luta dos movimentos sociais que começa a ganhar forças.

2.3 Homossexualidade e Homofobia

No final da década de 1960, surge nos Estados Unidos o Movimento de Liberação Gay que se consolida em um contexto de luta contra o racismo e pelos direitos civis de negros e negras, além da luta das mulheres na segunda onda feminista (FERRAZ, 2015). No Brasil, neste mesmo período, o país está vivendo um período de ditadura militar e somente nos anos 1970 os movimentos feministas ganham visibilidade. Na segunda metade dessa mesma década é que surgem os movimentos negros, e a primeira onda do movimento homossexual, com o Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), na cidade de São Paulo (FACCHINI, 2011).

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) e em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retiram a homossexualidade do manual de classificação de doenças

mentais. Enquanto isso, no Brasil as lutas e reivindicações para a despatologização da homossexualidade iniciaram apenas nos anos 1980 e ganharam forças com o Grupo Gay da Bahia coordenando uma campanha nacional entre 1981 e 1985 para retirar a homossexualidade do Código de Saúde do INAMPS que ainda a rotulava como desvio e transtorno sexual. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina atendendo às reivindicações, deixa de enquadrar a homossexualidade como doença (CARNEIRO, 2015).

Após a terceira onda do movimento homossexual no Brasil que deu início nos anos 1990 é que as organizações de apoio aos homossexuais começam a ganhar visibilidade. Surge em 1995 a primeira Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Essa contextualização é necessária para situar os esforços que os movimentos de homossexuais enfrentaram para que em 22 de março de 1999 o Conselho Federal de Psicologia também oficializasse a despatologização da homossexualidade.

A Psicologia tem contribuído de forma efetiva para a difusão de um tema que antes era pouco tocado na literatura nacional e, até mesmo, internacional. Haja vista que as questões ligadas à sexualidade são de extrema complexidade. Mesmo assim é possível traçar os segmentos nos quais o tema da homossexualidade é estudado neste campo (ALEXANDRE, LIMA; SOUSA GALVÃO, 2014).

Na literatura internacional, segundo Fávero (2010), as questões ligadas à homossexualidade eram estudadas a partir de três perspectivas. (1) as que buscavam entender o significado da identidade homossexual a partir de abordagens psicológicas (KERTZNER, 2001); (2) uma segunda que buscava estudar o desenvolvimento da identidade sexual das homossexualidades (DIAMOND 2000); e (3) por fim, uma linha que busca compreender como os homossexuais lidam com as questões de masculinidade e feminilidade, ou seja, como são afetados por esses temas, tanto na sua identidade como em seus relacionamentos (SÁNCHEZ, 2009).

Ainda no campo acadêmico, o primeiro trabalho escrito sobre a homossexualidade no Brasil sem um interesse polialesco ou médico, foi escrito por José Fábio Barbosa e Silva em 1958 ainda no período que o país passava por uma ditadura (GREEN, 2005). Segundo Alexandre, Lima e Sousa Galvão (2014), a partir de uma revisão sistêmica da literatura referente às homossexualidades é possível delimitar seis categorias temáticas, nos quais, os estudos brasileiros se debruçam desde que a homossexualidade passou a ser objeto de estudo: (1) a primeira está relacionada às questões teóricas e a história da homossexualidade (TREVISAN, 2000; SPENCER, 1999); (2) outra linha estuda a homofobia e o preconceito internalizado

(NUNAN, 2010; LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2003); (3) a terceira linha estuda a homossexualidade e os repertórios discursivos (BORGES, 2010); (4) a quarta perspectiva investiga a homossexualidade e os movimentos sociais (MACHADO; PRADO, 2005); (5) a quinta, foca na homossexualidade e adoção (UZIEL, 2007); (6) e por fim, a sexta categoria trata da psicologia e questões de gênero (FÁVERO, 2010).

Com relação à homofobia, os primeiros trabalhos encontrados sobre o tema foram do antropólogo, historiador e pesquisador Luiz Mott em 1985 sobre as relações raciais entre homossexuais no Brasil. Contudo, a homofobia nem sempre foi tratada com essa nomenclatura, além de também ter ganhado o caráter de objeto depois de um longo processo de transformações sociais como citado anteriormente.

Para uma melhor compreensão acerca da homofobia enquanto objeto, uma revisão sobre o tema precisa ser definida. Na literatura psicológica o termo foi utilizado pela primeira vez por Smith em 1971 para se referir a uma aversão de caráter psicológico à homossexualidade. Entretanto, foi apenas em 1972 que o termo se popularizou com o psicólogo americano George Weinberg que agrupou os termos “homo” (semelhante) e “fobia” (medo) para definir a homofobia como sendo um medo em partilhar o mesmo espaço com pessoas homossexuais, já no caso dos próprios homossexuais ele chamou de auto aversão (GATO; CARNEIRO; FONTAINE, 2011).

O termo, até hoje, sofre/sofreu modificações no que diz respeito a sua nomenclatura e significado. Expressões como homossexismo (LEHNE, 1976), homonegativismo (HUDSON; RICKETTS, 1980) e homopreconceito (LOGAN, 1996), por exemplo, partilham de concepções parecidas, pois compreendem o aspecto sexista do preconceito para com os homossexuais, além de demonstrar claramente as violações dos papéis sexuais tradicionais. Por exemplo, os homossexuais são percebidos como violadores das características essenciais masculinas, como a de provedor e pai, assumindo na realidade o papel feminino, de submissão. Essas suposições percebem os homens homossexuais como sendo inferiores aos homens heterossexuais, assim como as mulheres são. Essas implicações vão além do lugar da homossexualidade, pois tocam no núcleo dos papéis masculinos e femininos (LOGAN, 1996).

Outro conceito encontrado na literatura é o heterossexismo (MORIN, 1977), a supervalorização da heterossexualidade em detrimento a homossexualidade. O termo preconceito sexual (HEREK, 2000) faz parte de uma corrente mais tradicional da psicologia americana que estuda as atitudes negativas baseadas na orientação sexual. Posteriormente,

Herek (2007) propôs o conceito de estigma sexual, entendido como um fenômeno cultural que independe das atitudes individuais, pois surgem no contexto social.

Seguindo uma tendência atual dos estudos sobre o preconceito contra homossexuais escolhemos trabalhar o fenômeno utilizando o termo homofobia. Sua etimologia tem origem do grego *homo*, que significa “o mesmo” e *phobikos* “ter medo e/ou aversão a”. Segundo Souza e Pereira (2013) é utilizado para se referir ao medo e/ou aversão pelas relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Sendo assim, refere-se a atitudes hostis e discriminatórias contra homossexuais, além dos atos de violência.

Segundo Junqueira (2012) o termo homofobia “costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas” (p. 3). As definições de homofobia incorporam, basicamente, duas dimensões, postas de maneira isolada ou combinada, a depender da compreensão. Segundo Rios (2007), uma diz respeito à dinâmica subjetiva desencadeadora da homofobia (medo, aversão e ódio), resultando no preconceito contra homossexuais. Outra dimensão sublinha suas raízes sociais, culturais e políticas.

Para Borrillo (2009), a homofobia é definida como:

A hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma particular de sexismo, a homofobia renega igualmente todos aqueles que não se enquadram nos papéis determinados para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades, o que tem consequências políticas (2009, p. 27).

O autor chama a atenção para o fato de que a homofobia possui a mesma lógica excludente que outras formas de inferiorização, cujo objetivo é sempre desumanizar o outro. Ela “se constrói com base na atribuição de certas características ao grupo estigmatizado - entre elas, uma forte identidade -, na capacidade de mobilizar meios mais ou menos ocultos e na tendência a se apoiar em redes mais ou menos secretas” (BORRILLO, 2009, p.29). Possui a característica de supervalorização de uns e o menosprezo de outros, como acontece, por exemplo, no racismo, no sexismo e na xenofobia. A homofobia está presente nas relações sociais e, principalmente, no senso comum, por meio de crenças, emoções e condutas. Baseada nessa definição é que essa dissertação compreende e se propõe a estudar o fenômeno.

Borrillo (2009) traz em suas problematizações sobre o tema outras considerações importantes. Como o deslocamento do objeto de análise sobre a homofobia que é capaz de realizar uma mudança epistemológica e política. Ao invés de buscar compreender o

comportamento homossexual, a atenção se volta para compreender a não aceitação da homossexualidade. O objetivo é compreender a hostilidade provocada em torno dos sujeitos homossexuais, não pela condição de cada um, mas pela necessidade de se questionar toda e qualquer forma de violência contra eles. Independente da natureza da homossexualidade, se ela é uma orientação ou opção, a sexualidade alheia não deveria ser considerada menos legítima do que qualquer outra. Além de não ser considerada enquanto um atributo de personalidade, da mesma forma que a cor de pele não deve(ria) ser.

A homofobia não faz como vítima apenas os homossexuais (VIANA, 2013), mas a todos aqueles que não se enquadrem em uma ordem clássica dos gêneros, por exemplo, travestis, transexuais, mulheres heterossexuais consideradas de “personalidade forte”, homens heterossexuais que são vistos como “sensíveis em demasia”, bissexuais, etc. Falar de homofobia é entrar em um campo complexo, principalmente devido à forma pela qual ela se manifesta. Desde a uma “simples” piada que tem objetivo ridicularizar os homens que fogem do padrão de virilidade masculina, até mesmo a casos mais agressivos de violência.

A proposta difundida por Borrillo (2009) traz em suas definições aspectos importantes para a compreensão do fenômeno. O autor explica os vários sentidos que a homofobia parece concentrar e assume sistematizando em: psicológica, cognitiva, geral e específica. “A homofobia afetiva (psicológica) se caracteriza pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hetero, pregando a tolerância, uma clemência policiada dos ortodoxos para com os hereges” (p. 20). A homofobia psicológica se assemelha aos outros tipos de fobias existentes, que gera sentimentos negativos como o medo, aversão e pânico diante de um homossexual. A homofobia cognitiva, ligada a um aspecto social e simbólico, está relacionada com a construção a respeito do homossexual e da homossexualidade baseada em estereótipos. O autor lembra que essa distinção entre homofobia psicológica (individual) e cognitiva (social), apesar de necessária, não dá conta da polissemia desse objeto (FEITOSA, 2016).

Tendo em vista as limitações existentes nessas classificações, é preciso pensar em novas possibilidades e classificações que proporcionem que o fenômeno seja compreendido em uma maior totalidade, levando em consideração outros posicionamentos para com os homossexuais. Borrillo (2009) estabelece uma segunda distinção entre homofobia geral e homofobia específica. A geral é uma manifestação do sexismo, ou seja, discriminar alguém por conta do seu sexo (macho/fêmea) e do seu gênero (masculino/feminino). Nessa perspectiva, o preconceito é destinado para aqueles sujeitos que não se enquadram nas características

designadas como tradicionais para seu sexo/gênero. Conforme o autor, “dessa forma, a homofobia geral permite denunciar os desvios e deslizos do masculino em direção ao feminino e vice-versa, de tal maneira que se opera uma espécie de atualização constante nos indivíduos, lembrando-os de seu “gênero certo” (BORRILLO, 2009, p. 22).

Diferente da homofobia geral, a homofobia específica tem alvos característicos, diz respeito a gays e lésbicas, por exemplo. Fala-se, inclusive, de uma diferenciação entre “gayfobia” e “lesbofobia”, mas não sobre transfobia e bifobia, por exemplo (FEITOSA, 2016). Essas especificações, segundo Borrillo (2009) existem pelo fato de levar em consideração as representações que acompanham cada um dos sexos, bem como suas funções, por isso uma terminologia própria. É importante lembrar que essas especificidades nem sempre foram evidenciadas como importantes. Segundo Colling e Nogueira (2014), em um dos seus primeiros trabalhos, Borrillo (2010), fala a respeito dessas terminologias, mas termina reduzindo todas elas a uma única nomenclatura – homofobia – como pode ser visto abaixo:

Para exprimir a complexidade do fenômeno, de maneira mais satisfatória, deveríamos utilizar, em vez de homofobia específica, os seguintes termos: “gayfobia” para a homofobia em relação aos homossexuais masculinos; “lesbofobia”, no caso de mulheres homossexuais, vítimas do menosprezo em decorrência de sua orientação sexual; “bifobia”, ao se tratar de bissexuais; ou, ainda, “travestifobia” ou “transfobia”, em relação aos travestis ou aos transexuais que sofrem tal hostilidade. Por razões de economia de linguagem, adotamos “homofobia” para o conjunto desses fenômenos (BORRILLO, 2010, p. 23).

Essa colocação feita pelo autor rendeu algumas críticas. Reduzir todas as outras formas de violência que são específicas a apenas um conceito foi questionado por autores como Colling e Nogueira (2014) que argumentaram o seguinte:

Ora, trata-se de um argumento muito questionável, pois sabemos, há muito tempo, em especial os estudos das sexualidades e dos gêneros via Foucault (1998) e Butler (2003), por exemplo, que a linguagem está carregada de relações de poder e marcada pelas normas que geram preconceitos contra as pessoas não heterossexuais. E, além disso, esses e tantos outros estudos evidenciam que a linguagem muda com o decorrer do tempo, em especial quando existe uma política para nela interferir. Portanto, não se sustenta a alegação do uso de um conceito que, como vimos, opera exclusões, em função de uma “economia de linguagem” (COLLING, NOGUEIRA, 2014, p. 173).

Os autores acreditam que é justamente essa variedade e pluralidade conceitual que precisa ser colocada em evidência, tendo em vista que dentro dos movimentos de combate à homofobia, esses termos são motivo de reivindicações e disputas. De todo modo, Borrillo (2009) compreende que existem outros fatores como as relações de poder, as hierarquias sociais e a historicidade que cada sujeito carrega consigo na definição de homofobia que ele propôs, e, apesar de não mencionar de maneira específica cada sujeito, seu conceito, tenta abarcar a todos. Ele rompe com a ótica reducionista que perceba apenas a ideia de hostilidade contra os

homossexuais sem conexão com diferentes marcadores (gênero, raça, etnia, classe, etc). Por isso, sua definição está servindo como referência nessa pesquisa, além de ser uma das definições mais utilizadas nos trabalhos sobre o campo.

Ainda sobre o fenômeno da Homofobia, segundo Borrillo (2009) uma das coisas que caracterizam a homofobia é:

O fato de que ela visa mais claramente indivíduos separados e não grupos constituídos *a priori* como minorias. O homossexual sofre solitário o ostracismo ligado à sua homossexualidade, sem nenhum apoio de seus próximos e frequentemente em um ambiente familiar hostil. Ele é, portanto, mais vulnerável a uma atitude de aversão a si mesmo e a uma violência interiorizada que pode levá-lo ao suicídio (p.33).

Uma outra discussão necessária para compreender os desdobramentos referentes à homofobia é o conceito de homofobia internalizada ou interiorizada. Essa perspectiva está relacionada com a forma que os homossexuais assimilam a cultura homofóbica e constroem, em suas subjetividades, pensamentos e práticas homofóbicas. Segundo Borrillo (2010) essa assimilação é compreensível, já que “em uma sociedade em que os ideais de natureza sexual e afetiva são construídos com base na superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, parece difícil esquivar os conflitos interiores resultantes de uma não adequação a tais valores” (BORRILLO, 2010, p. 101). Outros autores (PEREIRA e LEAL, 2005) definem como sendo o resultado de todas as atitudes negativas que o sujeito termina internalizando, provocando conflitos internos, pensamentos negativos e de desvalorização para consigo, além da baixa autoestima.

Um conceito que não foi proposto por Borrillo (2010), mas que atualmente tem sido bastante estudado (FEITOSA, 2016; PEREIRA, 2017) é o de homofobia institucional. Segundo Feitosa (2016), diz respeito à forma com que as instituições lidam, reproduzem ou se omitem de forma direta ou indireta frente às condutas homofóbicas. Além do mais, vale mencionar que as questões ligadas à orientação sexual, ainda hoje, configuram impedimento em muitas questões jurídicas, diferente de outras formas de discriminação ligadas à raça, religião, sexo ou classe. Atualmente, o racismo, antissemitismo, xenofobia, sexismo, entre outros, são condenados fortemente pelas instituições, à homofobia ainda não possui diretrizes próprias que coíbam qualquer tipo de ato preconceituoso e/ou discriminatório contra as homossexualidades (BORRILLO, 2009).

A homofobia é um fenômeno relevante que está presente nas relações sociais, por meio de crenças, emoções, ideologias e posicionamentos. É um tema que gera debate em diferentes esferas, criando e recriando conhecimento através dos veículos de comunicação social, por exemplo. Além de se constituir como uma forma de conhecimento prático partilhado por um

conjunto social. O conceito de homofobia que escolhemos trabalhar (BORRILLO, 2009) está em consonância com a nova perspectiva que os estudos sobre o preconceito tomaram (que não levam em consideração apenas os processos individuais, mas outros aspectos importantes como as relações intergrupais, as relações de poder e a influência social).

As relações intergrupais se constituem enquanto processos norteadores na compreensão da homofobia, tendo em vista que a formação de grupos e os processos de categorização social se constituem como a forma pelos quais os grupos sociais se identificam e, conseqüentemente, expressam posicionamentos contrários aos homossexuais. A esse respeito é que tomamos as representações sociais como base tanto para a compreensão da homofobia, como desses processos de relações intergrupais. Por meio delas, é que os sujeitos conseguem, por exemplo, categorizar os grupos. Afinal, a partir das representações que os sujeitos têm sobre determinados grupos sociais e, também, sobre determinadas formas e práticas de viver que eles podem se “definir” pertencentes ou não de determinados grupos. Além disso, conseguem definir o grupo que pertencem (endogrupo) e o grupo que rejeitam não fazem parte (exogrupo) (DOISE, 2002; ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011; GOUVEIA, 2016; VALA; CASTRO, 2013)

2.4 A Teoria das Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais foi elaborada por Moscovici em 1961 com sua obra inaugural *“A psicanálise, sua imagem e seu público”*, cujo objetivo era compreender as representações da psicanálise, bem como a apropriação que diferentes grupos sociais faziam dela na sociedade francesa. Nesse sentido, o estudo das relações intergrupais está presente no coração da teoria (VALA; CASTRO, 2013). Para Moscovici (1961), as representações sociais originam-se nas teorias científicas, culturais, ideológicas, nas experiências e nas conversações interindividuais e intergrupais, sendo estas, “um sistema de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material (SILVA; CONSTANTITO; PREMAOR, 2011, p. 235). Utilizaremos, entretanto, a definição de Jodelet (2001) que, segundo Arruda (2002) é a definição mais consensual entre os pesquisadores do campo. Entende-se por Representações Sociais:

Um sistema de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto à difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais,

na expressão dos grupos e nas transformações sociais. [...] como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdo. Modalidade de pensamento que tem sua especificidade em seu caráter social (JODELET, 2001, p. 22).

Dessa maneira, é possível considerar as Representações Sociais como esquemas de representação da realidade comuns a um conjunto social, cujos indivíduos organizam suas relações com o mundo e guiam suas condutas, bem como seus comportamentos no meio social (COUTINHO; ARAÚJO, GONTIÉS, 2004). Moscovici (2009) apresenta-nos dois processos essenciais que compõem a gênese das representações sociais: ancoragem e objetivação, dois processos sociocognitivos responsáveis por tornar o estranho familiar.

A ancoragem é o processo pelo qual algo estranho e perturbador pode ser transformado através do nosso sistema de pensamentos pré-existentes, comparando o que antes era desconhecido com algo conhecido e já categorizado em nossa mente, partilhado na memória social do grupo. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (MOSCOVICI, 2009, p.61). O processo de ancoragem implica em: (1) atribuir sentido, quando uma representação se consolida em uma rede de significados estruturados e hierarquizados através de conhecimentos e valores preexistentes na cultura; (2) instrumentalização do saber, confere um valor funcional à representação, tornando-a uma referência para a compreensão da realidade social; (3) o processo de enraizamento nos sistemas de pensamento, segundo Santos (2005), diz respeito:

As novas representações que se inscrevem num sistema de representações preexistentes, desta forma o novo torna-se familiar ao mesmo tempo em que transforma o conhecimento anterior. Assim, o sistema de pensamento preexistente ainda predomina e serve como referência para os mecanismos de classificação, comparação e categorização do novo objeto (p.33).

A objetivação é processo pelo qual o que era desconhecido passa a ser familiar. O que era abstrato passa a ser concreto, além de transformar um conceito em um núcleo figurativo (SANTOS, 2005). “Une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece então diante dos nossos olhos, física e acessível” (MOSCOVICI, 2009, p. 71). A objetivação atua a partir de três momentos: (1) seleção e descontextualização das informações, valores culturais ou religiosos, tradições culturais e experiências prévias, como forma de obter um todo; (2) formação de um núcleo figurativo, no sentido de construir um certo padrão básico que constitui uma representação; (3) naturalização, nesse movimento

os elementos construídos socialmente se tornam realidade, ganhando materialidade junto às relações sociais (SANTOS, 2005; BONOMO, 2010).

Outro aspecto que merece destaque diz respeito às funções das representações sociais. Esse aspecto é importante pois está relacionado aos processos que os sujeitos utilizam para explicar e dar sentido à realidade social. Temos ao menos quatro funções que se destacam: (1) função de saber, cujas representações servem para que seja possível explicar, compreender e dar sentido; (2) função de orientação, as representações servem como guias de conduta, orientando práticas sociais; (3) função identitária, partilhada por um grupo que utiliza para se diferenciar e se definir, possibilitando uma diferenciação grupal; (4) função justificadora, utilizadas para justificar as condutas relativas a determinados objetivos. As Representações Sociais pautam decisões e posições ligadas às questões sociais, além de organizar os processos simbólicos que interferem nas relações sociais (SANTOS, 2005).

Os processos de formação e as funções das representações sociais estão diretamente ligadas ao objeto dessa dissertação, por isso serão considerados como elementos de análise. A teoria das representações sociais apresenta um vasto desenvolvimento conservando um interesse pelas relações entre os grupos sociais em suas diversas abordagens.

2.4.1 Principais abordagens no campo de estudo das representações sociais

Dentro da “grande teoria”, existem três concepções que possuem formas particulares de analisar o processo representacional, mas todas compatíveis com as ideias iniciais de Moscovici (1961), são elas: a abordagem dinâmica ou processual de Jodelet (1989); a abordagem estrutural com a teoria do núcleo central de Abric (1976); e a abordagem societal de Doise (2002).

A abordagem difundida por Jodelet (1989) define as representações sociais como sendo uma modalidade de conhecimento prático, orientados para a comunicação e compreensão de uma realidade comum a um conjunto social. São formas de conhecimento que se manifestam como imagens, conceitos, categorias e teorias, mas não se reduzem apenas aos componentes cognitivos, pois são socialmente elaboradas e compartilhadas. O estudo de Jodelet (2005) sobre as interações sociais entre a comunidade e os pacientes com doença mental, mostra que as práticas em relação às pessoas abrigadas revelavam representações sociais da loucura enquanto uma doença contagiosa. A abordagem desenvolvida por Jodelet (2005) coloca representações e práticas no centro das relações intergrupais, destacando as quatro funções das representações, em especial a função identitária.

A abordagem estrutural proposta por Abric (1976) considera as representações sociais como estruturas de conhecimento que são compartilhados pelos grupos e surgem por elementos cognitivos ligados entre si. Abric (1976) divide as representações sociais em elementos centrais e periféricos. O núcleo central, mais resistente a mudanças, é formado por elementos normativos e funcionais. Segundo Mendonça e Lima (2014), seriam os padrões sociais e ideologias, bem como as características descritivas e as condutas sociais. Os autores consideram ainda “que quanto maior a aproximação do sujeito com o objeto da representação mais o núcleo central dessas representações se torna funcional” (p.195).

Na perspectiva estrutural o núcleo central é mais estável e garante que as representações sociais continuem em contextos móveis e evolutivos. Uma transformação só é possível caso o núcleo central se modifique. Já o sistema periférico, mais flexível e evolutivo, é essencial ao sistema central, pois tem como uma de suas funções protegê-lo, sendo mais funcional e permitindo que as representações se ancorem na realidade do momento. Além do mais, as mudanças das representações se iniciam nos elementos periféricos que diante de uma situação estranham se ampliam até atingir o núcleo central.

Um aspecto que precisa ser mencionado é que alguns elementos das representações sociais podem não ser expressos pelas pessoas, eles estariam escondidos ou mascarados. Estamos falando da zona muda das representações sociais, isto é, “espaços de representações que embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de investigação” (MENIN, 2006 p. 43), isso acontece porque esses discursos seriam contra normativos e os estereótipos negativos e os preconceitos estão inseridos nessa categoria, por exemplo. Com base nessas considerações, a construção de instrumentos com o objetivo de identificar esta zona muda é indispensável, já que em uma condição normal de coleta eles não apareceriam (ABRIC, 2005).

Segundo Abric (2005), reduzindo a pressão normativa, a verbalização dos elementos contra normativos se torna possível. Ademais, essa pressão normativa tem origem em dois elementos da situação. O próprio sujeito e seu grupo de referência se constituem como ação sobre esses dois objetos. É possível perceber dois tipos de instrumentos que facilitam o acesso as expressões da zona muda. O primeiro, técnica de substituição, tem o objetivo de reduzir a pressão normativa reduzindo o nível de envolvimento do sujeito. O segundo, técnica de descontextualização normativa, reduz a pressão normativa deslocando o sujeito para um grupo de referência que não faz parte do seu contexto, possibilitando que ele explicita seu pensamento de maneira livre.

Desta forma, a abordagem de Abrie (2005) tem uma relação direta com as relações intergrupais, pois, quando o sujeito está inserido no seu grupo de referência, os aspectos normativos e de desajustabilidade social aparecem de imediato, ele tende a se enquadrar enquanto “bem visto” e responde de acordo com a norma. Quando ele é colocado em outro contexto – pertencente ao exogrupo – ele expressa discursos negativos, pois o contexto antinormativo não está operando. Guimelli e Deschamps (2000) utilizaram essa técnica em um estudo sobre as representações sociais dos ciganos entre estudantes franceses. Quando se questionava os estudantes em uma situação normal, eles evocavam palavras positivas e com neutralidade, por exemplo, os ciganos são nômades e alegres. No contexto de substituição – quando os estudantes precisavam se colocar no lugar de outra pessoa e responder “o que as outras pessoas” pensam sobre os ciganos – as palavras com conteúdo negativo começam a aparecer, ou seja, os ciganos seriam ladrões, mendigos e sujos. A abordagem estrutural a partir da noção de zona muda, tem influenciado e norteado diferentes trabalhos sobre temas que, de forma direta, não apresentariam discursos pouco empregados. Outros autores (CAMARGO; BERTOLDO; BARBARÁ, 2009; BARROS, 2015) no contexto brasileiro, utilizam essas técnicas para explorar temas ligados ao preconceito e a estereotipagem contra homossexuais e soropositivos.

Outra abordagem fruto da “grande teoria das representações sociais” que merece destaque é a proposta desenvolvida por Doise (2002). Ele aborda metassistemas de regulação social articulados aos sistemas cognitivos dos sujeitos no instante em que esses pensam e agem sobre o mundo. Segundo Doise (2002), o trabalho com as representações sociais fornece “o quadro mais estimulante para construir uma psicologia societal imbricando o estudo dos sistemas cognitivos no nível do indivíduo, no estudo dos sistemas relacionais e sociais” (p.30). Além da articulação de elementos afetivos, mentais, da linguagem, da comunicação, cognição, entre outros. A perspectiva societal coloca as relações intergrupais no contexto dos conflitos culturais e ideológicos de uma sociedade, colocando em evidência explicações que destacam as relações de poder entre os grupos. Sendo assim, precisamos retomar uma discussão sobre um fenômeno social específico, a homofobia, e compreender como ela vem sendo articulada com a teoria das representações sociais.

A teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1961) e a teoria da identidade social (TAJFEL, 1972) se tornaram a base de uma psicologia social europeia. Juntas foram capazes de formar uma crítica a um modelo de psicologia individualizada que não levava em consideração as relações de poder, a desigualdade social e as lutas coletivas. Elcheroth, Doise e Reicher (2011), relembram um aspecto crítico das representações sociais no que diz respeito

à forma como as pessoas categorizam os outros na sociedade. Este seria um aspecto importante porque está ligado aos conhecimentos sociais já internalizados. A forma pela qual as pessoas categorizam depende da representação que elas têm do grupo de pertença e do exogrupo. Nesse sentido, as representações sociais são princípios organizadores para a categorização e para relações intergrupais.

Proposta por Willem Doise, a abordagem societal das representações sociais está articulada em uma perspectiva psicossociológica, com o olhar voltado para os sistemas sociais que estavam sendo esquecidos pela psicologia. Nessa perspectiva, a inserção social dos indivíduos é utilizada como fonte de variação das representações. O objetivo é conectar o individual ao coletivo, buscando articulações e explicações de ordem individual com explicações de ordem societal. Além do mais, os processos que são utilizados pelos indivíduos em suas relações sociais são orientados por dinâmicas sociais de ordem interacionais, posicionais e de crenças gerais (ALMEIDA, 2009; ROCHA, 2011).

Doise (1982) propõe a integração de quatro níveis de análise no campo de estudo da psicologia social. São eles: (1) nível intraindividual; (2) nível interindividual; (3) nível posicional e (4) nível ideológico.

O primeiro, nível intraindividual é focado nos processos psíquicos internos e na forma que os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. Segundo Doise (2002), nesse nível os estudos sobre o equilíbrio cognitivo são os assuntos mais estudados. O segundo, nível interindividual ou situacional, considera os indivíduos como intercambiáveis, ademais, seus sistemas de interações é que proporcionam as explicações dinâmicas desse nível. Para exemplificar esse nível, podemos citar as pesquisas sobre redes de comunicação, bem como as experiências com jogos de motivações mistas. Um terceiro nível chamado de posicional ou intergrupar considera as posições distintas que os indivíduos ocupam em suas relações sociais, além de analisar de que forma suas posições modulam os processos dos dois primeiros níveis. As pesquisas desse nível estão relacionadas com grupos de *status* diferentes, ou seja, dominantes e dominados, majoritários e minoritários, entre outros (DOISE, 2002).

Por fim, o quarto nível, chamado de ideológico ou societal está interessado na análise dos processos e sistemas sociais, ou seja, considera crenças, representações avaliações e normas sociais. Segundo Doise (2002), “as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais” (p. 28). A esse respeito ele nos dá o exemplo de uma ideia ingênua de justiça, ou seja,

as pessoas agem como se o mundo fosse justo e ordenado, e as sujeitos têm o que merecem e merecem o que têm. Isso acontece porque as pessoas não conseguem conviver com o fato de que os eventos no mundo são aleatórios, ou seja, as crenças no mundo justo são processos psicológico que permitem ao sujeito uma sensação de invulnerabilidade pessoal diante do mundo que é instável (MODESTO, 2017).

Essa distinção nos níveis de análise não serve simplesmente para uma classificação, mas como ferramenta que permite uma melhor compreensão de determinados fenômenos. Isso porque, segundo Doise (2002), “análises articulando vários níveis teóricos são mais completas; elas conduzem a uma melhor descrição de um processo conceitualizado em um dos níveis, precisando, prioritariamente, as condições de sua atualização, a partir dos outros níveis de análise” (p. 28). As análises advindas da psicologia social além de complementar as análises sociológicas também são complementadas por essas. Esse processo é que permite uma melhor compreensão dos jogos sociais.

Pereira (2004), a respeito dos níveis de análise propostos por Doise (1982), compreende, por exemplo, a teoria da personalidade autoritária proposta por Adorno e colaboradores (1950) inseridas em um nível intraindividual. Os estudos desenvolvidos por Allport (1954) inseridos em um nível interindividual. A perspectiva das relações intergrupais proposta por Tajfel (1978), estaria classificada no nível das análises posicionais. No nível ideológico, podemos citar os estudos de Camino e Pereira (2002), sobre representações sociais e, também, sobre as normas sociais.

Essa dissertação compreende e estuda o preconceito a partir desses pressupostos (abordagem societal). Nessa perspectiva, Lacerda, Pereira e Camino (2002) definem o preconceito como “uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencer a esse grupo” (p.166). A forma que escolhemos estudar o preconceito se distancia de uma antiga lógica (individualista) dos estudos sobre tema. Atualmente entendemos que uma articulação com outras teorias (identidade social, por exemplo) é de extrema necessidade, tendo em vista que para a compreensão da homofobia é preciso analisar diferentes aspectos que estão relacionados a ele, dentre esses aspectos as relações intergrupais são um deles.

A abordagem societal das representações sociais está interligada com abordagem da identidade social, especificamente, com as relações intergrupais, sugerindo, inclusive, que os indivíduos não constroem o conhecimento sozinho, mas sim, no momento que eles se unem

(formação de grupos). A contribuição dessa abordagem reside na exploração dos processos pelos quais as pessoas chegam a uma compreensão compartilhada do mundo social e como isso está ligado com as suas práticas na sociedade. Nesse processo, quatro componentes definidores das representações sociais precisam ser levados em consideração, pois estão articulados também com as relações intergrupais, fruto dos estudos clássicos de identidade social. São eles: (1) representações sociais como conhecimento compartilhados; (2) como meta-conhecimentos; (3) representações como práticas sociais e (4) representações sociais como pressupostos mundiais. A seguir, vamos considerar cada elemento separadamente antes de entender a perspectiva que juntos eles representam (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

O primeiro aspecto, relacionado às representações sociais como conhecimento compartilhado, diz respeito ao comportamento social que é afeiçoado justamente pelo conhecimento compartilhado socialmente e não pelas nossas experiências pessoais. Elcheroth, Doise e Reicher (2011), cita como exemplo o fato de que as crenças e as ações não têm a função de saber, por exemplo, se “eu estou desempregado” ou se “eu sofri discriminação”, mas sim entender se “sofremos por conta dos altos níveis de desemprego” ou se “sofremos com a discriminação”.

Esse foco no conhecimento compartilhado levanta uma questão importante, como ele vem a ser compartilhado. Por isso, a abordagem societal coloca ênfase na comunicação (tanto direta como de massa) como responsáveis na criação desse conhecimento.

O segundo aspecto, representações sociais como meta-conhecimento, diz respeito não ao que pensamos sobre nós mesmos, mas o que pensamos que as outras pessoas pensam sobre nós. É importante mencionar que nem todo esse meta-conhecimento é equivalente. Na verdade, respondemos de formas diferentes ao que os outros pensam e fazem. Elcheroth, Doise e Reicher (2011), cita como exemplo, um sujeito que tem posições políticas de esquerda e está em uma manifestação política vendo pessoas rindo e aplaudindo. É possível que a reação dele seja diferente a depender da categorização que ele faça dos sujeitos, se eles são de esquerda ou direita. Em ambos os casos, o que eles fazem influencia a forma de como o sujeito vai interpretar a mensagem que estão aplaudindo. Em último caso, é possível que o comportamento deles encoraje o sujeito a ser mais crítico com relação à mensagem que está aplaudindo. Nesse aspecto é que as representações sociais se tornam princípios organizadores para que os sujeitos criem categorias que farão aceitar as crenças dos outros ou se afastar delas.

Esse aspecto das representações sugere que continuamente processamos informações em dois níveis. Por um lado, temos uma gama de operações cognitivas disponíveis para tratar

a informação que chega à nossa mente. Por outro lado, analisamos simultaneamente como determinada informação pode ser relevante e reagimos a parti da interpretação dada a determinada informação. De modo geral, essa perspectiva sugere uma explicação alternativa daquelas abordagens cognitivas que compreendem os processos interpretativos como características universais do aparelho cognitivo humano. Em vez disso, eles podem ser entendidos como derivados do compartilhamento de uma perspectiva social de como devemos comunicar e interpretar uma informação social (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

Ainda sobre essa perspectiva, Elcheroth, Doise e Reicher (2011) falam que se quisermos mudar um pensamento ou a forma com que as pessoas interpretam determinados fenômenos sociais, um trabalho relacionando à influência social e às relações intergrupais é imprescindível. Nesse sentido, podemos citar a influência que os meios de comunicação de massa possuem nesse processo, desempenhando uma função crucial na construção de representações sociais. Por exemplo, quando as pessoas estão consumindo determinado conteúdo, elas estão conscientes que existem outras pessoas fazendo o mesmo, seja ao assistir um programa de televisão, ouvir uma rádio ou ler um jornal e, mesmo que elas fiquem céticas sobre o que ouvem, leem ou veem, ainda podem ser influenciadas, haja vista que a mídia tem esse “poder” de influenciar. Outro aspecto importante é o fato de que os discursos difundidos nas mídias são incorporados pelos sujeitos em suas estratégias de comunicação pessoal, resultando em uma multiplicidade de conversas interpessoais que reforçam esses discursos como relevantes para o grupo. Quando isso não acontece – o compartilhamento de determinados discursos – gera-se uma impressão de que o conhecimento está sendo autocensurado.

O terceiro ponto, diz respeito às representações sociais como práticas sociais. Se anteriormente, o discurso era um aspecto importante para a mudança de crenças, é importante ressaltar que não são os únicos capazes de promover transformações e mudanças nas formas que as pessoas agem e se posicionam no mundo. Se olharmos apenas o que as pessoas dizem e esquecermos o que elas fazem, não estamos compreendendo a natureza das representações sociais. Por isso, a importância desse aspecto. Para exemplificar, podemos utilizar o trabalho já citado anteriormente de Denise Jodelet (2005) sobre as representações da loucura. Nesse trabalho, ela mostrou que as pessoas não diziam, por exemplo, que a doença mental era uma doença contagiosa, mas agiam de uma forma consonante a esta crença separando suas louças daquelas utilizadas pelos “doentes”.

Os discursos e as práticas são vinculados, em conjunto, pelas instituições sociais que fornecem meios específicos para certos tipos de interações sociais, além de permitirem

regularidades nas experiências coletivas. Em geral, as estruturas sociais institucionalizadas possibilitam que os discursos sobre identidades coletivas e os valores compartilhados sejam colocados em prática e as normas sociais se tornem relevantes à luz de padrões de interdependência concretamente experimentados.

O quarto aspecto desse modelo, postula que as representações não estão apenas inseridas nas práticas sociais, mas também são constitutivas dessas práticas e, portanto, da realidade social, ou seja, elas não refletem apenas a realidade social, mas constituem essa realidade, ademais, às vezes, mudam a natureza dessas realidades. Um aspecto que precisa ser mencionado é que à realidade do dia-a-dia é, na maioria das vezes, constituída pelos fatos institucionais. Por exemplo, desde a hora que acordamos, chegamos no trabalho, as leis de trânsito, o dinheiro que usamos, as regras do trabalho, tudo isso faz parte de um mundo humanamente construído. Esses fatos institucionais são definidos baseados em duas propriedades: (1) só existem como consequência dos acordos humanos e; (2) parte deles são fatos objetivos construídos individualmente, cuja consequência independe da cognição subjetiva (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

Algumas coisas não existiriam se ninguém acreditasse nelas, por exemplo, dinheiro, imigrantes, tempo, escolas, hipotecas, os crimes. Em outras palavras, elas não existiriam se não houvessem bancos, guardas de trânsito, policiais, estudantes e fronteiras atuando na crença de que elas existem. Dito isso, é preciso fazer uma distinção importante, pois o que a abordagem das representações sociais quer dizer é: que um indivíduo negando esses fatos, eles não deixariam de “existir”, pois não basta existir uma mudança individual, mas uma mudança coletiva é que resulta em mudanças institucionais. Por exemplo, um sujeito não poderia simplesmente dirigir na contramão, usar conchas como moedas e viver com suas próprias leis, é impossível mudar uma estrutura social sozinho, afinal, é preciso que outras pessoas compartilhem dos mesmos posicionamentos, assim é possível uma mudança institucional. O que essa perspectiva demonstra é que as realidades sociais são criadas, mantidas e transformadas por práticas coletivas que sustentam sistemas compartilhados de significados e expectativas mútuas (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

Esses quatro aspectos não são novos, mas a partir da integração deles é possível olhar os diferentes fenômenos sociais com um novo olhar. Trata-se aqui de uma abordagem que além de fornecer respostas, como já mostrado anteriormente, também gera novas questões. Além disso, nos convida a olhar não mais os processos individuais, mas as relações intergrupais existentes. Elcheroth, Doise e Reicher (2011), levantam uma questão ao falar que, se quisermos

compreender as interações sociais devemos estudar não somente os indivíduos isolados em um contexto específico, mas as comunidades, as redes sociais, os movimentos sociais. Além do mais, existem métodos necessários para estudar essas experiências coletivas e eles precisam se concentrar em canais de comunicações, ou melhor, lugares e contextos que possibilitem uma interação entre as pessoas, para que elas possam discutir, argumentar e compartilhar ideias sobre determinados fenômenos.

O diferencial dessa abordagem em representações sociais diz respeito ao fato de que ela não visa explicar apenas a realidade social ou como ela é construída, mas como ela também pode ser transformada. É uma abordagem sobre resistência coletiva e mudanças sociais, tanto quanto sobre opressões sociais e reproduções sociais. É preciso deixar claro que existem outras teorias que se propuseram a isso, contudo, para os autores, nenhuma foi tão longe na construção de uma teoria coerente e baseada nesses quatro pilares (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

2.4.2 Representações sociais e homofobia: o que se tem produzido?

A partir de uma revisão da literatura³, encontramos 7 artigos que estudam a homofobia e se utilizam da teoria das representações sociais, tomando-a enquanto produto e/ou processo. É importante destacar que, o primeiro estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais (homofobia) foi realizado em 2002 por Marcos Lacerda, Cícero Pereira e Leôncio Camino (FLEURY; TORRES, 2007). Trata-se de um estudo pioneiro no campo da psicologia social que se utiliza da teoria das representações sociais como arcabouço teórico e que tem servido como base para diversos trabalhos até hoje.

³ Representações sociais e homofobia: revisão integrativa da produção científica brasileira. Artigo submetido para a revista psicologia – teoria e prática, aguardando parecer. O período de coleta foi durante o mês de abril de 2017. Foram utilizados os descritores: representações sociais, homofobia, preconceito contra homossexuais, preconceito sexual e homossexualidade, sem limite de ano para publicação. Foram encontrados 269 resumos de artigos no total (BVS: 175; Pepsic: 1; Scielo: 93), após aplicação dos critérios de exclusão: (1) livros, capítulos de livros, resenhas, cartas, notícias, resumos, anais de congresso, dissertações e teses; (2) artigos que não faziam parte dos periódicos de psicologia; (3) e artigos com idioma diferente do português e fora do contexto brasileiro, sete artigos foram analisados e são apresentados na dissertação.

Para apresentar os estudos encontrados procuramos fazer uma classificação em quatro núcleos temáticos de acordo com os temas que os 7 artigos se propuseram investigar, a saber: (1) expressão do preconceito e natureza da homossexualidade; (2) adoção homoparental; (3) representações sociais da homossexualidade e (4) professores e representações sociais da homossexualidade e diversidade sexual. É preciso pontuar que, as categorias não são excludentes, mas complementares, tendo em vista que os temas citados aparecem de alguma forma nos diferentes trabalhos. A classificação realizada diz respeito ao foco de cada pesquisa.

2.4.2.1 Expressão do preconceito e natureza da homossexualidade

Entre os 7 artigos encontrados, 3 (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002; PEREIRA et al., 2011; PEREIRA et al., 2013) tiveram como um de seus objetivos investigar como estudantes universitários e seminaristas católicos e evangélicos expressam seu preconceito contra os homossexuais (sutil, flagrante ou não preconceituoso). Utilizaram a teoria das representações sociais como ferramenta de análise para explicar como as diferentes expressões do preconceito estão ancoradas nas explicações dadas à homossexualidade.

No estudo de Lacerda, Pereira e Camino (2002) os autores introduziram uma análise das explicações da homossexualidade no preconceito contra homossexuais por meio de uma escala que continha um conjunto de cinco itens com possíveis causas, a saber: biológica, psicológica, psicossocial, religiosa e ético-moral.

Além disso, averiguaram o preconceito a partir de duas dimensões: a rejeição à intimidade e à expressão de emoções positivas e negativas. No estudo foi possível traçar um perfil dos participantes no que se refere às explicações da homossexualidade e classificá-los em preconceituosos sutis, preconceituosos flagrantes e não (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002). Os sutis apresentavam poucas emoções negativas, mas também apresentavam poucas emoções positivas e estavam abaixo da média na escala de rejeição à intimidade; os flagrantes, expressavam muitas emoções negativas, poucas emoções positivas e alta adesão à escala de rejeição à intimidade; por fim, os não preconceituosos, expressavam poucas emoções negativas, muitas emoções positivas e são os que menos aderiram a escala de rejeição à intimidade.

Pereira et al. (2011) por meio de um estudo correlacional com seminaristas evangélicos e católicos, analisou como esses sujeitos expressam o preconceito contra os homossexuais, além de identificar quais as concepções a respeito da natureza da homossexualidade que esses dois

grupos possuíam. Dois grupos foram identificados, sutis (concepções sobre a natureza da homossexualidade ancoradas em crenças biológicas e psicológicas) e flagrantes (com concepções sobre a natureza da homossexualidade ancoradas em crenças ético-morais e religiosas), diferente do estudo anteriormente citado (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002) que identificou um grupo de indivíduos não preconceituosos.

Em um outro contexto, Pereira et al. (2013) pôde analisar como o preconceito está relacionado ao apoio às políticas discriminatórias contra homossexuais na oposição ao casamento civil e adoção por famílias homoafetivas, e as relações entre as crenças sobre a homossexualidade e a discriminação. Semelhante aos estudos de Lacerda, Pereira e Camino (2002) e Pereira et al. (2011), foi possível perceber que as crenças ligadas à natureza da homossexualidade aos conceitos religiosos, ético-morais e psicológicos formavam a base de argumento das pessoas que eram contra a adoção de crianças por casais homoafetivos, colocando-os na posição de preconceituosos flagrantes.

2.4.2.2 Adoção homoparental

O tema da adoção apareceu em 2 trabalhos (ARAÚJO et al., 2007; PEREIRA et al., 2013). Contudo, no trabalho de Pereira et al. 2013 a questão da adoção não foi o objetivo dos autores. Ela apareceu, na verdade, em uma escala de oposição à adoção de crianças por homossexuais.

No trabalho de Araújo et al. 2007 cujo objetivo foi analisar as representações sociais de 104 estudantes universitários em fase final dos cursos de psicologia e direito a respeito da adoção por casais homossexuais, os autores chegaram às seguintes conclusões a respeito do posicionamento, das concepções e das consequências da adoção: 51% dos estudantes de ambos os cursos são contrários a adoção. Desses apenas 29% do curso de direito e 40% do curso de psicologia são favoráveis. Muitos justificaram suas posições por acreditarem que essa prática fere o princípio natural da vida. Segundo os autores essa posição contrária diz respeito às concepções que os estudantes têm a respeito do homossexual e da homossexualidade, como sendo uma doença, um crime e um pecado.

Poucos estudantes (16% direito e 10% psicologia) perceberam a adoção como uma atitude inclusiva. Os dados encontrados referentes às consequências que uma possível adoção poderia acarretar, estão ancorados em explicações a respeito da natureza da homossexualidade como exposto no trabalho de Lacerda, Pereira e Camino (2002). Acredita-se, por exemplo, que

a adoção acarretaria problemas para a criança que seria vítima de preconceito, que não teria um referencial paterno/materno, influência na orientação sexual, problemas morais e distúrbios psicológicos.

2.4.2.3 Representações sociais da homossexualidade

Entre os 7 artigos encontrados, apenas um (SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006) teve como objetivo principal compreender as representações sociais da homossexualidade. Os autores chegaram a conclusões distintas entre os sujeitos e destacaram quatro aspectos: causalidade, reconhecimento social, normatização e discriminação e preconceito. Enquanto os heterossexuais acreditavam que os homossexuais escolheram sua própria sexualidade, os homossexuais ressaltaram a não intencionalidade da mesma. Os homens heterossexuais evocaram mais conteúdos agressivos contra homossexuais, além de reafirmarem aspectos normativos e de afirmação da identidade heterossexual, para esse grupo a vivência da homossexualidade não é algo positivo nem motivo de orgulho. Já as mulheres falaram mais em características sócio morais da homossexualidade, além de aproximar-se dos homens homossexuais no aspecto da visibilidade pública, para elas esse aspecto é relevante.

A respeito das causas da homossexualidade, homens e mulheres heterossexuais, justificaram como sendo um problema de ordem biológica e/ou psicológica, além de ser fruto de uma decepção com o sexo oposto. Os sujeitos homossexuais e heterossexuais, principalmente as mulheres, expressaram semelhanças quanto ao reconhecimento do preconceito e discriminação sofrida por homossexuais.

A concepção que se tem da homossexualidade e do sujeito homossexual está diretamente ligada às explicações quanto à causa da homossexualidade. Os sujeitos definem os homossexuais como desviantes de uma norma heterossexual por uma “simples” escolha, não percebendo que o ser/viver homossexual não é intencional. Além de representarem como sendo sem moral, anormal ou que possui algum problema psicológico.

2.4.2.4 Professores e representações sociais da homossexualidade e diversidade sexual

Todos os trabalhos encontrados foram realizados no ambiente da educação formal, representada pelas escolas e universidades, ou seja, possuem um reconhecimento oficial, um

currículo, além de estruturas hierárquicas e burocráticas (GASPAR, 2002). Dos sete trabalhos, dois (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015; NEVES et al., 2015) objetivaram saber a representação social que professores possuíam acerca da diversidade sexual e da homofobia.

No trabalho de Souza, Silva e Santos (2015), foi possível encontrar uma variedade de pensamentos, crenças e ideias muitas vezes contraditórias a respeito da homofobia. Além do mais, alguns professores compreendiam o tema como sendo simplesmente uma aversão a pessoas homossexuais e esquecendo que até mesmo os heterossexuais poderiam sofrer com a homofobia, haja vista que todos aqueles que não se enquadram em uma norma heterossexual também sofrem. Também foi possível perceber que muitos professores possuem práticas sutis do preconceito, seja na propagação de piadas ou no silenciamento frente às práticas homofóbicas.

Semelhante ao que foi encontrado por Souza, Silva e Santos (2015) pôde ser percebido em um estudo desenvolvido por Neves et al. (2015) sobre as representações sociais de professores sobre a diversidade sexual em uma escola paraense. Os autores perceberam dois grupos de professores, os tolerantes e os não tolerantes quanto a diversidade sexual. Vale lembrar que muitas instituições escolares ainda tratam a sexualidade e a diversidade sexual de forma mascarada, pois esse seria um assunto a ser discutido em outro espaço que não é o escolar.

O primeiro grupo de professores apresentaram uma ideia engessada sobre o tema e a cognição “opção sexual”, por exemplo, foi evocada fazendo referência a ideia de escolha quanto à orientação sexual. O termo “homossexualismo” também foi mencionado, apesar de já ter caído em desuso devido ao sufixo “ismo” estar relacionado a uma patologização. Esse grupo demonstrou concepções que, na maioria das vezes, são preconceituosas ou estereotipadas em relação a sexualidade humana. O segundo grupo de professores apresentou o “respeito ao outro” mesmo sem subsídios que fundamentassem a representação. Segundo os autores esse grupo estaria numa condição cuja tolerância a diversidade estaria sendo construída.

O núcleo central das representações, está ligado à liberdade e respeito e é possível que essas evocações tenham se sobressaído por fazerem parte de um consenso entre os professores. Pelo fato, também, de que muitos professores se autodeclaravam neutros quanto ao assunto, apesar de que nos sistemas periféricos são encontrados posicionamentos contrários relacionados justamente às concepções preconceituosas e/ou estereotipadas. Por fim, os autores percebem uma urgência na ampliação do olhar dos professores para os aspectos ligados à sexualidade.

Observam-se duas tendências em relação aos objetivos dos estudos aqui descritos: (1) compreender as expressões do preconceito (sutil e flagrante) com base nas representações sobre a natureza da homossexualidade (representações sociais como processo e produto); e (2) uma segunda que buscava investigar as representações a respeito da homossexualidade, homofobia e diversidade sexual, ou seja, estudar as representações sociais enquanto produto.

Apesar dos estudos se utilizarem da teoria das representações sociais, dois artigos não deixam claro a abordagem na qual estão se baseando (ARAÚJO et al., 2007; SOUZA et al., 2015). E cinco estudos descreveram o modelo adotado, que foram Lacerda, Pereira e Camino, 2002; Pereira et al., 2011; Pereira et al., 2013, com o modelo de análise quantitativa de Doise (abordagem societal) e o estudo de Scardua e Souza Filho, 2006 e Neves et al., 2015 com a abordagem estrutural (embora que no estudo de Scardua e Souza Filho, 2006 os autores não recorram às análises estruturais de estudo da organização dos conteúdos em termos de núcleo central e sistema periférico).

Os artigos que utilizaram a abordagem societal consideraram que representações sociais e crenças podem ser conceitos análogos, supondo que cada explicação para natureza da homossexualidade apresentada nas escalas aplicadas corresponde a uma representação social da homossexualidade. Esses estudos contribuem para aprofundamento das reflexões acerca do efeito de filtragem (APOSTOLIDIS, 2006) e antecipação (ABRIC, 1994) que as representações podem desempenhar na leitura do mundo social, entretanto, essa correspondência mereceria ser melhor problematizada, pois as representações sociais da homossexualidade podem conter elementos ancorados ao mesmo tempo em explicações biológicas, psicológicas e culturais.

Outro aspecto que merece destaque é a utilização das representações sociais enquanto funções justificadoras de determinadas tomadas de posições e comportamentos. Reis e Bellini (2011), a esse respeito dizem que tais funções preservam e justificam a diferenciação social, estereotipando a relação entre os grupos, além de contribuírem para a discriminação ou manutenção do distanciamento entre eles. Isso acontece porque as representações sociais são utilizadas como guias de condutas que esses sujeitos e grupos utilizam para se posicionar diante de um determinado objeto. No caso específico desses trabalhos, foi possível perceber, por exemplo, que no grupo de religiosos, na maioria das vezes, eles expressam o preconceito flagrante. A utilização de um discurso religioso (pecado, abominação) aparece para justificar seu posicionamento contrário a qualquer assunto ligado à homossexualidade. Esse dado, corrobora com as possíveis explicações de que o preconceito não está tão mascarado como

propõem alguns estudos, se sustenta nas posturas conservadoras que enfatizam a religião (ANTUNES, 2016).

Em comum a todos os estudos analisados é a amostragem, composta sempre por estudantes e apenas dois por professores do ensino básico, o que pode caracterizar um público restrito. Não existem estudos com a população em geral, por exemplo, idosos ou crianças como participantes. Em todos os estudos, a coleta de dados foi provocada pelos pesquisadores, seja na aplicação das escalas, dos questionários ou das entrevistas. Os estudos em representações sociais não se debruçaram sobre o desenrolar espontâneo de discussões sobre homofobia, por exemplo, nas mídias impressas e digitais, nas análises documentais e de imagens. Essa alternativa é o que motiva essa dissertação, inscrevendo-se em uma tradição de pesquisa qualitativa que busca observar o fenômeno representacional de forma naturalística (JODELET, 2003).

Esse questionamento surge porque em alguns casos os sujeitos podem controlar suas respostas para que se posicionem de forma socialmente desejável, já nessas outras plataformas a informação já está posta e o pesquisador apenas irá analisar, não interferindo no modo de produção das observações. O que propomos nessa dissertação é o estudo sobre a homofobia, especificamente, suas expressões, em um ambiente pouco explorado, as redes sociais. As condições de produção dos dados são determinantes no estudo do preconceito e da homofobia. As redes sociais parecem se configurar como um contexto de trocas afetivas, de sociabilidade e atualmente constituem um ambiente que é marcado por tensionamentos, conflitos e competições de discursos sociais (FERREIRA JUNIOR; SAMUEL, 2015). Além do mais, segundo Dantas e Abreu (2015), constitui-se como um espaço onde o sujeito “comum” ganhou voz. Os discursos não precisam mais de intermediários e as expressões preconceituosas podem ser ditas de forma anônima com os perfis falsos que são comuns nessas páginas. Passaremos agora a abordar alguns elementos conceituais sobre as redes sociais e em especial, sobre o facebook.

3 REDES SOCIAIS – FACEBOOK

Sem dúvida, a internet, foi uma das maiores invenções da humanidade. Ela foi capaz, inclusive, de proporcionar um novo enfoque nas relações do cotidiano. As mídias sociais, por exemplo, possibilitam muito mais interatividade entre as pessoas, afinal não importa a distância entre os usuários, a conexão e a interação podem ser feitas entre esses. As cartas que antes eram escritas e demoravam dias para serem entregues ao destinatário passaram a chegar instantaneamente através dos e-mails. As fotos que eram resguardadas a momentos marcantes e tradicionais das famílias, hoje são feitas deliberadamente, não se tendo mais um motivo específico para se fotografar, apenas a facilidade de se compartilhar momentos pessoais com os outros. Vale destacar que a comunicação não é um fenômeno recente e também não apareceu com o advento da internet. Afinal, antes de toda essa revolução digital e até depois dela, as pessoas se comunicavam e continuam a se comunicar pelos meios tradicionais. Contudo, o fato de que essas evoluções resultaram em uma sociedade da informação é consensual (ANDRADE, 2011).

A internet trouxe muitas possibilidades consigo, por isso, é importante demarcar aqui o espaço específico que essa pesquisa escolheu para ser desenvolvida. Escolhemos as redes sociais que atualmente se constituem enquanto cenário fértil para que diferentes pesquisas possam ser realizadas, principalmente pelo fato de que quase 30% da população mundial está conectada em pelo menos uma plataforma, sem contar as tantas outras existentes (MACHADO, 2017).

Essas informações são importantes para se ter uma noção do quão intrínseco esses meios estão na nossa vida cotidiana sendo responsáveis por uma boa parte da nossa comunicação diária. É importante levar em consideração que nesses espaços virtuais também acontecem diversos eventos que marcam a vida dos sujeitos, o caso das mobilizações em 2011 na Tunísia pelo fim de uma ditadura que foi organizada nas redes, a queda de Mubarak no Egito, após 30 anos de regime, os protestos organizados em 2013 no Brasil referentes aos 0,20 centavos. Esses são apenas alguns dados que exemplificam o papel fundamental que as redes sociais desempenham atualmente, pois apesar de existirem outros motivos que levaram a esses fatos, a mobilização e interação que aconteceram nas redes sociais e que sustentaram as manifestações. Eis que estamos vivendo um período de revoluções cibernéticas (ALVES-MAZZOTI; CAMPOS, 2014).

Dentre esses novos espaços de interações sociais capaz de gerar uma nova forma de sociabilidade entre as pessoas e produção de diferentes conteúdos, tendo em vista que em sua constituição as redes sociais possuem: os atores sociais que são as pessoas, instituições ou grupos; e suas conexões, ou seja, as interações e os laços sociais. O *Facebook*, plataforma criada por Mark Zuckerberg, Andrew McCollun, Chris Hughes e Dustin Moskovitz em 28 de outubro de 2003, hoje é a maior rede social digital do mundo que oferece essas possibilidades para seus usuários.

Mazzocato (2004) define o *Facebook* como sendo:

Um site de redes sociais utilizado em larga escala e mundialmente. Além disso, caracteriza-se por, no passar dos anos, ter ampliado suas possibilidades de participação inserindo novas funcionalidades, principalmente inspiradas pela própria utilização da plataforma por seus usuários. Seu objetivo parece ser o de abranger todas as formas de compartilhamento e leitura de conteúdo pessoal ou informativo online. Tornando-se, assim, um ambiente complexo onde se torna possível observar uma grande variedade de dados referentes à formação de identidade e trocas de conteúdos com os quais os sujeitos se identifiquem (p. 23).

O *Facebook* é um espaço rico e fértil para a pesquisa social, há nele diferentes possibilidades de estudos, desde as relações intergrupais a fenômenos sociais, interessando não somente a um campo específico do saber, mas a vários, como a psicologia, sociologia, pedagogia e comunicação. Trata-se de um espaço que mudou a comunicação interpessoal, além de ter modificado os modos de viver, pois é impossível não ser confrontado, questionado e/ou modificado com o material produzido nesses espaços (ALVES-MAZZOTI; CAMPOS, 2014).

3.1 Ciberespaço e Cibercultura

William Gibson, escritor norte-americano, em 1984 inventou o conceito de ciberespaço em seu romance de ficção científica *Neuromante*. Segundo Pierre Levy (1999) o autor propôs esse termo para designar o universo das redes digitais enquanto campo de batalha entre as multinacionais, palco dos conflitos mundiais e das novas fronteiras econômicas e culturais. Na obra, o ciberespaço torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível. Contudo, nos estudos contemporâneos esse termo é muito comum nas pesquisas sobre novas tecnologias e realidades virtuais e foi retomado pelos usuários e criadores de redes digitais (ANDRADE, 2011).

Segundo Monteiro (2009) o conceito possui definições distintas. Para alguns pesquisadores o termo denota uma rede de computadores vasta e crescente denominada de

internet (LEVY, 1999). Outros autores (KOEPESELL, 2004) colocam-no enquanto espaço físico, bem como seus componentes, ou seja, um lugar composto por chips, cabos, fitas, discos magnéticos e todos os outros componentes de computadores. Essa concepção teria seu fundamento no fato de que o ciberespaço se desenvolveu junto com os computadores. Além disso, também é percebido enquanto espaço cibernético (RABAÇA; BARBOSA, 2001) formado por informações que circulam no universo virtual e estão armazenados nos computadores ligados a uma rede, a internet. Se para Rabaça e Barbosa (2001) trata-se de um universo virtual, para outros autores é um conjunto de computadores que constituem a internet ou um sinônimo de espaço cibernético (MONTEIRO, 2009).

Uma das definições mais utilizadas nos estudos sobre o tema é a de Pierre Levy (1999), filósofo, sociólogo e pesquisador da área que define o ciberespaço como um “espaço de comunicação entre as pessoas, intermediado pela interconexão das redes de computadores, no qual as informações comunicadas são de natureza digital e as relações desembocam no virtual” (p. 92-93). Esse aspecto virtual é a característica essencial do ciberespaço. Esse novo mundo de possibilidades, interações, significações, comunicações e de vida em sociedade que existe e não é irreal. Outras definições de ciberespaço (RAMAL, 2002; SILVA; SILVA, 2004) dizem respeito a uma estrutura virtual também, um espaço abstrato e invisível que permite a circulação de informações em diferentes formatos. Se constituindo, sobretudo, enquanto espaço social de trocas entre as pessoas.

Após definir o ciberespaço é preciso compreender suas funções. Pierre Levy (1999) define enquanto uma de suas principais funções: o acesso à distância aos diversos recursos de um computador. Entre outras está: a transferência de dados ou uploads; as trocas de mensagens, uma das mais importantes e mais utilizadas; as conferências eletrônicas com a possibilidade de que grupos de pessoas discutam em conjunto sobre temas específicos; alguns dispositivos de ensino em grupo, as novas formas de organização do trabalho, ou seja, a possibilidade de diferentes formas de comunicação.

O ciberespaço cresce a cada minuto com as novas pessoas que começam a acessar a internet, os novos computadores que se interconectam e as novas informações que são colocadas na rede. É impossível definir o seu tamanho, mas é possível afirmar que ele faz parte do cotidiano das pessoas em qualquer camada social. É nesse espaço virtual que cresce também o número de sites de relacionamentos ou redes sociais, foco desse trabalho.

As possibilidades trazidas com o advento da internet para uma sociedade, principalmente, da informação, são inúmeras, as novas formas de comunicação e interação são

um exemplo. Sendo assim, faz-se necessário falar sobre outro conceito proposto por Pierre Levy (1999), a fim de compreender essas novas possibilidades trazidas com a tecnologia. Se o ciberespaço diz respeito a um novo lugar que permite as novas formas de sociabilidade entre as pessoas, a Cibercultura está relacionada aos aspectos culturais que surgiram após o uso das redes de computadores e outras tecnologias digitais. Sobre esse conceito, Pierre Levy (1999) define como sendo:

A expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração (p.130).

A Cibercultura além de ser a relação entre a tecnologia e a comunicação, é também a supervalorização do virtual, fenômeno bem corriqueiro, principalmente, nos jovens. Está relacionada com o *boom* de compartilhamento das informações em plataformas como a internet, não somente no computador, mas em outras plataformas também. A cibercultura está relacionada com o comportamento sociocultural dos indivíduos. Castells (1999) acrescenta que “culturas são formadas de comunicação e todas as formas de comunicação são baseadas na produção e consumo de sinais” (p. 394). Por isso, o comportamento humano proveniente das relações entre sociedade, cultura e espaço virtual se configura como essência da cibercultura.

Segundo Alves-Mazotti e Campos (2014), a respeito da cibercultura, de forma provisória, é possível defini-la como uma ambiência produtora de conhecimentos, condutas e tecnologias derivadas. É um espaço de comunicação, sociabilidade, criação e organização coletiva de conhecimentos, além de ser arte característica do século XXI. Os autores destacam, entre suas principais características, sete aspectos. São eles: (1) junção entre as formações culturais e os aparatos tecnológicos que possibilita a entrada dos sujeitos no ciberespaço; (2) “liberação da palavra”, já que a *web* se constitui como lugar que possibilita o sujeito opinar e se expressar, retirando o poder que, antes, era apenas das mídias tradicionais; (3) aspecto híbrido entre práticas e interações, sem substituição das antigas, ou seja, reconfiguração de práticas e modalidades midiáticas sem excluir as antigas; (4) o tempo e o espaço em limites relativizados; (5) aceleração do processo de criação de novas ficções; (6) dificuldade em separar o que é ficção do que é realidade, semelhante ao que existe na televisão; (7) nova reconfiguração do modelo clássico de comunicação (emissor-mensagem-receptor) para um sistema aberto que possibilita autoria e cocriação na construção do conhecimento e troca de informação.

Atualmente, vivemos um momento cujas diversas formas de tecnologias digitais estão presentes na vida cotidiana, sendo ferramentas indispensáveis. Compras online, pagamentos

por aplicativos de cartões de crédito, o voto eletrônico, a movimentação dos dados bancários e tantas outras tarefas que necessitam de um acesso via internet. Toda essa interatividade provocada pelas novas tecnologias é que está sendo definido de cibercultura. Ademais, vale ressaltar que ela é constituída por três princípios: (1) a interconexão, (2) as comunidades virtuais e (3) a inteligência coletiva. O primeiro diz respeito à ampla conexão universal que possibilita a interação; o segundo é praticamente um prolongamento do primeiro, haja vista que reúne pessoas de diferentes lugares que possuem interesses e afinidades em comum; por fim, a inteligência coletiva, relacionado ao aglomerado de inteligências individuais que juntas partilham de trocas de conhecimento por meio dessas novas redes de comunicação virtual (ANDRADE, 2011).

Fragoso, Recuero e Amaral (2011) postulam que a internet permite evidenciar as diferentes interações sociais existentes e, que em muitos casos, tornam-se um excesso de informações. Hoje ela possui suas particularidades, pois é tanto um objeto de pesquisa, como um local de pesquisa, além de ser um instrumento de pesquisa. Todavia, nem sempre foi assim, na década de 80, por exemplo, surgia uma geração que para os mais antigos eram considerados como alienados, contudo, não era voltada para as questões coletivas, mas sim, para as individuais. Para alguns autores (FERRARI, 2010), inclusive, a partir dessa época começou a surgir a cibercultura sem que eles nem se dessem conta disso, afinal esse conceito veio anos depois.

Na década de 90 a internet era utilizada para pesquisas, destacando-se os assuntos ligados a moda (hype), ao real e o virtual e, principalmente, a internet enquanto um lugar autônomo e desvinculado do real. Somente depois os estudos que comparavam a internet a outras mídias (jornais, televisão, etc.) começaram a surgir. Vale destacar que a geração de 90 ficou conhecida como a grande responsável pelos blogs, fotologs e comunidades. Nos anos 2000, na descrição e compreensão dos objetos dentro de suas próprias dinâmicas (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Eis que os estudos focados nas redes sociais digitais começam a entrar em cena, principalmente, com as mudanças provocadas pela internet 2.0, uma plataforma dinâmica que permitiu um maior engajamento das pessoas através das diferentes possibilidades de comunicação, não mais centradas nos computadores, mas agora com a possibilidade do uso de tablets e smartphones para acessar diferentes aplicativos, ou seja, o que diferencia essa nova geração é o uso na rede e não simplesmente no computador, afinal, existem muitos aplicativos para celulares e até mesmo relógios. Outrora, com a internet 1.0 isso não era possível, afinal

não existia essa gama de acessibilidade, bem como a comunicação tinha uma forma passiva, as pessoas não compartilhavam suas particularidades, nem muito menos opinavam em sites de notícias, por exemplo. (ELY, 2013).

Desde a obra inaugural de Moscovici (1961) as questões ligadas a comunicação estão relacionadas com a teoria das representações sociais. “Uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social, quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação” (MOSCOVICI, 2009 p.371). O autor considera a comunicação como sendo parte dos estudos das representações sociais e sua obra serve como exemplo na relação entre esses dois campos.

Na segunda parte do livro *La psychanalyse: son image et son public*, Moscovici (1961) se dedicou a analisar como a psicanálise adentrava nos meios de comunicação franceses. O objetivo era compreender como o conhecimento se aplicava nas diferentes formas de divulgação. Por isso, ele direcionou seu estudo na noção de sistemas de comunicação, ou seja, os mecanismos que possibilitavam processar e conduzir a informação desde sua origem até ao destino. O autor propôs três sistemas de comunicação: a difusão, os meios que faziam circular o conhecimento; a propagação, que possibilitava integrar uma informação nova no sistema de valores do grupo e a propaganda, um instrumento de ação que se insere em relações conflituosas, cujo objetivo é construir uma visão de mundo e de um grupo específico (MOSCOVICI, 1961; VALA, 2006).

Vala e Castro (2013), ao ressaltar os aspectos dos sistemas de comunicação propostos por Moscovici (1961) – difusão, propagação e propaganda –, relacionam a difusão, que tem por objetivo propor uma abertura de ideias e comportamentos possíveis, mas não imperativos, a possibilidade da criação de um comportamento que é compartilhado pelos sujeitos, a fim de que esses criem posicionamentos e conclusões a respeito de determinados temas e assuntos. Seu princípio normativo é a moderação, presente, em geral, na imprensa generalista. A respeito da propagação, cujo objetivo é exercer pressão para a uniformidade e produzir uma norma convergente em torno de uma doutrina plausível, os autores dizem que o objetivo é encontrar a mediação necessária entre um objeto socialmente valorizado e um determinado grupo, pois o resultado disso é uma articulação para que uma teoria seja compatível com os princípios que fundam a unidade de um grupo. A propagação visa orientar e organizar mensagens de forma estruturadas e explícitas, para que sejam utilizadas pelos membros do grupo. Por fim, na propaganda, de acordo com os autores, quando existe um conflito que ameaça a identidade

grupais e sua representação do real, essa modalidade desempenha a função reguladora, ou seja, uma reafirmação e reestabelecimento da identidade. Ela é uma modalidade de comunicação que surge quando um grupo está em uma situação de conflito.

O modelo descrito por Moscovici (1961) serve para mostrar as aproximações possíveis entre a teoria das representações sociais e a comunicação, ressaltando o papel que as relações intergrupais ocupam na teoria. É importante destacar que as representações sociais existem e são produzidas, também, em outros tipos de mídia. As redes sociais se constituem enquanto ambiente propício para que as representações sociais sejam encontradas e também formadas por indivíduos e grupos, influenciando, inclusive, em suas condutas devido às interações realizadas entre os sujeitos e objetos, além de atribuir novos sentidos aos diferentes fenômenos sociais e servir de referência para que esses sujeitos se posicionem em suas próprias práticas sociais (SILVA, 2005). É um contexto propício para investigação da homofobia na atualidade.

3.2 Facebook: uma rede de ódio?

Os discursos homofóbicos nas redes sociais tem crescido abruptamente (LEITE, 2016). Desde a crise política que se iniciou após as eleições presidenciais de 2014 no Brasil até a consolidação do golpe de Estado de 2016 no Brasil (LOWY, 2016), alguns retrocessos começaram a figurar no cenário nacional contra a população LGBT (BOITIO JUNIOR, 2016), além de uma agenda conservadora comandada, principalmente, pela bancada evangélica. Atualmente, até a revogação da resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia que traz regras sobre o atendimento a homossexuais e proíbe a oferta a tratamentos de reorientação sexual está sendo questionada como inconstitucional por ferir o direito à liberdade. Essa liminar que ficou conhecida como a “cura gay” pode ser só começo de uma série de medidas contra o movimento LGBT.

Maia e Rezende (2015), desenvolveram uma investigação a partir de uma declaração do deputado Jair Bolsonaro, que associou a paixão por uma mulher negra com promiscuidade, em uma resposta à apresentadora e cantora negra Preta Gil em um programa de televisão. A cantora questionou o que Bolsonaro faria caso o filho do parlamentar se apaixonasse por uma mulher negra. Bolsonaro, respondeu “Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o teu”. O estudo trata de duas formas de preconceito,

racismo e homofobia. A repercussão sobre o acontecido se deu nas redes sociais, justamente pela fama o deputado possui (conservador, radical de direita)

O que era um questionamento a respeito do racismo, ganhou um agravante quando o deputado tentou se explicar dizendo que em seu entendimento, ela o teria perguntando, o que ele faria se seu filho namorasse um gay. Ciente de que o racismo é crime no Brasil, o deputado tentou se retratar da declaração racista, mas deixou bem claro sua postura homofóbica. Além disso, ele já deixou claro em outros programas que um filho “se torna” homossexual por “falta de porrada”. As autoras propuseram investigar três ambientes digitais, o *Youtube*, uma página de compartilhamento de vídeos que tinham 672 comentários sobre o vídeo; um blog com 242 comentários; e uma página do *facebook* em oposição ao deputado que possuía 610 comentários a respeito do fato. Foi feita uma análise qualitativa e as autoras chegaram aos seguintes resultados:

No *youtube* as pessoas e os grupos manifestaram de forma espontânea seus posicionamentos ofensivos e preconceituosos, sem qualquer pudor. Nos blogs, houve um engajamento dos usuários a fim de discutir o fato, as visões foram bem variadas. Os sujeitos tentaram justificar seus posicionamentos e manter respeito para com os demais. No *facebook*, uma plataforma mais popular e com mais usuários, os comentários demonstravam uma mobilização no que diz respeito ao racismo, mas não sobre a homofobia.

Dantas e Abreu (2016), desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de analisar as expressões preconceituosas relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero presente nos comentários e postagens da comunidade ativista Homofobia Não, no *facebook*. Os autores perceberam que em muitos comentários os sentimentos de fúria começaram a aparecer nos debates. Independentemente da posição assumida (contrários ou a favor à homossexualidade), os sujeitos expressavam a indignação de forma violenta, não se trata de violência física, mas simbólica, que pode deixar marcar profundas.

Ainda sobre os discursos homofóbicos no *facebook*, Dantas e Neto (2015), propuseram investigar os discursos homofóbicos religiosos e suas relações na página Rio sem Homofobia – Grupo público. Realizaram uma etnografia virtual que resultou na possibilidade de observar diferentes faces desses discursos. A primeira associava a homossexualidade à possessão demoníaca; a indivíduos que são perigosos para a sociedade; uma segunda versão dos discursos, associava as práticas de vida homossexual como sendo a promiscuidade, além de serem propagadores de doenças; a terceira dimensão percebida associa a população LGBT com as práticas de pedofilia. Os autores perceberam que para os usuários a heterossexualidade é a única

sexualidade vigente, além da homossexualidade ser passível de cura. O trabalho de Dantas e Neto (2015) deixa alguns questionamentos no sentido de que determinadas formas de sexualidade passam ser reguladas por evangélicos conservadores, excluindo qualquer possibilidade que não seja a sua heterossexual.

Esses são apenas alguns trabalhos que demonstram que as redes sociais, especificamente, o *facebook* tem se tornado um lugar de ódio e intolerância para homossexuais e outros grupos discriminados (FERREIRA JUNIOR; SAMUEL, 2015). Passou a ser um lugar onde o sujeito que antes não tinha voz e oportunidade de expor sua ideia, pudesse colocá-la da maneira que acredita ser conveniente (para si), mascarada de “minha opinião”.

Partindo das concepções de Suely, Recuero e Amaral (2011), cuja internet, conseqüentemente, as redes sociais são artefatos culturais e, não existem fronteiras entre o universo online e off-line que são fluidos e interatuam, surgiram alguns questionamentos que motivaram essa dissertação. Antes, precisamos pontuar que, os trabalhos a respeito da homofobia existentes até o momento, foram feitos em um contexto específico, o “off-line”, ou seja, as relações e interações humanas, até o momento, não foram analisadas a partir do universo online. Além do mais, os dados da maioria dos trabalhos, em psicologia social, são coletados nas relações e interações “corpo a corpo”, não existem trabalhos que proponham a analisar um dado que já está posto sem manipulação prévia.

Desse modo, partindo do pressuposto que a vida online e off-line são intercambiáveis no tocante a homofobia, essa dissertação busca investigar como as expressões homofóbicas presentes no *facebook* são manifestas, tendo como base as abordagens das novas expressões do preconceito. Neste sentido, interessa-nos investigar os discursos/comentários que os usuários de redes sociais produzem ao longo das interações sobre esse tema específico. Como esses sujeitos expressam o preconceito? Os que expressam de uma maneira não flagrante utilizam algum tipo de discurso justificador? Os sujeitos se apoiam em uma determinada representação pertencente a um grupo para professar seus posicionamentos? As concepções acerca da natureza da homossexualidade são fatores importantes e definidores nas expressões homofóbicas?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar as diferentes formas de expressão da homofobia.

4.2 Objetivos específicos

- Identificar diferentes expressões homofóbicas;
- Identificar a existência ou não de um discurso e/ou função que busca justificar os posicionamentos homofóbicos;
- Compreender em que estão ancoradas as expressões homofóbicas no *Facebook*.

5 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de uma imersão dentro de uma comunidade no *facebook* e de uma análise de conteúdo informatizada. Essa dissertação parte de um modelo comunicacional cujo contexto e a cultura são indissociáveis, haja vista que neles se desenvolvem a escrita, as conversações, práticas e negociações simbólicas que são observadas de forma sistemática, a fim de interpretar e compreender os posicionamentos sociais (RECUERO; FRAGOSO; AMARAL, 2011).

Sendo assim, durante o ano de 2016 observou-se uma comunidade aberta do *facebook* chamada “Quebrando o Tabu”. A escolha desta página se deu pelo fato de ser um perfil com 7.923.633 inscritos, criada em 2011 para divulgar um filme de mesmo nome que trata da guerra às drogas. Trata-se de uma comunidade que diariamente posta conteúdos e questionamentos referentes a diferentes assuntos considerados, ainda, como tabus para a sociedade, entre eles: a descriminalização das drogas, homossexualidade, homofobia, aborto, feminismo, etc. A página se intitula imparcial e apartidária. Atualmente, tem se tornado um território de disputas e conflitos entre progressistas e conservadores, “direitistas e esquerdistas”.

A inserção na página “Quebrando o Tabu” se deu através de uma prática de *lurking* (entrar em uma comunidade apenas como observador, sem participação ativa) ou de forma “silenciosa”, para que não houvesse uma interferência nas relações e práticas sociais existentes na comunidade virtual, sobretudo para que não gerasse uma interferência na produção de discursos/comentários ali dispostos (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

5.1 Material de análise

Para a coleta de dados, também utilizamos uma forma comumente utilizada nas pesquisas etnográficas virtuais, a saber, documentos digitais. A esse respeito, qualquer material que não recebeu um tratamento analítico e pode ser reelaborado para um objetivo específico de pesquisa, como: fontes não escritas, fotografias, gravações, filmes, vídeos, desenhos, pinturas, esculturas, canções e outros testemunhos gráficos podem ser enquadrados como “documento digital”, no caso específico dessa dissertação, estamos falando de comentários produzidos pelos membros da página escolhida (MERCADO, 2012).

Por isso, a partir de um vídeo, postado pela página “Quebrando o Tabu”, com mais de 15 milhões de visualizações e 402.706 compartilhamentos no qual o médico, brasileiro, Dráuzio Varella faz a seguinte pergunta a respeito da homossexualidade:

Eu vou te perguntar uma coisa: Que diferença faz para você, para sua vida pessoal, se o seu vizinho dorme com outro homem? Se a sua vizinha é apaixonada pela colega de escritório? Que diferença faz para você? Se faz diferença, procure um psiquiatra! Você não está legal!

Visto que o vídeo repercutiu por muito tempo e foi compartilhado por diferentes usuários, as interações resultantes dele renderam mais de 10 mil comentários. Em julho de 2017 foram selecionados os que possuíam mais de 100 curtidas, resultando em 13 comentários principais que estão descritos na **Figura 1**. Como existe uma interação entre os membros (os usuários podem responder uns aos outros). Também foram selecionadas as respostas aos comentários principais, resultando em 1.592 respostas.

Figura 1: Descrição dos comentários principais

Comentários	
1	Se você assiste esse vídeo e mesmo assim não se sente envergonhado de prosseguir com aversão a gays, se interne.
2	Que diferença faz para você se João ama Joaquim? Que diferença faz para você se Maria na realidade é João. E Marcos na realidade é Patrícia. Que diferença faz para você, se Cláudio não gosta de ninguém (não sente atração sexual)? Que diferença faz para você se ontem Vivian gostava de Flávia e hoje gosta do Mario? E assim por diante. Eu mesmo posso responder, não faz nenhuma diferença, mas para eles, serem respeitados faz sim, e uma diferença absurda.
3	Gente tentando justificar a própria homofobia com ah, não faz diferença, mas [insira desculpa tosca] só me faz ver que vocês realmente deveriam procurar um psiquiatra, amigos.
4	Respondendo à pergunta: não faz diferença nenhuma se fosse apenas isso. Mas querem ensinar ideologia_de_gênero nas escolas, querem obrigar pastores e padres a fazer o casamento em suas igrejas. Aí é que está o problema. Querem ser o suprassumo da sociedade, aí não dá!
5	Esse vídeo deveria passar na TV constantemente.... Durante os intervalos da novela, futebol, café da manhã.... A porra toda.... Quem sabe as pessoas comecem a tomar conta, um pouquinho, da vida delas.
6	De fato, em nada me incômoda. Agora, quando isso chega ao ponto de insinuarem a desnecessidade de banheiros masculinos e femininos em escolas infantis, aí a situação é outra.
7	Se o seu vizinho dorme com outro homem e isso faz diferença na sua vida, pode ter a absoluta certeza você é aquela pessoa frustrada que se inveja das felicidades alheias!

8	Para mim não tem diferença nenhuma. Tenho amigos que dormem juntos e eu e minha esposa frequentamos a casa deles e eles a nossa numa boa. Agora me incomoda muito saber que tentam enfiar goela abaixo que homossexuais são o suprassumo... se um gay xingar normal. Se você xingar um gay por ele ter feito algo contra a ordem não pode é homofobia.
9	Eu quando criança nunca tinha visto homem com homem e nem mulher com mulher. E agora eu sou travesti. É simples, as coisas só acontecem de forma natural bestas. Parem que está feio! Se for para ser homem, vai ser homem nessa porra! Se for para ser mulher, vai ser mulher! E se for para ser gay, prepara o coração, por que muita gente vai morrer de ódio! É simples.
10	Vou te perguntar uma coisa. Que diferença faz para você, para sua vida pessoal, se o seu vizinho pode comprar um carro de luxo, se a sua vizinha é apaixonada por comprar joias e roupas de grife? Que diferença faz para você? Se faz diferença, procure um psiquiatra, você não está legal Deixo essa reflexão, apenas ampliando o escopo da fala do doutor, que é importante no seguinte ponto: em que momento a liberdade de terceiros pode ser reduzida de acordo com sua opinião pessoal?
11	O melhor de tudo é que é uma pergunta tão simples e tão direta que os homofóbicos de plantão nem estão comentando com aqueles textos enormes. Afinal não tem o que falar porque não faz diferença nenhuma
12	De fato, o que cada um faz da sua vida não diz respeito a ninguém! Mas também ninguém é obrigada a achar lindo e aplaudir este tipo de coisa! É opinião! Ter opinião não é crime, e também não é caso de psiquiatra!
13	Realmente, não faz diferença nenhuma para mim! Desde que não queiram impor isso de uma maneira normal para os meus filhos!

5.2 Procedimentos e análise de dados

Como dito anteriormente, é possível a combinação multimétodos com a abordagem de etnografia virtual. Por isso, para analisar os dados encontrados, articulamos com a Análise de Conteúdo informatizada. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 1977).

A análise de conteúdo tem um ponto importante que merece ser mencionado, seja ela na sua execução tradicional ou informatizada, pois ela cria categorias e esse processo de categorização gera classes que reúnem elementos da unidade de registro. As classes são formadas por meio da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação teórica do pesquisador (na forma tradicional). Na forma informatizada, esse processo é feito automaticamente pelo *software*. Uma categoria deve fazer emergir uma exclusão mútua,

homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade (CARMAGO; JUSTOS, 2013; DANFÁ, 2016).

Utilizamos, para a análise dos dados, o *software* IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), um programa gratuito, desenvolvido por Pierre Ratinaud. Com essa ferramenta é possível fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e, também, de tabelas. A análise textual trata materiais verbais que são transcritos, ou seja, textos, entrevistas e, nesse caso, comentários disponíveis na internet. É importante destacar que a preparação do material de análise é de responsabilidade do pesquisador, apenas ele saberá o que será inserido ou não (CAMARGO; JUSTO, 2013).

O Iramuteq possui semelhanças com o ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte), um programa computacional de análise quantitativa de dados textuais que realiza um mapeamento léxico em textos, indicando a existência de um “campo textual”, ou um espaço semântico específico e, seu objetivo é classificar estatisticamente os textos que serão utilizados para a análise, a fim de compreender as palavras que lhe são mais características. É possível identificar os elementos do *corpus*, organizando os significados mais próximos para que seja possível criar categorias temáticas mais gerais sobre os conteúdos (BARBOSA, 2016).

Segundo Camargo e Justos (2013), o Iramuteq permite a criação de uma análise hierárquica descendente, que identifica os “mundos léxicos” (conjunto de palavras significativamente associadas), resultando na construção de sentidos. Por meio desta análise é possível interpretar o sentido das palavras por meio dos seus contextos, nomeando e classificando as classes com base na interpretação dos dados.

Sendo assim, os comentários foram inseridos no *software* antecidos da seguinte linha estrelada: **** *comentário_1. A variável *comentário_ corresponde aos comentários principais a respeito do vídeo. As respostas referentes a cada comentário foram inseridas logo após em um único texto.

O programa fez um primeiro reconhecimento do texto, e encontrou as Unidades de Contexto Iniciais (UCI), que dizem respeito aos comentários principais inseridos. Em um segundo momento, o programa dividiu ainda mais o conjunto de textos em segmentos menores chamados de Unidades de Contexto Elementar (UCE), reconhecendo os números de segmentos textuais. Em seguida, foi realizada uma análise de classificação hierárquica descendente (CHD), obtendo uma classificação estável e definitiva com os vocabulários semelhantes entre si, e os vocábulos diferentes dos segmentos de texto das outras classes. Depois dessa análise o

programa criou um dendrograma da CHD, ilustrando a relação entre as classes (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Por fim, o programa realiza uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC), cruzando as palavras e classes para demonstrar, em um plano cartesiano, a localização das palavras nas diferentes classes, suas articulações, relações e inserções, além de mostrar as palavras de oposição entre as classes. A análise fatorial de correspondência utiliza a distância das palavras em função de suas posições em cada classe, distribuindo ao longo dos eixos horizontal (X) e vertical (Y). Em função da posição é possível analisar o tipo de relação que as classes possuem entre si.

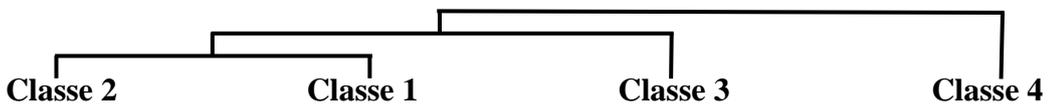
5.3 Cuidados éticos

Apesar dessa pesquisa não precisar de uma aprovação no Conselho de Ética, alguns cuidados éticos foram considerados nessa pesquisa. Seguimos algumas recomendações de Fragoso, Recuero e Amaral (2011), no que diz respeito à coleta de dados na comunidade escolhida. Segundo as autoras, o ambiente online possui quatro níveis de privacidades, são eles: (1) público, aquele disponível e aberto para todos; (2) semipúblico, quando requer um cadastro ou participação em determinado grupo e/ou comunidade; (3) semiprivado, quando requer algum tipo de convite ou aceite para a participação e; (4) privado, nesse último a autorização direta é imprescindível. Nesse sentido, procuramos trabalhar com os dados obtidos em uma comunidade (Quebrando o Tabu) aberta, nos quais os dados não precisam de autorização prévia para serem compartilhados ou coletados, haja vista que são de domínio público.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise realizada sobre os comentários postados, foi constituído um *corpus* de 13 unidades de contexto iniciais (UCI), totalizando 39.735 ocorrências, sendo 4.957 palavras diferentes. Após a redução do vocabulário às suas raízes, foram encontradas 1.113 unidades de contexto elementar (UCE). A análise lexical (CHD) processada pelo Iramuteq resultou em quatro classes de discursos que foram classificadas a partir de 1005 segmentos de texto, um aproveitamento de 90,30% do conjunto inicial de textos (1.113). O resultado final, pode ser observado no dendrograma⁴ criado pelo *software* (Quadro 2).

Figura 2 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Classe 2		Classe 1		Classe 3		Classe 4	
Debate político-ideológico		Respeito		Influência da homossexualidade para as crianças		Acusação aos homossexuais de deturpação da igreja	
22,1%		40%		12,9%		25%	
Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2
Dia	27.73	Opinião	51	Sexual	101.46	Igreja	212.05
Responder	27.07	Respeitar	49.17	Escola	75.98	Casar	208.76
Defender	23.63	Vida	40.3	Orientação	66.85	Casamento	105.71
Lado	21.16	Achar	30.94	Criança	61.76	Padre	77.02
Explicar	20.57	Entender	26.95	Mudar	60.81	Pastor	72.17
Público	20.57	Mundo	24.87	Ensinar	52.84	Ler	49.84
Casa	18.25	Impor	18.68	Aula	47.45	Direito	46.63
Sofrer	18.25	Bonito	18.25	Médio	40.63	Querer	44.7
Bolsonaro	18.25	Minha_opinião	18.05	Cor	39.81	Direito_iguais	44.34
Primo	17.72	Humano	17.4	Gênero	39.71	Passar	38.47
Inocente	17.72	Lindo	17.09	Futuro	33.82	Civil	33.41
Guardar	17.72	Respeito	16.88	Psicologia	33.82	Cristão	30.26
Aproveitar	17.72	Viver	16.82	Colega	33.24	Obrigar	29.84
Certeza	17.58	Precisar	15.5	Engravidar	33.15	Suprassumo	29.56
Pessoal	17.01	Levar	15.15	sexo	29.37	religioso	24.52

⁴. Para fins de ilustração foram retidas no dendrograma as 15 palavras com associação significativa mais forte para cada classe medida pelo qui-quadrado

No dendrograma gerado pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) podemos observar que o *corpus* contendo os 13 comentários principais e suas respectivas respostas se dividiram em 3 *subcorpora*. O primeiro, que está ao lado esquerdo da Figura 2, é formado por duas classes, foi denominado de “limites do debate na esfera pública”. O segundo eixo diz respeito às questões de ordem “pública e privada” atualizadas no debate sobre a influência da homossexualidade para crianças, por fim o terceiro eixo, as questões entre “igreja e estado”. A Classe 1, denominada, “Respeito” contém 40% das UCEs e a Classe 2, “Debate político-ideológico” é formada por 22.1% das UCEs. O segundo *subcorpus* é formado pela Classe 3, “Influência da homossexualidade para as crianças”, contém 12,9% das UCEs. Por fim, o terceiro *subcorpus* é constituído, também, por uma única classe (Classe 4), denominada de “Acusação aos homossexuais de deturpação da igreja” e é formada por 25% das UCEs. A seguir, discutiremos os conteúdos semânticos de cada uma das classes.

6.1 Classe 1 – RESPEITO

Formada a partir de 402 segmentos de texto (UCE 40%), na classe 1-vermelho, as palavras mais representativas são: opinião, respeitar, vida, achar, entender, mundo, impor, bonito, minha opinião, humano, lindo, respeito, viver, precisar, levar, referindo-se a vários apelos relacionados ao respeito e não só à opinião, por isso foi denominada de “Respeito”. Segundo o dicionário Priberam, a palavra respeito deriva do latim *respectus*, *-us*, ação de olhar para trás, espetáculo, atenção. Possui mais quatro atribuições: (1) Sentimento que nos impede de fazer ou dizer coisas desagradáveis a alguém; (2) apreço, consideração, deferência; (3) acatamento, obediência, submissão e; (4) medo do que os outros podem pensar de nós, ou seja, receio e temor. O eixo central desta classe, gira em torno de 4 ideias: (1) respeito à liberdade de opinião; (2) respeito à individualidade; (3) tolerância; (4) desrespeito não é opinião, é preconceito. Em seguida, faremos uma explanação sobre cada uma desses aspectos.

6.1.1 Respeito à liberdade de opinião

A primeira ideia que merece destaque na classe 1 está relacionado com a palavra “respeito”. O que os sujeitos reivindicam ao longo dos seus posicionamentos e comentários,

está relacionado com a liberdade de expor sua opinião, contrária ou a favor, e serem respeitados quanto a isso. Os exemplos abaixo ilustram esse aspecto:

Esse é um post que cada um pode **expor** sua **opinião**, sem precisar agredir ninguém. São só **opiniões**!

Vocês têm que saber **respeitar** a **opinião** dos outros, quando as **respostas** vão contra a **opinião** das **pessoas**, elas vêm com 7 pedras ou mais na mão. **Não** houve **ofensa** e **sim** uma **opinião** diferente.

A ideia de respeito é marcada pela ideia de preocupação com o outro e, provavelmente essa concepção vem do cristianismo. Segundo Marques (1999), respeito é considerado como uma virtude estruturante de uma ética de amor e benevolência, marcada, sobretudo, pela mensagem e pela palavra de Jesus Cristo na bíblia, “ama o próximo como a ti mesmo”. Além do mais, respeitar é compreender que os sujeitos possuem opiniões contrárias, posicionamentos divergentes e, que possuem individualidades que precisam ser compreendidas. Muitas das concepções existente, atualmente, sobre esse assunto, partem de uma ideia religiosa, cujo respeito está relacionado ao sentimento de empatia, mas vale ressaltar que outros fatores também influenciam, como o Direito.

Um aspecto importante surge nesse debate entre respeitar toda e qualquer opinião, o conceito de liberdade. Os sujeitos buscam respeito de opinião no intuito de que seus posicionamentos possam ser ditos sem impedimento, buscam, acima de tudo, dizer que não podem ser censurados por possuírem posições contrárias. Mas, surge um questionamento: “somos livres para falar o que queremos?”. Os exemplos abaixo demonstram posicionamentos de sujeitos que partem em defesa de outras pessoas pelo fato de alguns terem sido privados do direito a opinar. Questionam os demais pelo fato de que isso é ir de encontro a direito básicos, conseqüentemente, os demais precisavam respeitar pensamentos contrários. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 diz o seguinte “todo homem tem o direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser incomodado por suas opiniões e de procurar, receber informações e ideias, por quaisquer meios de expressão, independentemente de fronteiras”. Uma das hipóteses levantadas aqui é a de que os sujeitos também ancoram seus posicionamentos nessa ideia de liberdade.

Nos exemplos a seguir, podemos perceber comentários de pessoas que reivindicam justamente essa liberdade para se expressar:

Quer dizer que ter **opinião** contrária é ser escroto? Melhore meu povo, melhore. Acho que chamar a pessoa de escroto não seja a melhor forma de **respeito** logo vocês que luta tanto por **respeito**, porém **não respeitam** o outro. Aqui são **só opiniões** cada um tem **sua opinião**. Ninguém pensa da mesma forma não, isso não é só na questão da **homossexualidade** é em tudo cabe a cada um **respeitar a opinião do outro**, só isso.

Apenas **respeite** à **opinião** do outro e já está de bom tamanho. O problema é que ter **opinião** contrária hoje é ser **homofóbico**. **Respeitem** a **opinião** do outro poxa, cada um tem **sua opinião** sua crença, ninguém é **obrigado aceitar** nada não, mas **respeitar** sim, até porque **respeito** é universal. Cabe a cada um **respeitar a opinião** do outro e saber que talvez o que é certo para você, para o outro pode não ser.

Concordo contigo, o **problema** maior é que as pessoas não podem **dar opiniões** contrárias, **querem** colocar uma **ditadura na liberdade de expressão**.

Um aspecto importante que esse tipo de comentário traz consigo é o fato de que as pessoas querem emitir sua opinião mesmo que preconceituosa, por exemplo, que os homossexuais são pecadores, são promíscuos, são anormais. Um agravante que merece ser mencionado com esses comentários é de que os sujeitos acreditam que omitir uma opinião contrária contra os homossexuais é permitido, mas não emitem ou pelo menos não com a mesma frequência, uma opinião a respeito dos negros, afinal existe uma norma antipreconceito que impede essas pessoas de expressar esse tipo de comentário. É a partir desses valores (liberdade) que as expressões homofóbicas estão sendo respaldadas atualmente.

6.1.2 Respeito à individualidade

Entre tantos aspectos mencionados ao longo dessa classe sobre o respeito, surge um debate sobre a individualidade. O respeito à individualidade surge em muitos comentários que buscam legitimar e justificar o fato de que seus posicionamentos merecem ser considerados. Em especial, uma parte dos comentários foram expressos por um grupo que buscava ser respeitado em suas escolhas pessoais, principalmente, a respeito da sua sexualidade. Tanto homossexuais, como os que defendem a liberdade sexual, comungam da ideia que a individualidade de cada um, precisa ser respeitada. A orientação sexual está sendo considerado como algo que é próprio do sujeito (faz parte da sua individualidade).

Ainda sobre esse aspecto em muitos momentos as expressões, minha opinião ou vida alheia, são usadas para identificar algo como próprio do sujeito (algo que é único e exclusivamente meu). Seja a respeito de uma opinião pessoal ou a respeito das escolhas pessoais da vida de cada um (a vida particular de cada um). Em geral, definimos esses fatores como sendo a individualidade de cada sujeito. Milton Santos (2002) a respeito da individualidade a define como uma conquista demorada e sofrida, algo que foi formado pelas heranças e aquisições culturais, através de atitudes aprendidas e inventadas, além das formas de agir e reagir. É uma construção social, emocional e intelectual, mas que constitui o patrimônio privado e seu valor intrínseco não muda a avaliação extrínseca, nem a valoração direta da pessoa frente

a outro olhar. Nos exemplos abaixo, poderemos identificar essas palavras que remetem a individualidade de cada um, seja para respaldar expressões preconceituosas ou para criticar posicionamentos preconceituosos:

É **minha opinião**, eu **acho** que cada um de nós deve cuidar de **suas vidas** e deixar a dos outros, me dou muito bem com meus vizinhos e para mim tanto faz se são **gays** ou **heterossexuais**, eu nunca procuro saber da **vida** de ninguém, pois somos livres para fazer aquilo que queremos

Ter opinião na **vida alheia** é falta do que fazer. Nunca vi um **gay** pedindo **opinião** sobre o que você **acha** da **vida** dele, das escolhas dele, do namorado dele.

É muita prepotência **achar** que **precisa** dar **opinião** sobre a **vida alheia** e ainda considerar essa **opinião tão** importante a ponto de fazer diferença na sociedade. **Psiquiatra** para você querido.

Ninguém está pedindo para aplaudir não! Estão **pedindo respeito!** Que parem de se meter na **vida alheia** e que parem de **impor** a sua **opinião** ou sua religião nas **vidas** deles.

Não querida, **apenas mostrando** que vocês têm zero de direito em se **incomodar** com a **vida alheia**.

Esses exemplos servem para nos mostrar a relação que a palavra vida tem com relação à individualidade de cada sujeito. Nos comentários os sujeitos buscam a todo momento que os homossexuais sejam respeitados por ser o que são, afinal isso diz respeito a sua vida pessoal, conseqüentemente, a individualidade de cada um ou aquilo que constitui cada pessoa, não diz respeito a outrem.

Apesar do eixo central está relacionado com o respeito, alguns comentários de usuários são descritos possuindo circunstâncias específicas par serem aceitas. Por exemplo, os usuários respeitam o outro ou sua opinião e prática, desde que isso não vá de encontro a princípios pessoais que ele possui. O próximo aspecto saliente nessa classe diz respeito à tolerância.

6.1.3 Tolerância

Para compreender esse aspecto específico é preciso definir, sobretudo, o que é tolerância. Vale ressaltar, antes de tudo, que não é fácil definir esse conceito, pois a tolerância é uma atitude complexa (SCANLON, 2009). Segundo a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Unesco em 1995, a tolerância é definida como “o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos” (artigo 1.1). Além de ser fomentada pelo conhecimento, comunicação, liberdade de pensamento, de

consciência e de crença e, ser harmonia na diferença. Essa declaração compreende a tolerância como uma virtude que torna possível a paz, além do fato de contribuir para a substituição de uma cultura de guerra por uma de paz, sendo um dever de ordem ética. Não pode ser confundida como caridade, concessão ou condescendência.

Segundo Grupioni, Vidal e Fischmann (2001), a Declaração da Tolerância da Unesco ensina que a prática de tolerar significa aceitar a diversidade humana em seu aspecto físico, de situação, de modo de expressar-se, de se comportar e de seus valores. Cada pessoa tem o direito de viver em paz e ser como é, segundo o artigo 1.4 da mesma. Percebemos que com os homossexuais, muita vezes esses direitos são questionados, afinal essas pessoas são impedidas de viver, praticar e ser o que são. Para alguns grupos específicos são reconhecidos como um grupo que possui um modo de ser e viver diferente do “normal”.

Scanlon (2009) define tolerância como algo que requer “aceitar as pessoas e consentir suas práticas mesmo quando as desaprovamos fortemente” (p.31). Segundo o autor, é uma atitude intermediária entre a absoluta aceitação e a oposição imoderada. Existem casos que o sentimento de contrariedade ou desaprovação devem ser contidos, na verdade, melhor seria que não existissem ou que fossem extinguidos, quando se trata de preconceito, por exemplo. O mais prudente é uma reformulação de pensamentos, ou seja, deixar de exercer atitudes, comportamentos e posicionamentos preconceituosos (SCANLON, 2009).

Os comentários a seguir, trazem essa ideia de tolerar as atitudes, comportamentos e posicionamentos desde que isso não entre em confronto com os valores pessoais.

Não faz diferença, mas não **acho bonito**, não **concordo** com as práticas, **não sou obrigada** e nem por isso sou homofóbica, não bato, não xingo só não **acho bonito**, **minha** opinião.

Em comum, esses comentários, trazem a ideia de que as práticas homossexuais, bem como o fato de ser homossexual precisam ser “respeitado”, desde que não interfira na minha vida ou da minha família. Um questionamento surge após esses comentários, esses sujeitos estão demonstrando que serão respeitosos para com o outro ou que toleram as escolhas de outrem? Essa resposta não é simples, afinal o tema possui sua complexidade. Borrillo (2009) argumenta que uma das formas mais sutis de homofobia denotam esse caráter de tolerância, atribuindo aos homossexuais um lugar marginalizado e silencioso, de uma sexualidade considera incompleta ou secundária. Por exemplo, os sujeitos que expressam atitudes de tolerância e por consequência estariam expressando formas sutis de preconceito, não rejeitam os homossexuais ou a homossexualidade, entretanto, não choca a eles o fato de que essa população não goza dos mesmos direitos que os heterossexuais.

Em um estudo desenvolvido por Souza e Dinis (2010) a respeito dos discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia cujo objetivo foi investigar os discursos produzidos por futuros/as professores/as de biologia. Os dados foram coletados em dois semestres distintos, um em 2006 e outro em 2007, por meio de questões objetivas e discursivas. Entre os resultados encontrados, os autores perceberam que não houve diferença de posicionamentos quanto ao sexo desses participantes. Além do mais, todos os entrevistados seguiram um padrão normativo e repudiaram possíveis manifestações de discriminação no espaço escolar. Os futuros professores disseram ter convívio com homossexuais nas universidades, conhecem professores, não mudariam sua conduta caso descobrisse que um colega de trabalho fosse homossexual, não possuíam objeção ao professor de seus filhos ser homossexual. Entretanto, houve uma variação entre os dados coletados na turma de 2006 e na turma de 2007 quanto a aceitar um professor homossexual ensinando seus filhos. Outros resultados foram encontrados nessa pesquisa, contudo, nosso objetivo aqui é lançar um olhar específico para as justificativas dadas por esses entrevistados que, em alguma medida, são contra a determinadas questões referentes a diversidade sexual.

Em sua maioria as respostas eram estruturadas em expressões como “não me importo, indiferente e cada um cuida da sua vida” foram recorrentes. Segundo os autores, isso indica que os futuros professores internalizaram a norma antipreconceito, mas não possuem uma reflexão crítica sobre essas questões. Seria uma ideia de tolerância que segundo Louro (2003) “liga à condescendência, à permissão, à indulgência – atitudes que são exercidas, quase sempre, por aquele ou aquela que se percebe superior” (p.48). A esse respeito, Souza e Dinis (2010) demonstram que essa postura fica evidente nas respostas quanto ao posicionamento pessoal sobre a diversidade sexual, pois os sujeitos que se declaram não preconceituosos (44%) é menor do que a soma dos que se consideram indiferentes (39%) e preconceituosos (14%). Os sujeitos que se intitulavam indiferentes, apresentavam justificativas nas quais, era evidente a expressão preconceituosa, principalmente com as pessoas mais “exageradas”, pois não estariam respeitando os limites dos outros, ou seja, elas precisavam manter uma certa distância (dimensão de expressão sutil), eles (homossexuais) do lado deles e eu (heterossexual) do meu. Exemplos semelhantes também foram encontrados nessa dissertação:

É me perdoa os **contrários**. Mas eu **não concordo**, não significa que **não respeito**. Agora pessoas que **querem respeito**, e são **ofensivos** com palavras grossas e maleducadas, são elas que são **intolerantes** e precisam de psicólogo

É verdade, ninguém é obrigado a **aceitar nada, respeitando** e mantendo milhares de quilômetros de **distância** já está de bom tamanho.

Essas respostas, assim como no estudo de Souza e Dinis (2010), dizem respeito a dois posicionamentos: as pessoas toleram os homossexuais, mas não querem contato com esses; e a ideia de que não são preconceituosas, “tenho até amigos que são *gays*”, discurso muito utilizado para justificar expressões de preconceito sutil. Essas informações entram em consonância com os estudos a respeito da homofobia apresentados anteriormente, além das justificativas utilizadas por esses indivíduos baseados numa norma de desabilidade social, segundo a qual, o preconceituoso não é bem-visto socialmente.

Essa discussão sobre respeito e tolerância faz emergir um assunto que atualmente está em pauta, principalmente, em tempos de redes sociais (DA SILVA, 2011; DANTAS; NETO, 2015; DANTAS; ABREU, 2016); FERREIRA JUNIOR; SAMUEL, 2015). Diz respeito ao embate entre liberdade de expressão e/ou discurso de ódio. Nesses estudos, inclusive, nessa dissertação, o que os usuários das redes sociais estão fazendo é emitir posicionamentos preconceituosos respaldados na ideia de “minha opinião” ou é somente “o que eu acho”. O próximo aspecto que emergiu da Classe 1 trata a respeito desse assunto e sobre ele é que iremos explicar a seguir.

6.1.4 Desrespeito não é opinião, é preconceito

A classe 1, como dito anteriormente, tem centrado sua discussão sobre o respeito. Em um primeiro momento os sujeitos, na maioria das vezes, que expressam posicionamentos preconceituosos, partem da ideia de que são desrespeitados pelo fato de não poderem se expressar da forma que desejam. Depois, um embate sobre o respeito à individualidade de cada um, afinal, cada sujeito precisa ser respeitado por aquilo que é, segundo alguns usuários do *facebook*. Entre o embate sobre o que é respeitar e tolerar, surge mais um aspecto que merece ser explanado, diz respeito ao desrespeito. Em geral, são comentários não preconceituosos que se contrapõem aos discursos de outros usuários, acusando-os de estarem sendo preconceituosos (os comentários anteriores servem-nos como exemplo). Os discursos não preconceituosos e em defesa da diversidade sexual, podem também ser lidos abaixo:

Ter **opinião** é **lindo**, agora **desrespeitar** o próximo com a **opinião**, é outra história

Verdade, falar mal e **desrespeitar** ou camuflar o **problema psicológico** é fácil, agora ir ser feliz, estudar, viajar não consegue né? Se expandir então, vixi. Toda forma de existir e amar consciente e consensual é lindo e **certo** sim!

Preconceito **não** é **opinião**, você **não** tem que **achar lindo** querido, você tem que **respeitar**, da mesma **forma** que os **gays não** são obrigados a achar um casal **hétero lindo** e são **obrigados a respeitar**.

Preconceito **não** é **opinião**. Quando sua **opinião** mata pessoas, tem alguma coisa muito errada nisso!

Eu acho é **bonito** esse povo dizendo: **não** tenho nada contra **gays**, só tenho uma **opinião** contrária. Ah, vão se catar. **Respeitar opinião** é uma coisa, agora **respeitar** preconceito disfarçado de **opinião** jamais.

Dois questionamentos surgem em meio a esses posicionamentos, o que diferencia a liberdade de expressão almejada pelos sujeitos que expressam posicionamentos contrários aos homossexuais e à homossexualidade e qual o limite entre a opinião e o discurso de ódio. Desse modo precisamos entender o que diferencia cada um desses aspectos. A liberdade de expressão, reforçando o que já foi dito antes, além de está assegurada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, também está assegurada na Constituição brasileira, nos capítulos sobre direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º, IV, V e IX) e no capítulo destinado à comunicação social, onde está disposto que nenhuma criação, expressão e informação, sofrerá restrições, levando em consideração o que está disposta na Constituição (art. 220). A esse respeito, a possibilidade de exteriorizar suas crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções pelos diferentes meios existentes, inclusive, as redes sociais se constituem como liberdade de expressão. Ora, se os sujeitos podem expor seus posicionamentos a respeito de diferentes assuntos respaldados legalmente pela constituição, qual seria então o limite desses posicionamentos? Nesse sentido, é preciso definir o que é discurso de ódio.

Segundo Rothenburg e Stroppa (2015), o discurso de ódio tem por característica o conteúdo segregacionista, respaldado na dicotomia da superioridade do emissor e na inferioridade do atingido. Refere-se as palavras que tem por objetivo insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, além de incitar/instigar a violência, ódio ou discriminação contra essas pessoas. Em tese, o discurso de ódio consiste na divulgação de mensagens que estimulem o ódio racial, a xenofobia, a homofobia e outras formas ódio baseados na intolerância (ROTHENBURG; STROPPIA, 2015). Abaixo, exemplos encontrados nesta classe:

Parabéns gata. Querem aceitar **essa merda** como se fosse a **coisa** mais **normal** do mundo.

Só existe **héteros** o que vem além disso é **anormal**.

Se a gente for tratar **tudo** como **normal** o que vai acontecer com o mundo?

Esses discursos pretensamente mascarados de opinião, são manifestações explícitas de discursos de ódio. O uso do sufixo “ismo” para a homossexualidade caiu em desuso por remeter

à doença, contudo algumas pessoas mais conservadoras, em particular os evangélicos, ainda utilizam esse argumento como forma de demonstrar que não se trata de algo “normal”, mas sim uma sexualidade desviante (PEREIRA, 2004). Outra expressão que chama atenção nesses discursos é o uso da expressão “essa merda”, referindo-se aos homossexuais de forma pejorativa e preconceituosa. A questão de os homossexuais serem considerados como anormais também respalda o argumento de que essas expressões camufladas de liberdade de expressão e de respeito à opinião são expressões preconceituosas flagrantes. Possuem a lógica excludente e de hierarquização entre os sujeitos, remetendo-nos às concepções dos novos preconceitos, principalmente à infra-humanização (LEYENS, 2000), processo sociocognitivo que percebe alguns seres humanos como não possuindo essências, emoções e valores tipicamente humanos.

Aguiar (2015), em um trabalho de monografia, se propôs a estudar o discurso de ódio nas redes sociais, especificamente, analisou a página do Deputado Federal Jean Wyllys com o objetivo de elencar os elementos utilizados na construção desses discursos odiosos. O autor chegou à conclusão de que os discursos de ódio homofóbicos surgem das premissas fundamentalistas de formadores de opinião que pretendem impor crenças e ideologias a indivíduos que não comungam delas. Aguiar (2015), conseguiu destacar três características dos discursos de ódio: possuem cunho religioso; lógica heteronormativa e; incitam violência e morte.

6.2 Classe 2 – DEBATE POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Os comentários referentes a classe 2, formada por 220 segmentos de texto (UCE 22.09%), são formados a partir das seguintes palavras: Dia, responder, defender, lado, explicar, público, casa, sofrer, Bolsonaro, primo, inocente, guardar, aproveitar, certeza, pessoal, referindo-se aos embates criados devido às posições políticas e ideológicas, principalmente uma tensão entre esquerda/direita, progressistas/conservadores, por isso essa classe recebeu o nome de “Debate político-ideológico”. Essa classe apresenta 3 discussões importantes: (1) o público e o privado; (2) os conflitos em defesa de lados e posições políticas; (3) mobilização em defesa da família e da heterossexualidade.

Antes de explanar acerca das 3 discussões que surgiram nessa classe, é preciso relembrar o contexto que estamos vivendo. Desde a crise política que se iniciou em 2013 antes das eleições presidenciais até o golpe de Estado de 2016 no Brasil (LOWY, 2016), alguns retrocessos começaram a figurar no cenário nacional contra a população LGBT e a outras minorias sociais

(BOITO JUNIOR, 2016). Sem contar o crescimento de uma agenda conservadora que vem ganhando forças junto à bancada evangélica. O resultado desse processo pode ser visto, por exemplo, na revogação da resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia que traz regras sobre o atendimento a homossexuais e proíbe a oferta a tratamentos de reorientação sexual. Essa liminar ficou conhecida como a proposta da “cura gay” e pode ser apenas o começo de uma série de medidas contra o movimento LGBT. Esses e outros temas têm ganhando forças não só no debate off-line, mas estão reverberando nas redes sociais servindo de arena pública para os debates. Dito isso, a seguir, explanaremos a respeito das discussões que os usuários utilizam para justificar ou expressar seus posicionamentos homofóbicos.

6.2.1 O público e o privado

Muitos argumentos utilizados pelos sujeitos que comentaram a respeito do vídeo estão relacionados com a manifestação pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Nesse aspecto entendemos o privado relacionado com a esfera da intimidade, já o público está relacionado a esfera social. A esfera social deveria ser o lugar onde público e privado pudessem estar em união, afinal, é na esfera pública que se comunica o privado. O que observamos atualmente é que as pessoas heterossexuais não são impedidas de demonstrar seus afetos em locais públicos, enquanto os homossexuais são “obrigados” a resguardar esses afetos para o espaço privado, suas casas, seus quartos, longe da sociedade (SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006; ANDRADE, 2011). Os exemplos a seguir demonstram esse argumento:

Gay para mim é problema do gay, cada um sabe do cu que tem agora virar **libertinagem em praça pública** não, aí é questão de **cacete**, não no cu e sim nas costas mesmo para largar de ser besta.

Antigamente não se via manifestações homossexuais. Por que será? Porque os **gays** eram **gays respeitosos**, sabiam seus **limites** e não lutavam para poder **beijar em público**, afinal ninguém fazia isso. Porém, depois da era Karl Marx, quando o **esquerdismo** ficou forte, os **gays** acharam que eram vítimas e começaram a lutar contra a família tradicional brasileira.

Ter **respeito** é o que mais **falta** aos **gays**, ser **gay** e **fazer o que quiser dentro de sua casa** é **direito** de cada um. Mas se **beijar** e se tocar em **público** já é muito não?

Concordo! Me incomoda apenas quando **querem aparecer** e fazer coisas em **público** que nenhum casal **hétero** faz, só isso. Para mim, podem comer merda com a **mão**, lamber cu, etc.! Não me importo, o chato é quando **querem ser espantalhos em locais**.

Querem viver em paz? É só viver sua **vida privada** como qualquer punheteiro, não os vejo em **público** exigindo **visibilidade** da **sociedade**. Esse povo deveria fazer como os nudistas, zoófilos ou outras parafilias e movimentos subversivos que estão no

limbo, deles não se tem notícia porque **vivem suas práticas em privado** ou em **seus próprios guetos**.

Os comentários mostram uma tentativa de regulação e eliminação das sexualidades não heterossexuais. Recorrendo ao conceito de infra-humanização, proposto por Leyens (2000), no qual as pessoas atribuem essências diferentes aos grupos e o seu grupo (endogrupo) possui uma essência superior ao exogrupo. Podemos perceber com alguns dos comentários mencionados acima que, colocam os homossexuais como menos humanos, comparando-os com outros grupos rejeitados. São, na verdade, um reflexo de um discurso que não está apenas no âmbito das redes sociais, mas figura, inclusive, o ambiente off-line, haja vista o número de agressões que acontece contra homossexuais nos ambientes públicos pelo simples fato de demonstrarem algum tipo de afeto, como o caso do casal que foi atingido com pás⁵ ou o grupo de homossexuais que foi atingido com lâmpadas após saírem de uma balada em São Paulo⁶. Esses casos, especificamente, dizem respeito à agressão e violência contra homens homossexuais.

No caso das mulheres o problema torna-se mais grave, pois as agressões adentram na esfera do privado (RUFINO, 2014). Segundo Rufino (2014), no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2013 foram encontradas 252 notícias sobre violência homofóbica em revistas eletrônicas. Dessas, 25 eram direcionadas à violência contra lésbicas (lesbofobia). Os casos de violência apareceram na esfera pública, sendo o fato ocorrido em restaurantes, teatros e na rua, assim como os crimes contra os homens homossexuais. Entretanto, a violência contra lésbicas ocorreu, em alguns casos, no ambiente privado, provocados por familiares e pessoas próximas. As explicações para a violência dizem respeito a uma atitude corretiva, espancadas para “aprender a gostar de homem”, quando possuíam estereótipos considerados como masculinos, quando algo acontecia “elas precisavam apanhar como homens”.

A homofobia é um fenômeno complexo e variado, possui suas particularidades, por exemplo, nos casos de violência contra mulheres e homens. Scardua e Souza Filho (2006), em um estudo a respeito do debate sobre a homossexualidade a partir da perspectiva de homossexuais e heterossexuais, já citado anteriormente, chegaram a conclusões de que os homens buscam uma maior visibilidade no âmbito público, enquanto mulheres querem o reconhecimento na esfera privada, no ambiente familiar. Esses dados podem ser percebidos à luz da violência que essas pessoas veem sofrendo, como afirmado acima, os casos de homens que são agredidos nos ambientes públicos, é superior ao de mulheres (RUFINO, 2014). Essa é uma hipótese a ser analisada, afinal existe um número crescente⁷ do caso de travestis que são agredidas e violentadas na rua. Mas esses estudos nos mostram que, o crime homofóbico possui

particularidades, a expressão do preconceito e a discriminação pode ser sentida e sofrida de maneira distinta entre as pessoas.

Borrillo (2009), a esse respeito diz o seguinte:

Aceita na esfera íntima da vida privada, a homossexualidade torna-se insuportável quando reivindica publicamente sua equivalência à heterossexualidade. A homofobia é o medo de que essa equivalência seja reconhecida. Ela se manifesta, entre outras coisas, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual. Exprime-se por meio das injúrias e dos insultos cotidianos, mas aparece também nos discursos de professores e especialistas, ou permeando debates públicos (p. 19-20).

As expressões homofóbicas não podem ser encaradas como “simples” exposição de opiniões, afinal, negligenciar esse fato é compartilhar de um pensamento excludente e heteronormativo, cujo sujeito desviante (homossexual) precisa ser reorientado, concertado e, pior, regulado, através de comentários ou de violência física e psicológica, como no caso das lésbicas que sofrem violências corretivas. Em meio a um ambiente de intolerância e violência, as redes sociais também permitem que sujeitos homossexuais e/ou heterossexuais saiam em defesa de seus posicionamentos e busquem visibilidade nas esferas públicas (SCARDUA; SOUZA FILHO, 2006). Os comentários abaixo, mostram os posicionamentos em defesa dos homossexuais, seja na reivindicação de direitos iguais, na conscientização do mal que a homofobia traz para os homossexuais (para heterossexuais também), como na visibilidade e liberdade de exposição:

Não, não é. **Héteros** podem, porque **gays** não? É **beijo**, todo mundo já viu um **beijo** hétero na **rua**.

Enquanto houver pessoas que dizem que homossexualidade é anormal, vai ter **gay** sofrendo, vai ter **gay morrendo**, e vai ter **gay** exigindo **respeito**.

Vai ter **gay** se **beijando** na **pracinha** sim e se reclamar vai ter até na **frente da tua casa**.

Hétero para mim é **problema** do **hétero**. Não pode ter **libertinagem** em **praça pública**. **Aí** é questão de cacete na cara para largar de ser besta.

Já passou faz tempo a famosa hora de parar né querido. Se foda a **família** cristã tradicional brasileira, espanhola, americana. Vão tudo tomar no cu. Vai ter **beijo gay** sim, vai ter **mãos** dadas sim, vai ter **carinho** em **público** sim e a merda de **bolsolixo** não vai ser presidente ok? Ninguém é obrigado a viver de acordo com dogmas e doutrina religiosa de ninguém não!

⁵<<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2017/03/casal-gay-e-espancado-com-pa-apos-abraco-e-alega-homofobia-bichinhas.html>>

⁶<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/pensei-que-ia-morrer-diz-jovem-agredido-com-lampada-na-paulista.html>>

⁷<<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transsexuais>>

Os comentários da Classe 2, trazem como marca principal, os conflitos existentes entre os grupos. A divisão feita, a priori, diz respeito aos que são contra e os que são a favor dos sujeitos homossexuais. Mas é preciso ressaltar que, outros aspectos compõem essa disputa, tornando-se inclusive como indicador de pertencimentos grupais, é o caso das posições políticas entre esquerda e direita. Adiante perceberemos como esse indicador (político) tem construído e dividido os sujeitos, no ambiente off-line e online.

6.2.2 Os conflitos em defesa de lados e posições

O objetivo aqui não é fazer uma discussão epistemológica entre a distinção esquerda/direita, afinal trata-se de definições não consensuais que trazem uma problematização que foge os objetivos dessa dissertação (BOBBIO, 2001). Um dado importante e, que precisa ser mencionado, é que muitos dos usuários das redes sociais, nem sequer conhecem o que é ser direita ou esquerda⁸ (mesmo se classificando nessas nomenclaturas), visto a quantidade de equívocos existentes quanto às expressões utilizadas de forma arbitrária, por exemplo comunista, facista, nazista, etc. Nossa intenção aqui é, a partir da posição que esses sujeitos se colocam (esquerda/direita) compreender o processo de categorização e da formação dos grupos, visto que dessa forma é possível compreender as relações intergrupais existentes no facebook.

O(s) grupo(s) possui na Psicologia Social um papel importante na análise dos fenômenos sociais. A ênfase utilizada aqui parte da ideia de Torres e Camino (2013), segundo a qual o grupo é percebido não somente nos pequenos grupos, nos quais os participantes se relacionam face a face. Partimos, do foco dado para os grandes grupos, ou categorias sociais, um tema com pouca atenção segundo esses mesmos autores. Essa escolha está em consonância com a definição de preconceito e de homofobia que resolvemos trabalhar nessa dissertação, cujas relações de poder estabelecidas entre os grupos produzem determinados fenômenos sociais, a homofobia é um exemplo. Além do mais, esta definição, diferente de outras produzidas dentro da Psicologia Social, percebe que a articulação entre sociologia e psicologia social são fundamentais para o desenrolar e compreensão desse (e de outros) fenômeno(s) tão complexo (TORRES; CAMINO, 2013).

⁸<<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/redes-sociais-mostram-que-brasileiros-nao-sabem-o-que-e-ser-de-direita-e-esquerda-por-patrycia-monteiro/>>

Uma questão levantada ao longo do debate psicológico é o que caracteriza a formação de um grupo. Uma das primeiras condições é que possuam e mantenham relações específicas entre elas, não sendo baseadas em critérios arbitrários (iniciais do nome, data de aniversário, etc.) já que não se constituem como critérios psicológicos. Contudo, diferentes formas de relações entre os membros de um agrupamento de indivíduos podem ser pensadas enquanto grupo, desde que essa relação tenha uma relação com o nível psicológico. Segundo Cartwright e Zander (1968) citado por Torres e Camino (2013), um grupo é “o conjunto de indivíduos que possuem um tipo de relação entre eles que faz com que se sintam interdependentes” (p.529). Contudo, Tajfel (1972), revolucionou a concepção do que se entende por grupo com o paradigma do “grupo mínimo”. Segundo Pissara e Jesuino (2013) o conceito de grupo “passa a abranger toda e qualquer situação resultante duma categorização social. O grupo passa a ser considerado como “*cosa mentale*”, são os grupos que estão nos indivíduos e não os indivíduos que estão nos grupos” (p.12). Ademais, os autores trazem um questionamento que nos ajudará compreender as relações existentes nas comunidades formadas no *facebook*, quais as consequências psicológicas dessas pertenças grupais?

Uma das hipóteses lançadas é a diferenciação grupal, processo que tende a avaliar de forma positiva o grupo no qual pertencemos e negativamente o outro grupo. Esse conceito, como apresentado anteriormente, constitui-se como fenômeno importante na compreensão das relações intergrupais, tendo em vista que esse fenômeno começou a ser percebido devido aos conflitos intergrupais. A relação entre conflito e diferenciação leva em conta um questionamento: a diferenciação grupal pode ser percebida fora de um contexto competitivo ou conflituoso? (TORRES; CAMINO, 2013). O debate a esse respeito é extenso, no momento, interessa-os o fato de que foi esse processo que deu origem aos estudos de categorização social (TAJFEL, 1972).

Jodelet (1999), a respeito do processo de categorização levanta dois sentidos. Um relacionado a classificação em uma divisão social, por exemplo, as pessoas são colocadas em categorias dadas: homens e mulheres, jovens e velhos e; um relacionado a atribuição de uma característica a alguém, relacionando com a estigmatização e os estereótipos. Há uma relação entre esses dois sentidos, atribuir uma característica a um conjunto de objetos serve na constituição desse em uma determinada classe definida pela divisão desta característica, no sentido inverso, ao ser afetado por uma categoria, uma atribuição referente as características típicas lhes é atribuída. O que Jodelet (1999) nos diz sobre esse processo é que a categorização

dos sujeitos resulta em segmentações no meio social em função das características, ações e intenções comuns.

Partindo desses pressupostos e, levando em consideração algumas atribuições que os sujeitos utilizam para se colocar como pertencentes a determinados grupos e ressaltar a importância desse e a desvalorização do outro, os comentários abaixo mostram os discursos utilizados pelos sujeitos que se constituem avessos aos sujeitos considerados de esquerda:

Vai votar em dilmanta e luladrão que você ganha mais, quem passa vergonha na internet são os **esquerdopatas**.

Esquerdismo é uma doença mental que precisa ser tratada urgentemente. Já estão até querendo pôr um traficante como prefeito no Rio de Janeiro. Graças à Deus em São Paulo o bem ganhou Doria, Crivella, **Bolsonaro**, fora quebrando o tabu.

Aqui vocês estão em grupos **esquerdistas defendendo** uns aos outros. Tentem **expor suas opiniões** em grupos de bem como desquebrando o tabu, caneta desesquerdizadora ou orgulho de ser **hétero** que vocês serão massacrados!

Não adianta **explicar**, para **esquerdista** nós sempre vamos ser os ignorantes, retrógrados e golpistas.

Os comentários apresentados demonstram a distinção entre dois grupos, esquerda e direita. Além disso, elementos como pertencimento e uma carga afetiva podem ser percebidos:

Pessoas normais: **defendem sua opinião** e apresentam argumentos. **Esquerdistas**: partem para o xingamento.

Essa frase, faz-nos lembrar o processo de infra-humanização (LEYENS, 2000), cuja argumentação de que o outro não é dotado de características tipicamente humanos. Nesse sentido os sujeitos são considerados como anormais. Essa distinção, pode ser analisada, também, a partir do processo de Identidade Social. Primeiro porque os indivíduos possuem uma consciência a respeito do grupo que pertencem, além da carga afetiva e emocional que está pertença traz para o sujeito – a rivalidade, por exemplo (TORRES; CAMINO, 2013). A consequência da busca por uma identidade social que contribui para uma autoimagem positiva são os discursos que visam se diferenciar positivamente do outro grupo, por exemplo, quando os discursos apresentam o fato de que não são respeitados devido ao fato dos esquerdistas não aceitarem opiniões contrárias ou quando buscam passar a imagem de injustiçados.

A **esquerda** pira aqui, sabem o que você quis dizer sobre o kit gay nas escolas, mas querem se camuflar, para eles a gente não nasce nem **homem** e nem **mulher**. Bom, a natureza já diz como as coisas tem que ser né, quem precisa de psiquiatra não sou eu, tenho certeza.

Jair Messias **Bolsonaro**, discípulo de Enéas, em mais de 27 anos não tem uma acusação de corrupção sequer. Tem 3 **filhos** honestos, que são contra o comunismo e **defendem** as causas mais sensatas e óbvias, mas que a **esquerda** insiste em tratar como golpistas. Temam, **esquerdistas, gayzistas, maconheiros e feministas**, 2018 está chegando.

Gays morrem todos os dias no oriente médio por causa do islamismo e vocês só reclamam do Brasil, onde vocês podem fazer passeatas a vontade, expor suas ideias a vontade (mas pelo jeito só **esquerdistas** podem expor suas ideias mesmo).

Ainda a respeito das consequências existentes, existe o fato de que, “quanto maior é o sentimento de pertença a um grupo, maior será a tendência a diferenciar, de uma maneira favorável, seu próprio grupo (endogrupo) dos outros grupos (exogrupo)” (TORRES; CAMINO, p. 534-535). Segundo Torres e Camino (2013), esses processos tomam lugar não somente no interior do indivíduo (fatores intrapsíquicos) ou nos espaços das relações individuais (fatores interindividuais), mas está relacionado no nível social e institucional (fatores grupais). A identidade modifica o sujeito e facilita a inserção de valores e normas grupais, além de fazer com que os sujeitos participem ativamente da construção da identidade grupal. Nosso objetivo não é delimitar uma “identidade de direita”, mas demonstrar que a partir dessa categorização os indivíduos expressam posicionamentos, atitudes e comportamentos homofóbicos.

Segundo Bobbio (2001), a distinção entre esquerda e direita, para alguns autores não tem mais nenhuma razão para serem utilizadas. Entre as razões para esse argumento estariam a chamada crise das ideologias, essa afirmação por si só, já é ideológica segundo o autor. Contudo, esquerda e direita não indicam apenas ideologias, reduzi-las dessa forma seria simplista, pois elas indicam, a programas contrapostos que possuem relação com os diferentes problemas sociais que devem(riam) ser resolvidos na ação política, fruto de interesses e de valorizações a serem seguidos pela população. Tendo em vista essas considerações, nossa intenção não foi levantar um debate epistemológico a respeito de “direita e esquerda”. Mas, mostrar de que forma essas definições servem como categorias analíticas para compreender o processo de formação e diferenciação entre os grupos.

Acreditamos que o papel dessa discussão em torno dos grupos foi demonstrar que no nível societal as pertenças grupais podem dar origem a fenômenos como o preconceito e a discriminação. Além de contribuir de algum modo, para uma discussão que ainda está crescendo dentro da psicologia. Durante nossa pesquisa, identificamos dois grupos distintos de sujeitos, nossa classificação foi feita levando em consideração os aspectos ligados as pautas e agendas progressistas e conservadoras que esses grupos defendem. Quanto aos temas progressistas estão as questões ligadas à diversidade sexual, legalização das drogas, descriminalização do aborto e direitos humanos; os conservadores repudiam os temas ligados ao feminismo e valores igualitários entre as pessoas. Abaixo, exemplos de discursos emitidos em defesa das agendas progressistas, conseqüentemente, em defesa da homossexualidade:

Tem gente nesse mundo que parece que foi congelado há dois séculos e voltou à vida hoje. Porque para dizer que **homossexuais** não reproduzem, é porque nunca ouviu falar de inseminação artificial e não sabe da existência de pessoas **heterossexuais** estéreis.

Massa comparar **aborto**, sendo que o feto nem função cerebral tem com assassinato. Estão sabendo bem.

No Carandiru **morreu** vários **inocentes**, não foi só bandido, vá se informar. Legalização da **cannabis** não é só para consumo recreativo e **aborto** já é realidade hoje no Brasil, **mulheres** abortam e **morrem** como animais (só as pobres, porque as ricas têm tratamento).

A polarização resultante dos conflitos entre grupos faz com que os discursos em defesa das agendas progressistas, na maioria das vezes também estejam ligados à defesa dos homossexuais e da natureza da homossexualidade. Nosso objetivo não é averiguar se as pessoas que são a favor da pauta progressista fazem parte de uma corrente específica (esquerda/direita). Vale lembrar que existem outras posições políticas e, uma especificamente vem crescendo no cenário nacional, são os “liberais que, inclusive, se consideram como pertencentes a uma “direita progressista”, por exemplo. Mas, é importante ressaltar que estamos levando em consideração as crenças que circulam na sociedade (a de que a defesa de uma agenda o inclui em uma categoria, esquerda ou direita) e, por isso, os discursos que aparecem a favor da agenda progressista também são favoráveis aos homossexuais, compreendendo à homossexualidade a partir das crenças psicossociais propostas por Lacerda, Pereira e Camino (2002) (a homossexualidade é só mais uma forma de sexualidade).

A respeito das expressões homofóbicas, percebemos discursos flagrantes não só sobre homossexuais, mas de outros grupos sociais, como mulheres e negros. Os sujeitos não justificam suas posições, nem estão preocupados em manter uma desejabilidade social ou aderir às normas antipreconceito, antes expressam posicionamentos agressivos e que incitam a violência e o ódio, como dito em um comentário “parece que foi congelado há dois séculos e voltou à vida hoje”, pois as expressões tradicionais do preconceito estão voltando. Eis os discursos que expressam de forma flagrante esses posicionamentos:

E eu **luto** contra várias outras causas, como **feminismo, esquerdismo, comunismo**, desigualdade e é claro, a prática **homossexual**.

Psiquiatra por falar o óbvio? A maioria dos **homossexuais** dizem que querem **direitos iguais**, mas na verdade almejam mesmo é **direitos** exclusivos, querem sair por cima, igual os negros que **defendem** cotas e as **mulheres** que **defendem** acentos preferenciais apenas por estarem grávidas.

Gays, feministas e sapatões ficam tagarelando para ninguém se meter na **vida deles**, mas são os que vem a **público** chocar e importunar toda **sociedade** com seus desvios. Nossos sentidos são estimulados com propaganda para promover a **agenda homossexual**.

Uma das características do preconceito flagrante segundo Pettigrew e Meertens (1995), além do fato de ser mais direto e está relacionado à ameaça que o exogrupo representa para o endogrupo, diz respeito à dimensão da rejeição à intimidade, além do fato de rejeitar e atacar o grupo discriminado. Em um estudo pioneiro, sobre juventudes e sexualidade, realizado em 14 capitais brasileiras pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por Abramovay, Castro e Silva (2004), as autoras apontaram níveis preocupantes de homofobia. 25% dos estudantes (majoritariamente homens), por exemplo, não gostariam de ter um colega de classe homossexual. Apesar de passados 14 anos desde a realização desse estudo, em um estudo mais atual (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2015), percebeu-se que 19,3% dos estudantes de escola pública não gostariam de ter um colega de classe, travesti, homossexual, transexual ou transgênero.

Em meio às expressões flagrantes alguns questionamentos surgem. O primeiro é como e porque essas formas tradicionais de preconceito, ainda, permanecem no cenário nacional, afinal, os sujeitos não estão mais interessados em esconder seus posicionamentos. O argumento possível é de que o grau de interiorização das normas antipreconceito determinam a manifestação desses preconceitos. Surge uma nova questão, atualmente não existem leis específicas que coíbam as práticas homofóbicas, diferente das manifestações racistas, por exemplo. Dessa forma, os sujeitos não precisam se enquadrar ou se preocupar com a manutenção de um *status* de não preconceituoso, ao contrário, eles se apoiam nos seus grupos de pertencimento para atacar os homossexuais (GALEÃO-SILVA, 2007). Como exemplo, podemos utilizar o caso já mencionado a respeito do Deputado Jair Messias Bolsonaro e da apresentadora Preta Gil (MAIA; REZENDE, 2015). No qual, o deputado, ao perceber que seu comentário obteve uma conotação racista, de imediato se retratou dizendo que não entendeu a pergunta. A justificativa utilizada foi a de que pensou ter sido questionado quanto ao fato de seu filho namorar com outro homem e não com uma mulher negra, ou seja, ciente de que racismo é crime no Brasil, o deputado procurou se redimir quanto a esse aspecto, mas continuou afirmando sua posição homofóbica.

6.2.3 Mobilização em defesa da família e da heterossexualidade

No processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (SINGER, 2016), os deputados foram convocados a expor publicamente seus votos no congresso nacional. Um fato intrigante é que tanta na abertura da votação, quanto na exposição dos votos, os deputados

mencionavam “Deus” (76 vezes) e a “família” (156 vezes) antes de seus posicionamentos. Não se trata de discursos sem nexos, mas de discursos baseados em posições políticas e ideológicas, na maioria das vezes de direita conservadora. Não está sendo falado sobre qualquer família, por exemplo, mas aquela composta por um pai, uma mãe e filhos, típico modelo tradicional. Os comentários abaixo, trazem as palavras: respeito(ar), família, pais, mães e filhos, como justificativas para as expressões homofóbicas.

Tenho amigos **gays**, e sabem **minha opinião** a **respeito** do assunto e eles **respeitam minha opinião**. O **problema** é que algumas pessoas não sabem **respeitar** nem os próprios **familiares** quem dirá uma pessoa desconhecida.

Família: e não fugir aos instintos normais do corpo e da alma. **Papai e mamãe**, o resto é passageiro e tentação do diabo.

Você confiaria um **viado** e viciado dentro da **sua casa** com seus **filhos**? Tenho uma **amiga** que um **amigo** viciado entrou na **casa dela** e tentou roubar uma coisa. Estou falando de **caráter** ou a **falta** dele e em 39 anos de vida o que vi, são que **esses seres** não são dignos

Os comentários acima possuem expressões homofóbicas flagrantes. Possuem a mesma lógica já registrada nessa classe e, em geral, estão ancorados em crenças ético-morais que, segundo Lacerda, Pereira e Camino (2002), dizem respeito a ideia de que os homossexuais “são mal caráter”, são “desrespeitosos” e não possuem “valores morais”. As explicações religiosas também estão presentes, nas quais o homossexual possui “fraquezas espirituais”, conseqüentemente é pecador. As representações construídas a respeito do homossexual em geral estão em consonância com outros trabalhos (PEREIRA, 2004; PEREIRA, 2011), pois são considerados como desviantes, anormais, etc.

O que percebemos ao longo dos discursos produzidos na Classe 2, dizem respeito a um embate que parece não estar próximo de acabar. Segundo Quinalha (2016), após o processo de golpe, o que vivemos no Brasil se constitui um golpe à diversidade. Seus fundamentos estão baseados numa perspectiva conservadora, sustentados por partidos de direita que tomam a bandeira da moral e dos bons costumes como justificativas para regular as sexualidades não heterossexuais. Não é de hoje que determinados regimes políticos-ideológicos vêm buscando combater toda e qualquer pauta ligada aos direitos sexuais, além de serem responsáveis pelos maiores massacres contra negros, judeus e homossexuais. O nazismo alemão que punia os sujeitos homossexuais nos campos de concentração, a Itália fascista com uma “revolução antropológica” cujo principal objetivo foi punir e condenar ao exílio os sujeitos considerados como pederastas. A lei de sodomia proposta por Stálin, que culminou na criminalização da homossexualidade, resultando na condenação de mais de 50 mil homossexuais. No período de

Ditadura brasileira, de forma mais intensa, o autoritarismo do Estado perseguia grupos considerados uma ameaça ou perigosos (QUINALHA, 2016).

Os estudos a respeito do preconceito possuem uma relação intrínseca com os aspectos políticos, sociais e econômicos, servindo inclusive de justificação e legitimação dos posicionamentos preconceituosos (LIMA, 2013). Muitas teorias foram criadas em contextos cujo preconceito estava em voga, por exemplo, Adorno (1950) com perspectiva da personalidade autoritária. Mas, também existem outros trabalhos que propuseram investigar as orientações político-ideológicas e as relações com o preconceito. Galeão-Silva (2007), a respeito da adesão ao facismo e o preconceito contra negros; Nunes e Camino (2011), perceberam que as atitudes político-ideológicas atuavam indiretamente no preconceito sutil, diferentemente da sua atuação mais direta frente à inserção social e ao antirracismo.

Uma pauta atual, ainda a respeito da defesa da família é o Projeto de Lei 6583, que cria o Estatuto da Família. A questão é o conceito de família que é definido, baseada apenas na união entre homem e mulher e seus descendentes, ou seja, as novas concepções e arranjos familiares estão fora do Estatuto. Projetos como esse, mostram a luta de uma classe conservadora para garantir não somente a defesa das suas famílias, mas de valores baseados em uma crença própria. As justificativas para que essas propostas sejam discutidas e reivindicadas pela população partem da ideia, principal, de que existe uma ideologia de gênero que objetiva transformar e influenciar as crianças em “pequenos homossexuais”, querendo extinguir as concepções clássicas de masculino e feminino.

6.3 Classe 3 – INFLUÊNCIA DA HOMOSSEXUALIDADE PARA AS CRIANÇAS

Constituída por 130 segmentos de texto (UCE 12.94%), a classe 3 apresenta dois aspectos importantes a serem discutidos: (1) influência do estilo de vida homossexual para as crianças e; (2) ensino e debate sobre diversidade sexual. Esses dois eixos possibilitaram nomear essa classe como: “Influência da homossexualidade para as crianças”. A escolha por essa nomeação veio a partir das palavras que sobressaíram na análise e estão destacadas a seguir. A ideia de que a orientação sexual pode mudar se professores passarem a ensinar nas salas de aula questões que não competem à escola, mas aos pais, como, sexo e gênero, por exemplo. Além dessas, também se destacaram na análise as palavras: médio, cor, futuro, psicologia, colega e gravidez que serão explanadas ao longo do texto, a fim de auxiliar na compreensão do debate referente a essa classe.

6.3.1 Influência do estilo de vida homossexual para as crianças

Assim como as demais classes, essa também resultou nos conflitos e polarizações existentes nos comentários produzidos pelos usuários da página “Quebrando o Tabu”. A primeira discussão diz respeito à influência do estilo de vida homossexual para as crianças. Na psicologia social, o tema da influência social está sempre em evidência, sendo o modo como a convivência social é capaz de influenciar na formação dos valores, das crenças, das normas sociais, das atitudes sociais e das opiniões pessoais (GOUVEIA, 2013). Os comentários aqui mostram que, assim como outras pesquisas (STINSON, 1998; FALCÃO, 2004), a influência está ligada à ideia de “transformar uma criança em homossexual”, ou fazê-la “virar gay”, como é percebido nesse e em outros estudos (ARAUJO et al., 2007; FARIAS, 2009; PEREIRA; FERNANDES FILHO, 2014).

A crença de que é possível influenciar a orientação sexual tem sido usada como uma das formas de justificação da homofobia (ARAUJO et al., 2007). Muito utilizada por pais, professores e presente nos discursos de psicólogos e estudantes universitários das áreas de direito e psicologia. Para a psicologia, especificamente, esse tema é bem caro, haja vista que é a partir dos saberes psicológicos que o senso comum constrói e partilha novas crenças.

Apesar da maioria dos estudos sobre a influência da homossexualidade para crianças estarem ligados a justificativas de que a orientação sexual dos pais pode influenciar na sexualidade dos filhos (FARIAS, 2009); ou que a falta de um gênero na família resultará no crescimento de crianças psicóticas, sem referencial masculino ou feminino, além de que serão discriminadas (ZAMBRANO, 2006). Nas redes sociais, o tema está relacionado com o debate da influência que professores têm sobre as crianças, como se eles fossem transformar as crianças em homossexuais através do ensino. Em seguida os comentários expressos por aqueles que acreditam que é possível influenciar a orientação sexual das crianças:

Ensinar a respeitar é uma coisa, querer por **kit gay** e dizer que é **normal** os **colegas** do mesmo **sexo** se beijarem é outra!

Eu não dei opinião na forma de vida de ninguém né? Quer dar o cu para homem que dê. Mas **ensinar** isso para o meu **filho** como se fosse **normal**, nunca. O povo não tem noção e nem senso. Daqui a pouco zoofilia vai ser considerado **normal** e vão querer apresentar **uma cartilha** para **ensinar** as **crianças** que isso é normal, tudo tem limite.

Perfeito, não **ensine** que isso é **normal** para as **crianças**.

Se **ensinar** que é **normal** ele pode ser **influenciado** a **se tornar gay**, da mesma forma que se você **ensinar** que roubar é bom, ele provavelmente roube. Então não vejo

problema em **ensinar** que aquilo é errado, sendo assim ele provavelmente não irá **se torna**.

Para compreendermos em que estes comentários estão ancorados e o motivo desses posicionamentos, utilizaremos como base a pesquisa, já mencionada, feita por Araújo et al., (2007). Os autores estavam interessados em saber as representações sociais de estudantes de direito e psicologia em fase final do curso a respeito da adoção de crianças por casais homossexuais. Os resultados mostraram que os estudantes se posicionavam contrários pelo fato de que a adoção iria de encontro a um princípio da lei natural, semelhante com os discursos encontrados em nossa pesquisa, cujos sujeitos colocam os homossexuais e a homossexualidade como algo que “não é normal”. A crença de que os homossexuais são perversos e promíscuos, também foram percebidas em ambos os estudos, por exemplo, quando o usuário argumenta que ‘daqui a pouco a zoofilia será algo normal’, mostra-nos que, para alguns, a homossexualidade ainda é considerada como uma parafilia.

Ainda a respeito desse contexto específico de influência – a escola – que ultrapassa as relações privadas, o debate que tem ganhado força e sendo motivo de polarizações diz respeito à ideia de “ideologia de gênero”. Entre as palavras que mais sobressaíram nessa classe, a influência da homossexualidade para as crianças está relacionada com o ensino da “ideologia de gênero” nas salas de aula. Esse conceito não existe na literatura, pelo contrário, fala-se em teorias de gênero e identidades de gênero. Mas, os usuários não estão interessados em compreender essas categorias e terminam expressando seus preconceitos de maneira flagrante, agressiva e odiosa. Por exemplo:

Pregar **ideologia de gênero** em **escolas** e **ensinar** com o **kit gay** como enfiar o pênis no cu do **coleguinha** de 7 anos, não tem nada demais acredite, fora outras coisas absurdas e nojentas.

Respeitar quem é homossexual é uma coisa, agora tentar **implantar a ideologia de gênero** nas **escolas** aí já é sacanagem, logo começando pelas **crianças**? Destruindo totalmente a inocência das **crianças ensinando** com o **kit gay** escondido dos pais isso é um absurdo.

Ideologia de gênero vocês brigam até o cu arder para ter nas **escolas**, mas ter o **ensino** da constituição, **ensino** de direitos e deveres do cidadão, ninguém quer brigar por isso nas **escolas** né, aprender que dá o cu é bom é melhor que aprender sobre seus direitos né.

Livro de educação **sexual** para **crianças** na **escola** não.

Não faz diferença nenhuma para mim, quero mais que sejam todos felizes porque pessoas felizes não enchem o saco de ninguém), agora quando se quer **impor** isso (através da **ideologia de gênero**, por exemplo), aí começa a ficar complicado.

Os comentários acima são frutos dos rumores produzidos a respeito de uma suposta influência da homossexualidade para as crianças. A crença de que a sexualidade pode ser

mutada ainda está presente no imaginário social, por isso as palavras impor, ensinar e implantar, estão relacionadas a concepção de que os professores querem transformar/impor/implantar/ “logo começando pelas crianças” a ideia de que ser homossexual é normal.

Desde 1954, com os estudos inaugurais de Allport, uma das referências mais utilizadas nos estudos sobre o preconceito, já se falava da função que os rumores provocavam na relação com o preconceito. Segundo o autor, toda iniciativa de linchamento e atentados violentos acontecem porque primeiro existiram rumores, por exemplo. Num primeiro momento existem rumores preliminares, por exemplo, de que uma minoria ou exogrupo específico está atentando contra algo. Isso é uma precedente para os ânimos começarem a se acalorar. Não é uma situação muito diferente se pensarmos no cenário brasileiro cujos discursos de ódio difundidos por figuras públicas têm como único objetivo impor medo à população. A “ideologia de gênero” é um belo exemplo, pois é difundida como algo que veio para acabar com a família tradicional e com as concepções hegemônicas de masculino e feminino.

Depois, esses rumores começam a servir de pólvora para se marcar atos públicos, podendo chegar a linchamentos. Eles atuam como polarizadores de forças, estimulando a disputa entre os grupos. Não é raro que esses rumores sejam o “motivo” necessário para o início de uma violência contra alguém, ou seja, fazem reforçar ainda mais o preconceito e gerar condutas cada vez mais perigosas e extremas. Além de servirem como motivação na hora da raiva, reforçando preconceitos generalizados contra determinados grupos. Os rumores podem ser classificados na conduta de falar mal, ou seja, rejeição verbal, sendo ele tão perigoso quanto todas as outras formas. Na verdade, não existe uma forma mais ou menos perigosa, haja vista que elas funcionam como impulsionadoras para outra conduta. Geralmente pessoas que tem uma conduta preconceituosa com certo grupo tendem a expandir essa conduta para outros grupos, ou seja, se ela é machista, ela tende a ser homofóbica, por exemplo (ALVES-MAZZOTI; CAMPOS, 2014).

Outra perspectiva, é a proposta a partir do estudo das representações sociais, por Moscovici (1961) e Clémence, Green e Courvoisier (2011), ao analisar como uma teoria científica se transforma em representação social e quais os processos formadores das representações, nos ajudarão a entender o papel dos rumores na sociedade. Os autores partem da concepção de que o desenvolvimento da ciência e sua crescente importância na educação e difusão na sociedade contribuem para que novos objetos de representações surjam no senso comum. A respeito da “ideologia do gênero”, especificamente, esse conceito parte do trabalho

de Jorge Scala, em especial por meio de palestras e do livro intitulado *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família* (SCALA, 2015). Nesse livro o autor explicita que os papéis tradicionais de gênero estão ameaçados. Contudo, não existe uma teoria científica sobre “ideologia de gênero”, mas, teorias que estudam as relações de gênero (BUTLER, 2003).

O trabalho de Moscovici (1961) e de Clémence, Green e Courvoisier (2011) nos mostram como as teorias científicas podem ser transformadas por meio da difusão, propagação e propaganda. As redes sociais, assim como a imprensa nos estudos de Moscovici (1961), contribuem significativamente para a difusão de rumores a respeito da “ideologia de gênero”, influenciando as posições de diferentes sujeitos, desde os mais instruídos aos menos. Em geral, como mencionado por Clémence, Green e Courvoisier (2011), “para se propagar largamente em uma sociedade, as teorias dos especialistas devem utilizar canais de mídia de grande difusão, que agora inclui a rede de informática” (p. 240). É dessa maneira que os rumores têm sido alimentados atualmente. Além do mais, no senso comum, o rumor “é espontaneamente assimilado a uma história falsa. A facilidade e a rapidez da disseminação de informações através de canais eletrônicos aumentaram fortemente a presença dos *hoax* (uma mentira elaborada), e sítios inteiros na *internet* são dedicados ao seu desvendamento ou de outras lendas urbanas” (p.244).

Um rumor, nasce justamente por meio das teorias que são difundidas por meio de cursos, artigos, programas televisivos, conversas, posicionamentos de figuras importantes que exerçam influência social. Na maioria das vezes, são histórias complexas ou simples demais que podem ser assimiladas e memorizadas por todos. Antes mesmo de se confirmar a veracidade ou não dos fatos, os sujeitos inferem sobre as informações, transformando-as para que possam fazer parte do pensamento social, ou seja, as ideias complexas e abstratas adquirem um significado simbólico e sua nova forma possibilita que sejam compartilhadas pelo senso comum (CLÉMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2011).

Os grupos de referência desempenham um papel primordial na interpretação das mensagens durante a transmissão e recepção das mensagens. Além do mais, as mensagens que são expostas pelos meios de comunicação passam por um processo de seleção por aqueles que detêm o poder. Temas como este, ligados às questões de gênero, tem servido como ferramenta política para que partidos e figuras conservadoras consigam influenciar aqueles que partilham do mesmo pensamento, seja de maneira explícita como os defensores da família tradicional, como daqueles que preferem não opinar sobre essas questões, tratando-a de forma indiferente.

No Brasil, algumas figuras públicas têm servido como propagadoras de rumores e ideias que causam, principalmente, o medo na população, como as concepções de que a família tradicional irá acabar ou que a ideia de masculino e feminino deixaram de existir. Essas crenças são propagadas pelos sujeitos, seja no ambiente off-line, como no online, como pode ser visto em um dos comentários coletados em nossa pesquisa:

Ideologia de gênero, definição de muitos sites na internet: ausência de **sexo**, **masculino** e **feminino** não existe, foi uma construção cultural e social. Não **concordo** e vou ser xingada por isso?

Em um estudo feito por Reis e Eggert (2017), os autores investigaram as falácias (definição dos autores) da chamada “ideologia de gênero”. A motivação foi justamente o fato de que os Planos de Educação em todo o Brasil começaram a ser questionados por setores conservadores e os ensinamentos relativos à igualdade de gênero, direitos humanos, erradicação da discriminação, orientação sexual e identidade de gênero. Esses aspectos foram, em algumas regiões suprimidos. O que os autores perceberam é que a disseminação falsa de que a “ideologia de gênero” tem por objetivo a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, conseqüentemente, da família, dentro dos ambientes educacionais, resultou em medo e pânico na população.

As representações sociais a respeito da homossexualidade têm influenciado diretamente nos posicionamentos presentes nas redes sociais, sejam para ancorar as posições preconceituosas e justificar as expressões sutis do preconceito, como para ancorar os posicionamentos em favor da homossexualidade como algo natural da vida, uma crença ancorada nos fatores psicossociais (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002). Nesse sentido os comentários contrários à ideia de que pode existir uma influência na formação da personalidade, da identidade e/ou orientação sexual das crianças, também começam a emergir nas redes sociais.

O grande problema é que as pessoas não entendem que a opção **sexual** não é algo formado pelo tempo de convivência em sociedade com outros indivíduos (seja por meio de **influência** ou outro fator). A **sexualidade** já **nasce** pré-definida no genoma.

Aí vamos lá né? Primeiro, o **ensino** sobre **gênero** não diz nada a respeito sobre **influenciar** pessoas a serem gays, ninguém é **influenciado** ok; Segundo, a questão do **gênero** é para que as pessoas sejam **esclarecidas** que o machismo é um mal no mundo.

Não existe **indução** até porque **orientação sexual** não poder ser **aprendida**, nasce com o indivíduo. A maior prova disso é haver homossexuais em um mundo onde você é constantemente influenciado e motivado a ser heterossexual.

Me diga uma pessoa que **virou** homossexual por **influência**. Me informe quem são os que se **transformaram em gays** após conhecer ou conviver com gays, me diga o nome e endereço de uma **escola** que **ensina ideologia de gênero**.

Esses comentários questionam os discursos homofóbicos. Fazem surgir um debate saliente nessa classe, ligado às questões do ensino sobre a diversidade sexual, sobre o respeito e a tolerância. Esse debate faz parte do crescente interesse em favor do enfrentamento da violência, do preconceito e da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas escolas. Existe um grupo de pessoas que entende e luta para mostrar o quanto a homofobia se constitui enquanto um problema social, e cabe a escola ser um espaço de inclusão e conscientização crítica no desenvolvimento de práticas ligadas ao respeito à diversidade e aos direitos humanos (JUNQUEIRA, 2009), apesar dos retrocessos que a educação tem vivido, como exemplo a retirada das expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Curricular⁹. Algumas pessoas ainda percebem a importância desses assuntos na sala de aula, vide comentário abaixo:

Não é **ensinar sexo** e sim a respeitar e **ensinar** coisas básicas de biologia e **psicologia** (**orientação sexual** e identidade de **gênero**). O mais importante é respeito e esse será o **futuro** você querendo ou não.

6.3.2 Ensino e debate sobre diversidade sexual

Ainda com base nas palavras que se sobressaíram nessa classe, os termos utilizados para expor os posicionamentos homofóbicos (influenciar, ideologia de gênero, ensinar, escola), também serviram para levantar questionamentos a respeito do enfrentamento e combate ao preconceito.

Em 2004, sob o governo Lula é lançado o programa “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros, Bissexuais) e de promoção da cidadania de homossexuais”. Nesse período começou uma tentativa de inserir o debate sobre homofobia, seus efeitos e suas relações com outros tipos de preconceito e discriminação. Cartilhas e livros com o objetivo de apresentar o panorama sobre o tema, buscavam, sobretudo, contribuir na formação de professores, para que esses lidassem com as diferenças existentes nas escolas (JUNQUEIRA, 2009). Infelizmente essa iniciativa não teve continuidade, e os ataques de uma parcela conservadora resultaram em retrocessos para a educação brasileira.

⁹<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>>

Como dito anteriormente, os debates sobre diferentes questões sociais estão presentes nas relações sociais e são transportados para as redes sociais. Por ser um espaço plural, é possível perceber os movimentos pró-educação inclusiva e contra qualquer forma de preconceito. Os comentários abaixo são de pessoas que entendem que o ensino não pode ser comparado com incentivo, doutrinação, influência ou qualquer forma que vise “transformar” a sexualidade das crianças:

Ensinar diversidade, não é **ideologia de gênero**, é respeito.

A ideia de **ensinar** sobre homossexualidade não é mostrar pornô e sim dizer e **explicar** a homossexualidade de um modo biológico.

Me **ensinaram** desde pequeno sobre **sexo** heterossexual, e eu não sou hétero. Fora o fato de que **gênero** e **orientação sexual** tem tanto a ver com **psicologia** quanto biologia e até onde eu sei, **escola** é um lugar que você recebe informação, e biologia é uma matéria obrigatória, incluindo a parte de **sexo**.

Estranho que eu trabalho como **professor** na rede pública de **ensino** e no estado e município que eu trabalho nunca chegou nada sobre essa proposta **de ensinar ideologia de gênero** que essa gente tanto fala. Vocês que falam isso devem fazer parte do ministério da educação.

Você tem que **ensinar** uma **criança** que a homossexualidade existe e que é **normal** em várias espécies, e ao longo da história humana também.

O ensino ao respeito é mencionado como uma das formas de combate ao preconceito. Falar em combate e erradicação do preconceito não é uma tarefa fácil. Primeiro, a manutenção dos preconceitos interessa diferente setores, políticos, culturais e econômicos (LIMA, 2013). Einstein dizia: “Vivemos num mundo em que é mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito”. Contudo, segundo Lima (2013), o preconceito pode sim, ser alterado e mesmo vencido, na pior das hipóteses não estar ligado à discriminação. Uma hipótese nossa é de que a modificação da expressão flagrante para sutil, pode ser considerada como uma mudança nesse processo, afinal a internalização de uma norma antipreconceito faz, em certa medida, o sujeito pensar e refletir sobre sua, atitude, posicionamento e comportamento. A esse respeito, o modelo proposto por Kelman (1958) citado por Lima (2013) nos mostra que as normas sociais passam por três processos: (1) a aquiescência, aceitação da norma a fim de obter aceitação de alguém ou do grupo; (2) a identificação, adoção da norma com objetivo de manter boas relações sociais; (3) a internalização, quando o sujeito passa a aceitar e valorizar a norma.

No campo da psicologia social, tendo em vista a complexidade do assunto, os modelos de combate atacam as variáveis sociocognitivas do fenômeno com o auxílio de diferentes abordagens. A proposta de combate defendida por Lima (2013) é baseada nas causas que originam o preconceito, seriam quatro: (1) predisposição genéticas e evolucionistas, nesse nível

poucas mudanças podem ser feitas, mas uma mudança nos outros níveis resultam na mudança desse padrão, além do fato de que as explicações biológicas a respeito da homossexualidade são refutáveis; (2) padrões de contato e normas das relações entre os grupos, nesse aspecto a hipótese do contato de Allport (1979), a proposta aqui defendida é a de que o contato entre membros os membros dos grupos pode reduzir ou acabar com o preconceito, lembrando que alguns fatores precisam ser pensados, como o *status* do grupo que deve ser igual, desenvolvimento de atividades de cooperação, relações próximas e específicas para cada contexto e apoio das normas e autoridades para o contato. Outros modelos também são propostos, como o modelo da descategorização, modelo da recategorização e o modelo da diferenciação.

A terceira forma proposta por Lima (2013) é a dos (3) mecanismos de influência social, (mídia, escola, redes de socialização, organizações de trabalho) a esse respeito, estratégias de combate informacional como normativos são as alternativas de combate ao preconceito. No nível informacional, programas de educação multicultural que aumentam o conhecimento e a valorização da diversidade cultural e/ou sexual. No nível normativo, a busca em defesa da igualdade e poder entre os vários grupos sociais na exposição na mídia social, ou seja, assumindo lugares importantes. Por fim, (4) a quarta causa, diferenças pessoais na aceitação dos padrões de preconceito, o combate tem como foco os sujeitos, através de terapias ou aconselhamentos. Outra alternativa é colocar os sujeitos em uma situação de discriminação onde eles serão as vítimas. Independente da estratégia adotada, seja ela focada no indivíduo ou nas práticas políticas e sociais, a urgência na criação de mecanismos que auxiliem no combate ao preconceito e discriminação são mais do que necessários.

Nos comentários encontrados na página “Quebrando o Tabu”, as estratégias propostas pelos usuários estão relacionadas aos processos de influência social na medida que eles entendem que por meio de um ensino ao respeito à diversidade, as crianças, no futuro não expressarão posicionamentos preconceituosos, como seus familiares o fazem:

Se você é contra a violência, porque é contra que **ensinem** que a homossexualidade é normal nas **escolas**? antes de **ensinarem** que ser **negro** não é sinônimo de ser sujo/inferior havia muito mais violência contra eles do que nos dias atuais

É mais que obrigação das **escolas** abordarem esse tema e **ensinarem** desde cedo as **crianças** e jovens a respeitarem o próximo!

Eu sou **professor** e é preciso sim **ensinar** respeito, se você tivesse aprendido não falaria bobagem. Brasil o país onde mais mata gays, e eles são suprassumo?

Você **ensina** uma **criança** que ela tem que estudar, respeitar o próximo, independentemente da **cor, sexo, religião**, enfim. Depois de um tempo ela vai ter as próprias escolhas e suas próprias consequências. E isso é em relação a tudo na vida.

Existem os usuários que entendem a “ideologia de gênero” como um manual de práticas que as instituições começaram a seguir ou uma matéria específica, mesmo não existindo esse manual, nem tão pouco esse conceito presente na literatura. De qualquer forma, os posicionamentos a favor de uma educação para a diversidade são constantes entre usuários.

O que seria **ideologia de gênero**, senhora? **Ensinar** os jovens (**futuro da nação**) a respeitar as pessoas independente do gênero ou **orientação sexual, esclarecer** sobre cada identidade com o objetivo de diminuir a discriminação e violência? Se você é contra parabéns! Venha receber o troféu de hipócrita

Querida, se **ensinassem ideologia de gênero na escola** não teria tanto preconceito com vem tendo. Isso mostraria que isso é **normal** e **involuntário**, não é algo que alguém possa escolher.

Eu gostaria de ter aprendido sobre **ideologia de gênero na escola**, desde cedo, assim me ajudaria entender muita coisa. Fui ter contato com esses conceitos só na universidade, através de pessoas trans e homossexuais, amigos que me **explicaram** com muita boa vontade. Eu gostaria de ter chegado até lá **conhecendo**, não entendo o que vocês enxergam de ruim em **ensinar** as pessoas a crescerem sem preconceito

Ensinar ideologia de gênero nas escolas é mais que necessário. Isso prevenirá que gays, lésbicas, transexuais, travestis, assexuais e bissexuais sofram menos preconceito e se conheçam mais cedo, evitando **futuros** dolorosos conflitos consigo mesmo.

Se **aprendemos** sobre o dia do índio no colégio e não **viramos** índios, por que **viraríamos** homossexuais **aprendendo a ideologia de gênero**?

Uma das hipóteses aqui lançadas é de que se espera, com esses posicionamentos a favor de um ensino que respeita as diferenças e individualidade dos sujeitos, que a educação cumpra o seu papel de preparar os estudantes para a cidadania, inclusive, aumentando a capacidade de crítica desses alunos, para que o diálogo a respeito desse e de outros temas complexos possam ser realizados (REIS; EGGERT, 2017). Apesar da escola não ser a principal responsável para explicar sobre identidades sociais e outros temas ligados a diversidade sexual, é preciso ressaltar que o ensinamento ali transmitido, têm efeito na vida e nas histórias pessoais, se constituindo de forma significativa nas relações sociais (LOURO, 1999). Por isso, a escola precisa ter autonomia para tratar essas e outras questões que, por ventura, venham a ser trazidas pelos alunos. Louro (1999) lembra-nos que a escola, atualmente, (também) é um lugar de perpetuação das diferenças e dos preconceitos, essa realidade precisa ser transformada. Uma mudança nas crenças a respeito da homossexualidade, constituem-se como um passo importante. Jodelet (2001), a respeito das representações sociais afirma que elas possuem um caráter construtivo que admite reconstruções, ou seja, elas podem transformar palavras, categorias e diferentes

assuntos em algo familiar. Por isso a importância de que as práticas nos ambientes educacionais sejam reformuladas, a fim de que os estudantes possam aprender novos conceitos e reformular antigas preposições. Como comentado pelos usuários: “Ser homossexual é **natural**”, “gay é tão **normal** e comum quanto hétero”, “enquanto vocês continuarem com essa mania de tratar os outros como **anormais** porque são **diferentes de vocês**, o tempo vai fechar. **Negros** já estiveram nessa situação e **orientais** também”, “ninguém quer **impor** nada. Eles existem e seus **filhos** vão saber disso”.

O tema da influência de uma prática homossexual para as crianças foi muito saliente nos comentários da classe 3. O debate referente as práticas educacionais se constituíram como espaço de tensionamento entre os sujeitos que acreditam que alguns professores querem, por meio da “ideologia de gênero”, transformar crianças em homossexuais e pelos sujeitos que não acreditam nessa influência. Contudo, o ambiente educacional ou os temas ligados a educação não são os únicos que sofrem com os rumores e posicionamentos homofóbicos transmitidos pelas redes sociais e que estão presentes no senso comum, com o objetivo e desvirtuar os valores tradicionais. Existem outros contextos em que os rumores norteiam os posicionamentos preconceituosos, fazendo com que os sujeitos acreditem que homossexuais, por exemplo, querem impor suas práticas “perversas e pecaminosas” dentro das igrejas.

6.4 Classe 4 – ACUSAÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS DE DETURPAÇÃO DA IGREJA

A classe 4, possui 251 segmentos de texto (UCE 22.09%). É formada a partir das seguintes palavras: igreja, casar, casamento, padre, pastor, ler, direito, querer, direitos iguais, passar, civil, cristão, obrigar, suprassumo, religioso, referindo-se a discussão sobre manutenção de direitos iguais e alegação de que os homossexuais querem muitos privilégios, como o fato de transcender os limites, inclusive da igreja, por isso essa classe recebeu o nome de “Acusação aos homossexuais de deturpação da igreja”. 2 eixos importantes movimentam as discussões nessa classe: (1) os homossexuais querem direitos demais (suprassumo) e; (2) querem impor suas práticas dentro da igreja.

Segundo Pereira (2004), as crenças religiosas instituídas pela tradição judaico-cristã influenciam a percepção que as pessoas possuem a respeito da natureza da homossexualidade. O tema da homossexualidade possui contradições para alguns estudiosos e religiosos. Levando em consideração a Bíblia, o tema é ainda mais polarizado, enquanto alguns teólogos percebem que a homossexualidade é algo condenado por Deus e isso está descrito nos textos bíblicos,

uma outra parte, conhecida pela teologia inclusiva (SILVA, 2016), refuta esses posicionamentos argumentando que, o que existe é uma má compreensão das bases exegéticas e hermenêuticas que supostamente condenam a homossexualidade e o homossexual (PEREIRA, 2004). É certo que para os grupos mais conservadores a homossexualidade é sim motivo de abominação.

Falar a respeito da religião é importante e relevante para a compreensão da homofobia pelo fato de que ela envolve os mesmos conjuntos de leis e normas psicossociais que servem para organizar os processos cognitivos e afetivos que são utilizados para justificar as diferenças sociais existentes e que servem de suporte para os processos de exclusão social, como já demonstrado nos estudos sobre as relações intergrupais (PEREIRA, 2004). Dito isso, a identidade construída enquanto católico ou evangélico é o suficiente para que os sujeitos expressem determinadas representações sobre a natureza da homossexualidade. Em um estudo realizado por Pereira et al. (2011) sobre preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos, os autores perceberam que os posicionamentos que os seminaristas, católicos e evangélicos, expressavam, possuíam a mesma crença baseada em aspectos da religião, entretanto a manifestação do preconceito acontecia de forma diferente. Evangélicos possuíam expressões mais flagrantes enquanto católicos mais sutis.

Compreendendo o papel que a religião adquire no nosso trabalho e nas crenças que servem para ancorar posicionamentos preconceituosos (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002; PEREIRA, 2011), precisamos lembrar que, desde a crise brasileira que começou em 2013 até os dias atuais, a onda conservadora orquestrada pelas igrejas neopentecostais cresceu de tal forma que as expressões flagrantes da homofobia são justificadas e toleradas com base em um código normativo próprio, a palavra de Deus (Bíblia). Justificadas não no sentido utilizado pelas teorias sobre as novas formas de expressão do preconceito (MCCONAHAY, 1983; GAERTNER; DOVIDIO, 1986; KATZ; HASS, 1988; PETTIGREW; MEERTENS, 1995; TURRA; VENTURI, 1995; GLICK; FISK, 1996; LEYENS et al., 2003; PEREIRA, 2003), cujas normas são baseadas nas Declarações dos Direitos Humanos e servem para coibir as formas flagrantes de preconceito e discriminação, mas baseadas na Bíblia.

Com base no estudo de Morrison e Morrison (2002), no qual os autores desenvolveram e validaram uma escala, de homonegatividade moderna, para medir o preconceito moderno em relação a homens *gays* e mulheres lésbicas. Entre os resultados encontrados, percebeu-se que a pontuação na escala se correlacionava positivamente com o conservadorismo político, o

comportamento religioso e o sexismo modernos, mas não se correlacionavam, de forma significativa, com o viés da deseabilidade social. Os autores também perceberam que as justificativas para o preconceito não estavam mais baseadas nos aspectos religiosos e/ou ético-morais, mas em explicações mais abstratas. Uma dessas explicações está baseada na ideia de que, “*gay men and lesbians are making illegitimate (or unnecessary) demands for changes in the status quo (e.g., spousal benefits)*” (p.18), ou seja, os homossexuais estão lutando por causas desnecessárias e ilegítimas, o casamento é uma delas. Também mencionaram que não existe mais discriminação contra homens e mulheres homossexuais. Por fim, os homossexuais expõem muito suas preferências sexuais, por isso são excluídos da maioria heterossexual.

6.4.1 Os homossexuais querem direitos demais (suprassumo)

Os comentários encontrados em nossa pesquisa, partilham de alguns resultados que possuem semelhanças com os achados de Morrison e Morrison (2002). Por exemplo, a ideia de que os homossexuais estão lutando/querendo direitos demais. Entre os sujeitos que expõem posicionamentos homofóbicos existe, inclusive, a ideia de “suprassumo” da sociedade, ou seja, querem os graus mais elevados de determinadas coisas. São sujeitos que se consideram intocáveis:

Dá **vida alheia** dos **gays** não se **pode falar**, porque são o **suprassumo**, mas dá **minha** é dos outros pode né?

Parabéns. Querem **tratar gays acima** de tudo como se eles fossem o **suprassumo**. São **todos humanos** como os **héteros** são, nada a mais que isso. Em uma democracia você pode **discordar** daquilo que você não acha correto, aqui você não pode nem dizer que não **concorda** com a **prática homossexual** que já lhe chamam de homofóbico. **Ditadura gay** não.

Agora só porque são **gays** vão ganhar cota na faculdade? Puta que pariu depois ainda **querem ser tratados** como **iguais** sendo que **acham** que são o **suprassumo**.

Também foram mencionados comentários a respeito do fato de homossexuais lutarem pelo casamento civil. Nesse aspecto existe uma ideia que não condiz com a luta dos movimentos pró casamento LGBT que termina sendo o argumento mais utilizado nessa classe, por exemplo, os rumores de que homossexuais querem burlar a norma religiosa (a bíblia). Sabe-se que as reivindicações dos homossexuais e pessoas pró-homossexuais diz respeito ao casamento civil e não religioso. Entretanto, os argumentos contrários existem e são expressos da seguinte forma:

Quer saber a **diferença**? A **diferença** está em nenhum **pai** torcer para que seu **filho** seja **um**. No tocante a **casar** na **igreja**, assim como vocês **querem respeito**,

respeitem também as **igrejas**. O **regimento** das **igrejas** vem da **bíblia** e a mesma **não aceita** esse **tipo de conduta**.

Os conflitos entre os que são contra e a favor a chamada “agenda homossexual” são comuns e, o fato de se tratar de uma rede que possibilita a troca imediata de comentários potencializa que as discussões fiquem mais afloradas. Os sujeitos que acreditam na crença de que a homossexualidade é mais uma orientação sexual, partem em defesa da “agenda”, trazendo a discussão por direitos iguais e não direitos demais (suprassumos).

Amor, nós da comunidade LGBT só estamos querendo garantir nossos **direitos sociais** como um todo, sem **distinções**. Isso não é ser o **suprassumo**, se fosse, estaríamos isentos de sermos taxados igual as **igrejas**

O nome disso é **igualdade**, todo devem ter **direitos iguais**!

Já ouviu falar em **direitos iguais** querida? Quer impedir o **direito** deles apenas por serem **diferentes**? Sabe qual o verdadeiro **problema**? A tua mente pequena!

Não entendi o **querem** ser o **suprassumo**. Agora **querer** ter exatamente **direitos iguais** que outros tem é estar **querendo** tirar vantagem? Não somos todos dignos de **direitos iguais**? Acho que quem quer ser o **suprassumo** é justamente quem acha que é mais digno de ter certos **direitos** que outros, deformando coisas que são **direitos** básicos em privilégios. Você está bem errada, viu?

Direitos iguais, significa ter os mesmos **direitos** que você tem. Simples assim, o que você tem **direito**, o outro também tem.

Nessa busca por direitos iguais, um aspecto em comum que baseou os estudos desenvolvidos por Morrison e Morrison (2002) foi percebido, diz respeito à questão do casamento. De fato, homossexuais e militantes, pró-homossexuais, estão interessados em falar a respeito desse aspecto que somente depois de 2013 passou a ser um direito da população LGBT. Acima de qualquer outra pauta, interessa-os mostrar que a reivindicação não é para assegurar ou lutar pelo casamento nas igrejas, mas pelo casamento civil que que é direito de qualquer cidadão.

Vamos **ler** sobre **gênero**? Pelo amor de Deus, está cada vez mais difícil e eu não sei de onde tiram essa história de que a luta é para **casar** em **igreja**. A luta por **direitos iguais** é para muito mais importante que isso, o **casamento civil** concede **direitos** de toda sorte aos cônjuges, **direitos** aos quais quem vive em **matrimônio** com homem, mulher, transgênero.

Qual gay quer **casar** em **igreja**? Pelo amor de Deus, cara. Você está **passando vergonha**.

Eles querem o **casamento civil** feito pelo estado não dentro da sua **igreja**

Ninguém quer **obrigar** a **igreja** a fazer **casamento**, as pessoas só querem **direitos iguais**.

Não invente coisas para justificar seu preconceito. Isso de **querem casar** na **igreja** é mentira de hétero que quer criar desculpas para brigar com gay.

6.4.2 Imposição de práticas dentro da igreja

Ainda com base na discussão proposta a respeito do casamento civil, podemos comparar que essa ideia, assim como a difundida sobre “ideologia de gênero” partem de rumores criados nas relações de poder por figuras que exercem papel importante na sociedade, seja no controle dos meios de comunicação ou influenciando posicionamentos que resultam nas tensões entre os grupos. Um dos eixos centrais dessa classe, diz respeito à ameaça simbólica que os sujeitos homossexuais, bem como suas práticas e estilo de vida oferecerem para os heterossexuais. A justificativa utilizada é de que essas práticas, na verdade, são uma ameaça para igreja. Então, qualquer atitude, comportamento e posicionamento que seja respaldado com base nos valores religiosos respaldam as expressões homofóbicas, afinal não ferem a norma bíblica.

Lançamos agora uma outra hipótese para explicar as expressões homofóbicas no *facebok*, partindo da ideia de ameaça simbólica. Já falamos sobre as teorias dos novos racismos, cujo racismo simbólico é compreendido como a ameaça (simbólica) que os negros oferecem para os valores tradicionais e/ou culturais do grupo dominante. Ramos, Vala e Pereira (2008), a respeito da ameaça simbólica, dizem que ela decorre da percepção das diferenças entre os grupos majoritários e minoritários no que concerne aos valores, normas e atitudes. Essas diferenças questionam o endogrupo com relação a suas visões de mundo, fazendo com que sejam rejeitados socialmente pelo exogrupo (grupo majoritário). Além do mais, os autores perceberam a partir da revisão de outras pesquisas realizadas com imigrantes nos Estados Unidos e Europa que, na maioria das vezes, a percepção de ameaça antecede a discriminação.

Tendo em vista que, nossa discussão tem sido baseada, sobretudo, nas relações intergrupais como ferramenta para analisar o preconceito, utilizaremos as concepções de Stephan et al. (2002) sobre as possíveis explicações do preconceito por meio de uma teoria integradora das atitudes intergrupais (teoria da ameaça intergrupar) que elege quatro tipos de ameaças: (1) ameaça realística; (2) ameaça simbólica; (3) estereótipos negativos e; (4) ansiedade intergrupar. Depois esses quatro tipos foram reduzidos para dois, ameaça realística e simbólica.

A teoria parte do pressuposto de que uma ameaça intergrupar é experimentada quando os membros de um grupo percebem que o outro grupo está em condições de causar danos. Essa preocupação, com relação os danos físicos ou na perda dos recursos é denominada de ameaça realística. A preocupação com a integridade ou validade do sistema de significados do grupo é chamada de ameaça simbólica. A importância de estudar essa abordagem com base nas relações

intergrupais é pelo fato de que seus efeitos são destrutivos, por exemplo, mesmo que a ameaça apresentada pelo exogrupo não leva a comportamentos hostis, as respostas cognitivas e afetivas para com esse grupo terminam sendo negativas, gerando atitudes, comportamentos e posicionamentos preconceituosos (STEPHAN; YBARRA; MORRISON, 2009).

Essa teoria nos importa, porque a ameaça simbólica relacionada aos grupos diz respeito as ameaças à religião, aos valores, ao sistema de crenças, ideologia, filosofia, moralidade e/ou visão de mundo de um grupo. Na classe 4, as ameaças aos valores religiosos estão em maior evidência, além dos valores morais. Assim como no trabalho de Lacerda, Pereira e Camino (2002), no qual os autores perceberam que as explicações nas crenças religiosas e ético morais estavam relacionadas com as expressões flagrantes do preconceito, também, pudemos perceber que essa relação continua a se fazer presente nos comentários coletados. Por exemplo:

Correto, eles **querem obrigar** as **igrejas** a **casarem**, nos EUA está acontecendo isso e o **pastor/padre** que **não quis** **casar** é preso. Desse jeito só conquistam o desprezo.

Eu só **quero** saber se todos que comentaram aqui **concordam** com o que houve em uma **igreja** nos estados unidos em que um **casal** gay queria **casar** lá e os **pastores explicaram** que a **religião** deles não concorda com a união gay e não podiam fazer o **casamento**. Os gays entraram com um processo, resultado: eles agora **não querem** mais fazer **casamento** algum, e era uma **igreja** muito requisitada. Legal isso né

Quer saber a **diferença**? A **diferença** está em nenhum pai torcer para que seu filho seja um. No tocante a **casar** na **igreja**, assim como vocês querem respeito, respeitem também as **igrejas**. O regimento das **igrejas** vem da bíblia e a mesma não aceita **esse tipo** de conduta.

Vão ao ponto de **obrigar igrejas** e outras pessoas que **aceitem**, ninguém tem a **obrigação** de **aceitar** esse **tipo de aberrações**.

Parabéns. **Querem** tratar gays **acima de tudo** como se eles fossem o **suprassumo**. São todos humanos como os héteros são, **nada a mais** que isso. Em uma democracia você pode discordar daquilo que você não acha correto, aqui você **não pode** nem dizer que não concorda com a prática homossexual que já lhe chamam de homofóbico. **Ditadura gay** não.

Os homossexuais, bem como suas práticas representam uma ameaça fundamental para um grupo cujas normas estão baseadas em um princípio normativo próprio, como falado anteriormente. Semelhante às teorias de identidade social, percebe-se o exogrupo, nesse caso os homossexuais, como ameaça ao *status* do endogrupo, ou seja, dos heterossexuais. A ameaça simbólica pode ser fruto dos rumores, trazendo consigo a crença de que os homossexuais querem influenciar, burlar e/ou infringir os valores heterossexuais e conservadores, além de religiosos.

Por fim, utilizamos a análise fatorial de correspondência (AFC) com o objetivo de explicar melhor a forma como as classes estão posicionadas. Especificamente, trata-se de

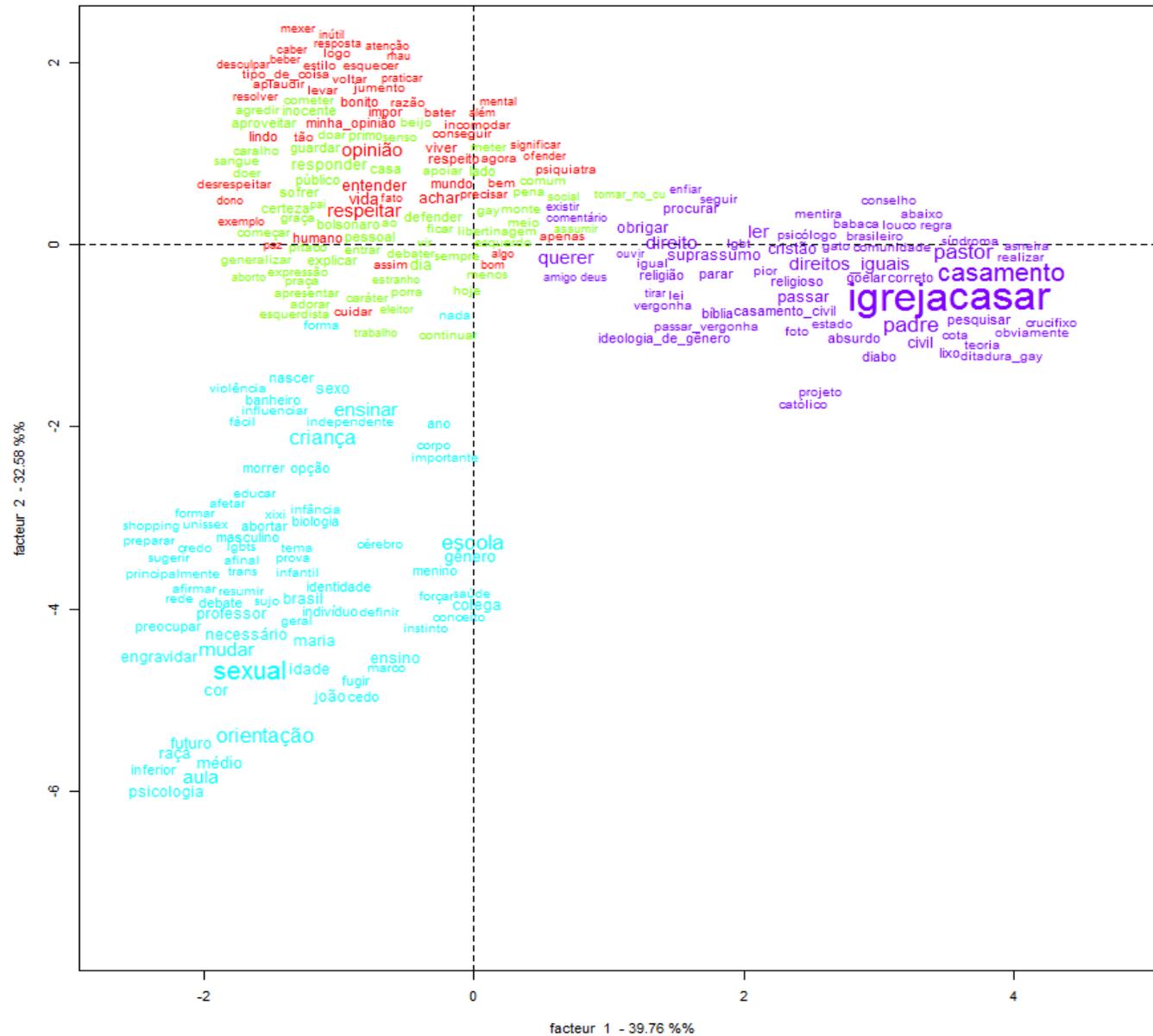
analisar espacialmente as posições que se encontram com o intuito de perceber as possíveis convergência e divergências entre as classes (Figura 3).

No eixo horizontal, percebemos que os discursos referentes à religião estão dispostos de maneira oposta aos demais, que estão relacionados à influência da homossexualidade para as crianças no ambiente escolar e ao direito de falar livremente sobre os posicionamentos, respaldados num argumento de liberdade de expressão. Desse modo, como visto na figura 3, quando mais à direita, mais os comentários são respaldados nessas normas cristãs e, quanto mais estão à esquerda os discursos estão respaldados nas normas sociais que são universais, como a dos Direitos Humanos, por exemplo, no qual todo homem é livre para se expressar.

No eixo vertical, as classes 1 (respeito) e 2 (debate político-ideológico) – traduzindo conflitos sobre os limites do debate na esfera pública - se opõem às classes 3 (influência da homossexualidade para as crianças) e, com menos diferença à classe 4 (acusação aos homossexuais de deturpação da igreja). Com relação a esse eixo a maior oposição está relacionada a classe 3, uma das possíveis explicações diz respeito ao fato de que a educação, para os usuários que comentaram, deveria ser de responsabilidade da família, ou seja, do ambiente privado e não responsabilidade do estado. A classe está no limite entre as oposições das classes 1 e 2 com relação à classe 3. Como hipótese, podemos lembrar do fato de que a igreja ou os posicionamentos religiosos não são considerados apenas enquanto escolha do sujeito. No Brasil, por exemplo, apesar de ser dito como uma nação laica, na prática não é isso que acontece, pois, as decisões públicas são tomadas com base nos valores cristãos (DUARTE, 2009). Os espaços públicos, são repletos de imagens e simbolismos cristãos, ou seja, a religião não é considerada apenas como uma escolha da vida do sujeito, mas é algo que está entre a esfera pública e privada.

Em síntese, o fator 1, opõe a acusação de deturpação da igreja aos limites do debate na esfera pública (classes 1 e 2) e às concepções de infância (classe 3). O fator 2, opõe limites do debate na esfera pública (classes 1 e 2) às concepções de infância. Observamos assim que há a presença de uma ameaça simbólica à heterossexualidade se atualizando no debate sobre a família tradicional e sobre a infância.

Figura 3 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC)



Os resultados encontrados nessa dissertação estão em consonância com um dos primeiros trabalhos a respeito da homofobia no campo da psicologia (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002), cujas expressões do preconceito são justificadas a partir das crenças religiosas. Atualmente o cenário não tem mudado e a religião ainda possui um peso na vida de todos aqueles que caminham na contramão do discurso religioso, os homossexuais são um dos grupos mais afetados. Como mencionado nos estudos de Lacerda, Pereira e Camino (2002) e Pereira (2011), as crenças religiosas servem de base, principalmente, para expressões flagrantes do preconceito e as justificativas utilizadas estão baseadas em um fundamento muito valorizado por esse grupo, a bíblia. Segundo Pereira (2017) quanto mais as pessoas representam a homossexualidade ancoradas em crenças religiosas e biológicas, mais resistentes elas ficam em relação à norma antipreconceito.

As normas sociais se constituem enquanto princípios normativos nas práticas e nos posicionamentos dos sujeitos. Especificamente, as funções da norma dizem respeito a definir a organização das instituições, regular o pensamento do senso comum e especificar as situações sociais, principalmente, nos contextos de incertezas (PEREIRA; COSTA-LOPES, 2012).

Partimos da ideia de que as normas religiosas são regidas pelos mesmos princípios que as demais normas sociais e, também, possuem funções descritivas e prescritivas. Enquanto normas descritivas, as crenças baseadas nos princípios cristãos são compartilhadas por um grupo social específico, por meio dos posicionamentos, atitudes e comportamentos que, frequentemente, são expressados por esses nas relações sociais. Como normas prescritivas, caracterizam-se pelo fato de remeterem aos valores, ou seja, um fenômeno é considerado como normativo na medida em que for valorizado no grupo (PEREIRA; COSTA-LOPES, 2012).

As crenças religiosas, especialmente as cristãs, estão presentes na cena política regulando diversas pautas (aborto, direitos da população LGBT, eutanásia, ortotanásia, pesquisa com embriões, etc.) que não se adequam aos seus valores e preceitos ou que possam ir de encontro as leis do Deus Criador (DUARTE et al., 2009; LUNA, 2011; MENEZES; GOMES, 2012). Conforme, Luna (2002, 97) “natureza é uma categoria-chave para compreender esses discursos doutrinário que conjuga teses da teologia moral, com as linguagens do direito e da biologia”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo geral analisar as diferentes formas de expressão da homofobia presentes na postagem do vídeo publicado na página “Quebrando o tabu”. Foram identificadas diferentes expressões homofóbicas presentes nos comentários, além de discursos justificadores para os posicionamentos homofóbicos, ancorados em explicações distintas para a homossexualidade.

Foram identificadas as seguintes expressões em relação à homofobia: expressão flagrante de homofobia, expressão sutil e expressão não preconceituosa. A expressão flagrante da homofobia foi observada conforme preconizado pelo MDJ, isto é, através de comentários ofensivos explícitos que não mascaram o seu conteúdo ancorado frequentemente na lógica religiosa, demonstrando aversão aos homossexuais e as suas práticas. São, portanto, discursos de ódio. A expressão sutil da homofobia apresentou características baseadas nas novas expressões do preconceito e, entre as formas mais salientes, destacaram-se a infra-humanização e a ameaça simbólica (aos valores da família e da igreja). A expressão não preconceituosa foi observada através da defesa explícita dos homossexuais, e, da homossexualidade, como sendo mais uma orientação sexual existente.

Um aspecto importante ao longo da discussão é a ancoragem na qual essas diferentes expressões da homofobia estão baseadas. A expressão flagrante estava baseada, em sua maioria, nas explicações bio-religiosas e ético-morais. Neste tipo de ancoragem, há um amálgama entre biologia e religião. A religião é utilizada combinada a um argumento pretensamente biológico para ganhar força argumentativa na arena pública. As explicações sobre a homossexualidade, por exemplo, partem da premissa de que “dois iguais não reproduzem”, trazendo à tona as concepções biológicas de que a reprodução humana depende do trabalho em conjunto do sistema genital masculino e feminino. No magistério da Igreja Católica, por exemplo, a ordem “natural” corresponde à vontade de Deus. Esse argumento está respaldado na lógica da “criação”, já que segundo esta perspectiva Deus, criou Adão e Eva, não “Adão e Ivo”. A esse respeito, é possível lembrarmos do conceito de polifasia cognitiva que segundo Jovchelovitch (2011), trata-se da coexistência de formas distintas de saberes no mesmo indivíduo ou grupo. No caso desse estudo, são argumentos ancorados em uma crença religiosa que reconhece a biologia como um sistema de força e poder no debate público.

O homossexual é percebido como pecador e, por isso, abominável aos olhos do Criador. Dessa maneira, expressar uma posição contrária a essas pessoas e práticas está respaldado na lógica bio-religiosa. Outro aspecto presente na expressão flagrante está relacionado às explicações

ético-morais. Em realidade, trata-se da questão dos valores, não os relativos aos valores de Direitos Humanos, mas aos valores cristãos. Ao longo dos comentários deixados pelos sujeitos a respeito do vídeo, um fato parece ter, em certa medida, figurado como ponto crucial na explicação das expressões preconceituosas tanto a flagrante quanto a sutil. Diz respeito a uma reivindicação de falar o que se pensa como se isso se constituísse um direito que deve ser respeitado, mesmo que ele viole a integridade física e/ou psicológica de outrem, como é o caso das expressões homofóbicas. Muitos utilizam da premissa da liberdade de expressão para falar desse direito que não pode ser questionado, afinal, ao fazer isso estariam sendo censurados e, em pleno século XXI isso seria impensável.

Com relação às ancoragens na expressão sutil de homofobia, percebemos que são semelhantes ao trabalho de Lacerda, Pereira e Camino (2002). As explicações estão sustentadas nos fatores psicológicos e também em explicações baseadas nas concepções clássicas da biologia. As expressões não preconceituosas, além da proposta de Lacerda, Pereira e Camino (2002), das explicações psicossociais da homossexualidade, no qual a homossexualidade é considerada mais uma forma de sexualidade existente e por isso deve ser respeitada, pois não é algo anormal. Scardua e Filho (2006) ao falarem das explicações baseadas no desejo e na atração como algo não intencionais e próprios dos seres humanos, propõem o modelo da não intencionalidade que também foi muito utilizado nos discursos que saiam em defesa dos homossexuais, pois colocavam a homossexualidade não como uma escolha ou opção, mas sim enquanto orientação sexual.

A respeito dos discursos justificadores, como assinala o MDJ, apenas as expressões sutis apresentam uma justificação para respaldar os posicionamentos. A premissa de que “somos todos iguais” foi a mais saliente entre as expressões, ressaltando os valores igualitários. A expressão flagrante, por sua vez, não necessita de uma justificação, já que os sujeitos não internalizam uma norma antipreconceito, ou seja, seus comentários não são percebidos como preconceituosos, por isso não carecem de justificativa. Os sujeitos que valorizam uma norma cristã, não se justificam e também não se consideram enquanto homofóbicos. Foi possível perceber, por exemplo, comentários que diziam que o fato de não concordar com essas “anormalidades”, referindo-se aos homossexuais, não expressava homofobia.

Precisamos lembrar que, baseados em uma ideia de justiça, muitos sujeitos estão dispostos a denegrir e punir os outros. Tudo depende da circunstância que possa favorecer ou ameaçar as pertencas desses indivíduos. Doise (2002), lembra-nos que, as práticas exercidas em determinado contexto e por determinados grupos, afetam de diferentes maneiras os outros

grupos. Praticamente não existe um grupo social que, em certa medida, não seja afetado pelo modo de vida do outro. As relações sociais, inclusive as mediadas por computadores, dão lugar a relações simbólicas e, também, a contratos que permanecem na maioria dos casos implícitos. Os objetivos que propomos investigar foram respondidos e descritos ao longo da discussão desta dissertação. Entretanto alguns limites também apareceram no período de escrita e discussão da mesma. A exploração da expressão ambivalente de preconceito, por exemplo, foi uma das questões que, em certa medida, apareceram nos comentários das pessoas, mas não foram investigadas de maneira específica. Outro ponto que precisará ser trabalhado com maior rigor diz respeito às questões ligadas ao sexismo, já que as expressões homofóbicas possuem raízes no preconceito contra as mulheres. Um aprofundamento nas teorias de gênero também se mostrou necessário, afinal, falar de homofobia e não citar as questões que envolvem as construções dos papéis sociais, o patriarcado, entre outras questões é de suma importância.

Essa dissertação mostrou que as representações sociais da homossexualidade podem conter elementos ancorados ao mesmo tempo em explicações biológicas e culturais, como a religião. São resultados diferentes dos estudos que adotando uma metodologia quantitativa supõem que cada explicação para natureza da homossexualidade apresentada nas escalas aplicadas corresponde a uma representação social da homossexualidade distinta. Além disso, buscamos olhar não apenas os processos individuais, mas as relações intergrupais existentes atualizadas nas redes sociais, contextos que possibilitam uma interação entre as pessoas, onde elas discutem, argumentam e compartilham ideias sobre determinados fenômenos que julgam importantes (ELCHEROTH; DOISE; REICHER, 2011).

A internet apresenta-se como um contexto de trocas afetivas, de sociabilidade e atualmente um ambiente no qual os tensionamentos, parecem, ganhar mais forças. Segundo Dantas e Abreu (2015), constitui-se como um espaço onde o sujeito “comum” ganhou voz. Os discursos não precisam mais de intermediários e as expressões preconceituosas podem ser ditas de forma anônima com os perfis falsos que são comuns nessas páginas. Não podemos afirmar que a internet é a causa da homofobia ou das polarizações políticas, mas é um local onde esses fenômenos conseguem ser percebidos e potencializados, haja vista que está presente na vida de muitas pessoas. Boxell, Gentzkow e Shapiro (2017), em um estudo sobre a polarização política nos Estados Unidos, perceberam que entre as pessoas mais velhas e que usavam menos a internet a polarização política crescia mais do que entre os jovens e pessoas com acesso à internet. A pesquisa teve o objetivo de ponderar se a internet se constitui mesmo como um dos principais fatores da polarização entre os americanos. Isso nos leva a refletir se a internet é um

espaço de potencialização das tensões entre os grupos ou se ela é, na verdade, onde as tensões da vida cotidiana são evidenciadas com maior ênfase.

Algumas pistas futuras também começaram a surgir ao final da escrita desta dissertação. A primeira delas está relacionada com um aprofundamento nas relações entre o Modelos da Discriminação Justificada (discurso justificador) e a ancoragem e função justificadora das Representações Sociais. Além de mais estudos experimentais e qualitativos a respeito da homofobia que tem crescido. Uma segunda pista, diz respeito à perspectiva diacrônica de estudos de forma a evidenciar mudanças da expressão da homofobia na evolução da internet e das redes sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidade. **Brasília: Edições UNESCO Brasil**, 2004.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam. **Brasília: Flacso-Brasil, OEI, MEC**, 2015.
- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. **Estudos interdisciplinares de representação social**, v. 2, n. 1998, p. 27-38, 1998.
- ABRIC, Jean-Claude. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In: **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Érès, 2005. p. 59-80.
- ADORNO, Theodor W. et al. **The authoritarian personality**. 1950.
- AGUIAR, Cássio Rodrigo. **Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais: a figura pública no centro dos ataques**. 166 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- ALEXANDRE, Maria Edna Silva de; LIMA, Edgley Duarte de; SOUSA GALVÃO, Lilian Kelly de. **Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional**. 2014.
- ALLPORT, Gordon W. **The Nature of Prejudice**. New York: Addison, 1954.
- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e estado**, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J, CAMPOS, P. H. F. Cibercultura: uma nova era das representações sociais? In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília, DF: Technopolitic, 2011, p. 457-490.
- ANDRADE, Dayanne Rodrigues Quintela. **Representações sociais sobre privacidade entre usuários de redes sociais**. 2011. 113 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011
- ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. et al. Adoção de Crianças por Casais Homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, 2007.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 127, p. 127-147, 2002.
- BARBOSA, Ana Clotilde Coutinho. **Da ditadura à democracia: O que publicaram os jornais de São Paulo sobre a pena de morte?**. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. 2016.

BARROS, Lisly Telles de. Representações sociais da homossexualidade no ambiente de trabalho: um estudo da zona muda. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. Unesp, 2001.

BOITO JR, Aramando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; KIM, Doria. **Porque gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil** Boitempo Editorial, 2016.

BONOMO, MARIANA. **Identidade Social e Representações Sociais de Rural e Cidade em um Contexto Rural Comunitário: Campo de Antinomias**. 469 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2010.

BORGES, Lenise Santana; SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos? **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2010.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia. Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**, p. 15-46. Brasília: Letras livres, 2009.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um pensamento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOXELL, Levi; GENTZKOW, Matthew; SHAPIRO, Jesse M. **Is the internet causing political polarization? Evidence from demographics**. National Bureau of Economic Research, 2017.

CAMARGO, Brígido Vizeu; BOHN BERTOLDO, Raquel Bohn; BARBARÁ, Andréa. Representações sociais da AIDS e alteridade. **Estudos e Pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 3, 2009.

CAMARGO, BRÍGIDO VIZEU; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. **Universidade Federal de Santa Catarina [Internet]**, 2013.

CARNEIRO, A. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais do Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, SC, Brasil, v. 28, 2015.

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Paz e terra, 1999.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados, mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: Edufes, p. 171-183, 2014.

COUTINHO, Maria da Penha de L.; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; GONTIÈS, Bernard. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. **Psicologia em estudo**, v. 9, n. 3, p. 469-477, 2004.

DA SILVA, Rosane Leal et al. Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista direito GV**, v. 7, n. 2, p. 445-467, 2011.

DANFÁ, Lassana. **Alteridade, racismo e representações sociais: o caso do ebola no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; NETO, André de Faria Pereira. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no *facebook* “Rio sem Homofobia-Grupo Público”. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

DANTAS, Wellington Miguel; ABREU, Giovanna. Homofobia não: violência simbólica e preconceito em uma comunidade ativista do *Facebook*. **Temática**, v. 12, n. 6, 2016.

DIAMOND, Lisa M. Sexual identity, attractions, and behavior among young sexual-minority women over a 2-year period. **Developmental psychology**, v. 36, n. 2, p. 241, 2000.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

DOISE, Willem. **L'explication en psychologie sociale**. Presses universitaires de France, 1982.

DUCKITT, John H. Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. **American Psychologist**, v. 47, n. 10, p. 1182, 1992.

DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. **Rio de Janeiro: Garamond**, 2009.

ELCHEROTH, Guy; DOISE, Willem; REICHER, Stephen. On the knowledge of politics and the politics of knowledge: How a social representations approach helps us rethink the subject of political psychology. **Political Psychology**, v. 32, n. 5, p. 729-758, 2011.

ELY, Lara Corrêa et al. **O discurso da sustentabilidade nas redes sociais: uma análise das interações no facebook durante a Rio+ 20**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, organizador. **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, p. 10-19, 201.

FALCÃO, Luciene Campos et al. **Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de preconceito**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2004.

FARIAS, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Juruá, 2009.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: Psicobiografia, sociocultura e transformações**. Editora UFPR, 2010.

FEITOSA, Cleyton. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 300-320, 2016.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos. *Crenças raciais e infra-humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros*. Tese de Doutorado não-publicada, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Bahia (2011).

FERRAZ, Maria Cruz. Religião e homossexualidade nos Estados Unidos: vertentes liberais e conservadoras em debate. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Sergio do Espírito Santo; SAMUEL, Kristopher Jon Peter. Redes de ódios sociais: a difusão de preconceitos contra gênero e orientação sexual no *Facebook*. **Temática**, v. 11, n. 11, 2015.

FLEURY, Alessandra Ramos Demito; TORRES, Ana Raquel Rosas. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. **Estud. psicol.(Campinas)**, v. 24, n. 4, p. 475-486, 2007.

FORMIGA, Nilton S.; GOUVEIA, V. V.; SANTOS, MN dos. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2002.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. **Porto Alegre: Sulina**, v. 1, 2011.

GAERTNER, Samuel L.; DOVIDIO, John F. **The aversive form of racism**. Academic Press, 1986.

GALEÃO-SILVA, Luiz Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceito contra negros. Um estudo com universitários na cidade de São Paulo**. 2007. Tese de Doutorado. (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

GATO, Jorge; CARNEIRO, Nuno Santos; FONTAINE, Anne Marie. Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. **Crítica e Sociedade:Revista de Cultura Política**, 1 (1), 139-167. 2011.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of personality and social psychology**, v. 70, n. 3, p. 491, 1996.

GOUVEIA, Raimundo Cândido de; RIBEIRO, José Carlos; SOUZA, Fabrício de. A influência das representações sobre os nordestinos nas relações intergrupais entre usuários de uma rede social. In: LIMA; Marcus Eugênio Oliveira; TORRES, Ana Raquel Rosas; TECHIO, Elza Maria. (Org.). **Identidade nacional e representações do Brasil: abordagens integrativas**. 1ed.São Paulo: Scortecci, 2016, v., p. 177-214.

GREEN, James Naylor. **Homossexualismo em São Paulo: e outros escritos**. Unesp, 2005.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN, Roseli. **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. Edusp, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

GUIMELLI, Christian; DESCHAMPS, Jean-Claude. Effets de contexte sur la production d'associations verbales: le cas des représentations sociales des Gitans. **Cahiers internationaux de psychologie sociale**, v. 47, n. 48, p. 44-54, 2000.

HEREK, Gregory M. Confronting sexual stigma and prejudice: **Theory and practice**. **Journal of Social Issues**, v. 63, n. 4, p. 905-925, 2007.

HEREK, Gregory M. The psychology of sexual prejudice. **Current directions in psychological science**, v. 9, n. 1, p. 19-22, 2000.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Sage, 2000.

HOVLAND, Carl Iver; SEARS, Robert R. Minor studies of aggression: VI. Correlation of lynchings with economic indices. **The Journal of Psychology**, v. 9, n. 2, p. 301-310, 1940.

HUDSON, Walter W.; RICKETTS, Wendell A. **A strategy for the measurement of homophobia**. **Journal of homosexuality**, v. 5, n. 4, p. 357-372, 1980.

JODELET, Denise. Loucuras e representações sociais. **Petrópolis: Vozes**, p. 13-24, 2005.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. **Petrópolis: Vozes**, p. 53-66, 1999.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, p. 17-44, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva. **Cadernos Cultura e Pesquisa (Blumenau)**, v. 2, p. 1-56, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Secad/MEC, 2009.

KATZ, Irwin; HASS, R. Glen. Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. **Journal of personality and social psychology**, v. 55, n. 6, p. 893, 1988.

KERTZNER, Robert M. The adult life course and homosexual identity in midlife gay men. **Annual Review of Sex Research**, v. 12, n. 1, p. 75-92, 2001.

KINDER, Donald R.; SEARS, David O. Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. **Journal of personality and social psychology**, v. 40, n. 3, p. 414, 1981.

KOEPSSELL, David R. **A ontologia do ciberespaço: a Filosofia, a lei e o futuro da propriedade intelectual**. São Paulo: Madras, 2004.

LEHNE, Gregory K. Homophobia among men. **The forty-nine percent majority: The male sex role**, p. 66-88, 1976.

LEITE, Flávia Piva Almeida. O exercício da liberdade de expressão nas redes sociais: e o marco civil da internet. **Revista de Direito Brasileira**, v. 13, n. 6, p. 150-166, 2016.

LEYENS, Jacques-Philippe et al. The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. **Personality and Social Psychology Review**, v. 4, n. 2, p. 186-197, 2000.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Preconceito. In. CAMINO, Leoncio et. at. **Psicologia Social: temas e teorias**, p. 589-640, Technopolitik, 2013.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

LOGAN, Colleen R. Homophobia? No, homoprejudice. **Journal of homosexuality**, v. 31, n. 3, p. 31-53, 1996.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil In: JINKINGS, Ivana; KIM, Doria. **Porque gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil** Boitempo Editorial, 2016.

LUNA, Naara. As novas tecnologias reprodutivas e o Estatuto do Embrião: um discurso do magistério da Igreja Católica sobre natureza. **Revista Antropológicas**, vol. 13(1): 57-74, 2002.

MACHADO, Nathália Munck et al. **Recrutamento de fumantes via Facebook Advertising: diferenças entre anúncios com informações positivas e negativas para o engajamento em uma intervenção online para cessação do tabagismo**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; REZENDE, Thaianne Alessandra Silva. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, n. 34, p. 492-512, 2015.

MARQUES, Ramiro. **A tolerância e o respeito em Aristóteles**. 1999.

MCCONAHAY, John B. Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 9, n. 4, p. 551-558, 1983.

MAZZOCATO, Sandra Bordini. **A Reconfiguração do Sujeito Através de Sua Representação Online: as características e os processos no Facebook**. 166 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MENDONÇA, Anderson Pereira; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Representações sociais e cognição social. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 2, p. 191-206, 2015.

MENEZES, Rachel Aisengart; GOMES, Edlaine de Campos. Uma "morte suave": valores religiosos e laicos nos discursos sobre ortotanásia. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 81-100, 2012.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, p. 43-51, 2006.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15 pgs., 2012.

MILNER, David. Racial prejudice. **Intergroup behaviour**, p. 102-143, 1981.

MODESTO, João Gabriel et al. Escala pessoal de crenças no mundo justo: adaptação e evidências de validade. **Psico-USF**, v. 22, n. 1, p. 13-22, 2017.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **Datagramazero, Rio de Janeiro**, v. 8, n. 3, p. 0-1001, 2009.

MORIN, Stephen F. Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. **American Psychologist**, v. 32, n. 8, p. 629, 1977.

MORRISON, Melanie A.; MORRISON, Todd G. Development and validation of a scale measuring modern prejudice toward gay men and lesbian women. **Journal of homosexuality**, v. 43, n. 2, p. 15-37, 2002.

MOSCOVICI, S. LA PSYCHANALYSE. Son Image et son Public. **Étude sur la Représentation Sociale de la Psychanalyse. Paris: PUF. Moscovici La Psychanalyse. Son Image et son Public. Étude sur la Représentation Sociale de la Psychanalyse 1961**, 1961.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Vozes, 2009.

NEVES, André Luiz Macho das. et al. Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 2, 2015.

NUNAN, Adriana. Preconceito internalizado e comportamento sexual de risco em homossexuais masculinos. **Psicologia Argumento**, v. 28, n. 62, p. 247-259, 2010.

NUNES, Aline Vieira de Lima; CAMINO, Leoncio. Atitude Político-ideológica e Inserção Social: Fatores Psicossociais do Preconceito Racial?. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, Dijaci David de; LIMA, Ricardo Barbosa; SANTOS, Sales Augusto. A cor do medo: o medo da cor. **A cor do medo**, p. 37-60, 1999.

PEREIRA, Anelyse dos Santos Lira Soares et al. **Representações sociais do homossexualismo e preconceito contra homossexuais**. 2004.

PEREIRA, C. Preconceito, normas sociais e justificações da discriminação: O modelo da discriminação justificada. **Unpublished Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa, 2007.**

PEREIRA, Cícero et al. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 73-82, 2011.

PEREIRA, Cícero Roberto et al. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 79-89, 2013.

PEREIRA, Cícero Roberto; LOPES, Rui Costa. **Normas, atitudes e comportamento social.** ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PEREIRA, Cícero Roberto; VALA, Jorge. Do preconceito à discriminação justificada. **In-Mind_Português**, v. 1, p. 1-13, 2010.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALMEIDA, Saulo Teles. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 1, 2003.

PEREIRA, Erik Giuseppe B.; FERNANDES FILHO, José. A construção das masculinidades: os discursos e as imagens na educação física infantil. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 8, 2014.

PEREIRA, Henrique Marques; LEAL, Isabel Pereira. A identidade (homo) sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. **Análise Psicológica**, p. 305-314, 2005.

PEREIRA, Nélia Regina Mello Gomes. Homofobia: a rede social *Facebook* como fonte de difusão do preconceito. **Diversidade e Educação**, v. 1, n. 1, p. 47-50, 2017.

PETTIGREW, Thomas F.; MEERTENS, Roel W. Subtle and blatant prejudice in Western Europe. **European journal of social psychology**, v. 25, n. 1, p. 57-75, 1995.

PIERRE LEVY. **Cibercultura.** Editora 34, 1999.

PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012

QUILLIAN, Lincoln. New approaches to understanding racial prejudice and discrimination. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 32, p. 299-328, 2006.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. IN: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** Boitempo Editorial, 2016.

RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de comunicação.** 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro:Campus, 2001.

RAMAL, Andrea Cecília. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RAMOS, Alice; VALA, Jorge; PEREIRA, Cícero Roberto. Oposição a políticas anti-racistas na europa: Factores individuais e sócio-estruturais. **Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS**, p. 257-281, 2008.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**, p. 27-48, 2007.

ROCHA, Carolina Carneiro. O que restou da indignação? juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as manifestações de junho de 2013. 2015.

RUFINO, Andréa. Lesbofobia: violência e precarização da vida. In. DINIZ, Débora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. **Notícias de Homofobia no Brasil**. p.141-158. Brasília, Letras Livres, 2014.

SAMELSON, Franz. From “race psychology” to “studies in prejudice”: Some observations on the thematic reversal in social psychology. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 14, n. 3, p. 265-278, 1978.

SÁNCHEZ, Francisco J. et al. Reported effects of masculine ideals on gay men. **Psychology of men & masculinity**, v. 10, n. 1, p. 73, 2009.

SANTOS, Maria de Fatima de Souza. **A teoria das representações sociais. Diálogos com a teoria da representação social**, p. 13, 2005.

SEARS, David O.; MCCONAHAY, John B. **The politics of violence: The new urban blacks and the Watts riot**. Houghton Mifflin, 1973.

SCANLON, Thomas M. A dificuldade da tolerância. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 84, p. 31-45, 2009.

SCARDUA, Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, 2006.

SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. 2. ed. Trad. Lyège Carvalho. São Paulo: Katechesis, 2015.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; CONSTANTINO, Gustavo Daniel; PREMAOR, Vânia Ben. A contribuição da teoria das representações sociais para análise de um fórum de discussão virtual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 233-242, jun. 2011.

SILVA, Carlos Alberto F. da; SILVA, Michèle Tancman Candido da. **A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ. 2007.

SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Homofobia na escola: as representações de educadores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 635-647, 2015.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições**, v. 21, n. 3, p. 119-134, 2010.

SOUZA, Vanessa Cristina Rego; PEREIRA, Paulo Celso. **Homofobia: manifestações implícitas e explícitas de preconceito e discriminação**. 2013.

STEPHAN, Walter G. et al. The role of threats in the racial attitudes of Blacks and Whites. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 28, n. 9, p. 1242-1254, 2002.

STEPHAN, Walter G. YBARRA, Oscar. MORRISON, Kimberly Rios. Intergroup Threat theory. In. NELSON, Todd D. (Ed.). **Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination**. Psychology Press, 2009.

STINSON, Susan. Reflexões sobre a dança e os meninos. **Pro-posições**, v. 9, n. 2, p. 55-61, 1998.

STOUFFER, Samuel A. et al. The American soldier: Adjustment during army life. (Studies in social psychology in World War II), Vol. 1. 1949.

STROPPA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 10, n. 2, p. 450-468, 2015.

TAJFEL, Henri. **Experiments in a vacuum**. 1972.

TAJFEL, Henri. Experiments in intergroup discrimination. **Scientific American**, v. 223, n. 5, p. 96-103, 1970.

TAJFEL, Henri. Social psychology of intergroup relations. **Annual review of psychology**, v. 33, n. 1, p. 1-39, 1982.

TORRES, Ana Raquel Rosa. CAMINO, Leoncio. Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social. In. CAMINO, Leoncio et. at. **Psicologia Social: temas e teorias**, p. 515-539, Technopolitik, 2013.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. In: **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Record, 2000.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. Racismo cordial. **São Paulo: Ática**, 1995.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Editora Garamond, 2007.

VALA, Jorge; CASTRO, Paula. Pensamento social e representações sociais. **Psicologia social (9ª edição revista e atualizada)**, p. 569-602, 2013.

VIANA, Thiago Gomes. **O racismo homofóbico e o plc nº 122/2006: um olhar para além da terrae brasilis**, 2013.

WRIGHT, Stephen C. Ambiguity, social influence, and collective action: Generating collective protest in response to tokenism. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 23, n. 12, p. 1277-1290, 1997.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, Dec. 2006.